



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

M MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 36 - Nº 706 - DE 21 DE JANEIRO A 3 DE FEVEREIRO DE 2024 - R\$ 5,00

O imperialismo impulsiona as tendências bélicas na Europa, no Oriente Médio e na Ásia

**SOMENTE COM O PROGRAMA DA REVOLUÇÃO
SOCIAL É POSSÍVEL INTERROMPER A OFENSIVA
IMPERIALISTA E COMBATER PELA PAZ**

**O fim do genocídio do povo palestino
depende da luta dos explorados contra o
imperialismo e o Estado sionista de Israel**

**DETER A OFENSIVA DOS ESTADOS UNIDOS, UNIÃO EUROPEIA
E OTAN CONTRA A RÚSSIA, UNINDO A CLASSE OPERÁRIA E
DEMAIS EXPLORADOS EM TORNO AO PROGRAMA DA
REVOLUÇÃO SOCIAL E POR UMA PAZ SEM ANEXAÇÃO**

**Ato governamental de 8 de janeiro
“Democracia Inabalada”**

**CONSTITUIR A OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA AO
GOVERNO BURGUESES DE LULA**

100 *do falecimento de Vladimir Ilyich Ulianov*
anos *Sua obra se mantém como pilar inabalável
das revoluções proletárias e do socialismo*

Memória Eterna ao camarada Lênin!



Impulso das tendências bélicas

Somente com o programa da revolução social é possível combater pela paz

Os choques, conflitos e guerras marcam a situação mundial. A guerra na Ucrânia expôs a ponta do iceberg da decomposição do capitalismo e das forças cegas da escalada bélica mundial. Desde antes de seu início, a crise na Ucrânia indicava que seria arrastada pelo imperialismo e utilizada contra a Rússia. Os Estados Unidos e aliados da União Europeia não podiam e não podem permitir que as ex-repúblicas soviéticas continuem subordinadas à Rússia, que manteve parte de seu poder regional após a liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) pelo processo contrarrevolucionário da restauração capitalista. Os Estados Unidos não podem admitir a qualquer país que coloque limites ao seu controle econômico, principalmente nas condições de afundamento da economia mundial e de seu próprio declínio. A sua formidável capacidade militar de intervir prontamente em qualquer região, contando com a OTAN, lhes permite impulsionar as tendências bélicas em função da proteção de seus interesses e nas condições de agravamento da guerra comercial com a China, cujas consequências têm sido a retomada da militarização na Ásia.

A invasão das tropas russas no território ucraniano se mostrou inevitável quando a oligarquia burguesa e o governo Zelensky tinham tudo preparado para romper definitivamente seus laços com a Rússia e se colocar sob a guarda dos Estados Unidos, da União Europeia e da OTAN. Como uma das mais importantes ex-repúblicas soviéticas, esse deslocamento resultaria em um grande golpe contra o controle da vasta região onde assentava a URSS, rica em recursos naturais e importante como mercado.

A guerra completará dois anos em 24 de fevereiro sem perspectiva de solução. A Ucrânia se encontra devastada, apesar de ter sido armada e sustentada pelas potências. O fracasso da contraofensiva planejada pelas Forças Armadas ucranianas e as dificuldades internas aos Estados Unidos, envolvidos em um novo momento da corrida eleitoral, pareceram favorecer a abertura de alguma negociação no sentido de um armistício e de paz. Pesaria na balança pacificadora o fato do imperialismo ter ingressado a Finlândia e a Suécia na OTAN. Ao contrário, agravaram-se os bombardeios, a França se dispôs a atender ao chamado dos Estados Unidos e da Alemanha para que socorra a Ucrânia com armas e recursos financeiros. Em nome da “segurança europeia”, Macron ativará a indústria bélica francesa e assinará um “acordo bilateral de segurança com a Ucrânia”, como já o tinha feito a Inglaterra. Olaf Scholz, chanceler alemão “duplicou a ajuda militar a Kiev”.

Está claro que a União Europeia foi chamada por Biden a fazer o que os Estados Unidos não podem no momento de embate eleitoral com Trump. A OTAN fará “manobras em grande escala nas quais participarão 90.000 soldados durante vários meses.” Tais decisões indicam que a escalada militar na Europa continuará sua marcha ascendente. É sintomática a declaração do presidente do Comitê Militar da OTAN, almirante holandês Rob Bauer, que afirmou que “a aliança está se preparando para uma guerra com a Rússia”.

A guerra na Ucrânia passou para o segundo plano nos noticiários internacionais com a guerra desfechada pelo Estado sionista de Israel na Faixa de Gaza, que completou três meses em 7 de janeiro. O Oriente Médio se acha mergulhado em uma crise que vem se potenciando com o genocídio praticado contra os

palestinos. Os Estados Unidos sustentam o colonialismo sionista na região conflagrada desde a partilha do mundo feita na Primeira Guerra e refeita na Segunda Guerra Mundial. Está aí por que a questão da autodeterminação do povo palestino é motivo de guerra que envolve todos os oprimidos do Oriente Médio.

Enquanto autoridades norte-americanas montam reuniões com governos árabes servís, Israel leva às últimas consequências a política de anexação e realimentam os confrontos com o Líbano, Síria e Irã. Jogam um país contra outro incentivando os interesses das feudais-burguesias na região. O sentido de responsabilizar o Irã pela intervenção de Israel na Faixa de Gaza é bem conhecido. A teocracia nacionalista iraniana sustenta sua independência diante dos Estados Unidos à custa de conflitos permanentes e ameaça de guerra. Assim que se iniciaram os bombardeios contra os palestinos, sob a justificativa do direito de liquidar o Hamas, a Casa Branca postou seus navios de guerra no Mediterrâneo voltado contra, sobretudo, o Irã. Os Houthis do Iêmen passaram a atacar os navios que se dirigiam a Israel manifestando assim a defesa dos palestinos.

Os bombardeios no Iêmen pelos EUA e Inglaterra deram sinais que a guerra já não se limita à Faixa de Gaza. No início de janeiro, um atentado, assumido pelo Estado Islâmico, matou dezenas de iranianos. O Irã respondeu bombardeando no Paquistão, no Iraque e na Síria para atingir a organização sunita que teria praticado o atentado. O governo paquistanês decidiu atacar o Irã, sob a justificativa de atingir uma organização separatista. O governo iraquiano manteve-se no plano diplomático. Imediatamente, a imprensa comandada pelo imperialismo estampou a manchete “Irã cruzou todos os limites rumo à bomba atômica”, propagada desde Agência Internacional de Energia Atômica, que é comandada pelos Estados Unidos. Em uma operação naval na Somália, a marinha norte-americana anunciou que apreendeu ogivas de mísseis iranianas que iriam para o Iêmen. Embora pareça que se trate de acontecimentos colaterais à guerra na Faixa de Gaza, na realidade, refletem as tendências bélicas subjacentes à crise no Oriente Médio e à crise geral do capitalismo. As potências exercem a opressão nacional em todo o Oriente Médio.

As recorrentes guerras civis e guerras de intervenção externa têm servido à dominação do capital financeiro, uma vez que não se transformam em guerras de libertação nacional e guerras civis pela tomada do poder pelo proletariado. A forte presença das tendências bélicas como expressão da guerra comercial e do esgotamento da partilha do mundo do pós Segunda Guerra indica que o imperialismo levará às últimas consequências as guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza. E levará às últimas consequências o intervencionismo da OTAN.

As guerras assumem um caráter bárbaro na fase imperialista do capitalismo. Ou se transformam em guerra de libertação nacional e social, ou a aspiração dos explorados e povos oprimidos pela paz não será alcançada. As massivas manifestações em todo o mundo pelo fim da intervenção do Estado sionista de Israel e o genocídio na Faixa de Gaza indicam que somente por meio da luta de classes é possível derrotar a ofensiva militarista do imperialismo. Uma paz sem anexação e a autodeterminação da Ucrânia dependem da unidade dos explorados para pôr fim à guerra. Somente com o programa da revolução social, encarnado pelo proletariado, é possível derrotar o imperialismo e combater pela paz.

Ato de 8 de janeiro Não houve golpe?

Organizar a Oposição Revolucionária ao governo burguês de Lula

O Executivo, o Supremo Tribunal Federal (STF), parte do Legislativo e partidos aliados realizaram um Ato no Congresso Nacional para lembrar, condenar a tentativa de golpe, exaltar a democracia e pedir a pacificação. PT, PSOL, PCdoB e UP fizeram manifestações em vários estados, sob a mesma linha e toada. A imprensa deu uma grande cobertura. O acontecimento, no entanto, não despertou interesse na população.

A oposição bolsonarista ou não-bolsonarista divulgou um Manifesto, assinado por 30 senadores, contando com nomes como Rogério Marinho, Sérgio Moro, Flávio Bolsonaro, representando o PL, União Brasil, PP, Republicanos, Novo e PSDB, contra o Ato denominado Democracia Inabalada. Os opositoristas de ultradireita e direita aproveitaram para criticar a exorbitância do STF e se opor ao que qualificou de “penas abusivas” aplicadas a presos que foram flagrados no momento da depredação do Palácio do Governo. Figuras importantes, como o presidente da Câmara Federal, Arthur Lira deu uma escusa de ordem familiar para não comparecer. Boa parte dos governadores boicotou a solenidade.

Desde a preparação do Ato, ficou claro que havia desacordo com o conteúdo político entre governo e oposição. Mas, um ponto unia todos, pelo menos formalmente: a depredação das dependências das instituições do Estado. O Manifesto da oposição, em meio ao rechaço à manifestação palaciana de Lula, diz reprovar “vigorosamente os atos de violência e a depredação dos prédios públicos ocorridos no dia 8 de janeiro”. É claro que os bolsonaristas e os não-bolsonaristas de oposição não poderiam deixar de mencionar o acontecimento e de mostrar-se ordeiros. Com toda razão, avaliaram que se tratava de um Ato de defesa do governo Lula. E não poderia ser de outra maneira, uma vez que a marcha dos bolsonaristas, do acampamento montado em frente ao QG do Exército, à invasão da Praça dos Três Poderes e à quebradeira das dependências do Palácio do Governo, do STF e do Congresso Nacional, foi planejada e executada contra o presidente Lula que acabava de tomar posse em 1º de janeiro.

O conteúdo político da ação de cerca de seis mil manifestantes vindos de várias partes do País era o de contestar a eleição do novo presidente e impedir a sua posse. O aspecto anárquico que tomou a ocupação da Praça dos Três Poderes e a inconsequência da ação política não puderam eliminar o conteúdo objetivo que correspondeu à negação da vitória eleitoral de Lula, da derrota de Bolsonaro e da posse do novo presidente. É do interesse dos derrotados nas eleições que se dissipe a acusação de tentativa de golpe de Estado à invasão da Praça dos Três Poderes. Mas há quem entre as esquerdas, a exemplo do PCO, que considera impropriedade a caracterização de golpe de Estado.

A imprensa publicou uma declaração de Aldo Rebelo, ex-PCdoB e ex-ministro da Defesa, do governo de Dilma Rousseff, de 2015 a 2016, afirmando que não se pode condenar os acontecimentos de 8 de janeiro como golpe de Estado porque as Forças Armadas não estiveram engajadas a esse objetivo. Aos não bolsonaristas que acham que é um exagero ou uma impropriedade tomar a invasão do Palácio do Governo e promover a quebradeira como um golpe de Estado, a questão se resume a que não houve a incursão dos militares e os manifestantes não estavam armados para a consecução de um golpe, logo o que houve não passou de uma arruaça política, ou de um vandalismo desatinado. Os senadores que assinaram o Manifesto contra o Ato consideram as penas apli-

cadas aos réus um exagero e um abuso do STF. Se fosse um golpe contra o Estado de Direito, então a justiça deveria ser severa. Caso contrário, estaria agindo politicamente em prol do governo Lula. É o que advoga a oposição bolsonarista e não-bolsonarista contra a condenação de um dos réus a pena de 17 anos. PCO, que fez campanha eleitoral a Lula e que não sabe como sair de sua sombra, se atrapalha ao responder sobre o julgamento de alguns dos réus. E também sobre generais implicados no dia 8 de janeiro, mas que não estão no banco dos réus.

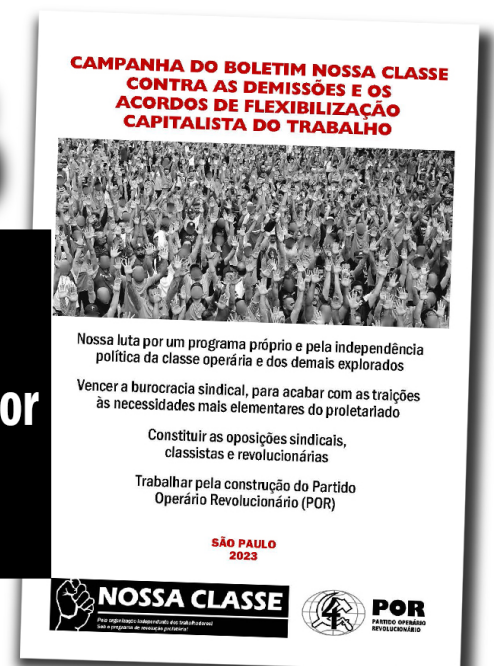
Nota-se que o Ato Democracia Inabalada trouxe à tona o imbróglio do golpe e não-golpe. O Partido Operário Revolucionário (POR), que fez campanha pelo voto nulo e luta contra o governo Lula sob a bandeira de oposição revolucionária, não apenas denunciou a tentativa de golpe fracassada como chamou os sindicatos, centrais e organizações democráticas a lutarem contra o golpismo da ultradireita fascizante.

Não é de pouca importância, como se vê, responder à pergunta se houve ou não uma tentativa fracassada de golpe, considerando que Lula já governa há um ano e que não há sinais de os bolsonaristas conspirarem em favor de sua derrubada. É secundário o fato do governo e do PT aproveitarem o 8 de janeiro para seus objetivos políticos. O fundamental está em que Bolsonaro constituiu um governo assentado em uma fração militar como consequência de uma profunda crise política que se arrasta desde o fim da ditadura militar em 1985. Não houve um só presidente da República que exerceu uma governabilidade estável. Da cisão burguesa que levou à renúncia de Fernando Collor de Mello em setembro de 1992 à cassação do mandato de Dilma Rousseff em agosto de 2016, ficou evidente que a democracia que substituiria o regime militar não se assentaria nas massas populares e continuaria a reproduzir as velhas relações oligárquicas sobre as quais se levantou a República capitalista.

CONTINUA →

R\$5

Adquira
com o
distribuidor
do Nossa
Classe:



O impeachment de Rousseff seria o ponto alto da crise política, que se processava e se processa em altos e baixos. O governo de transição – exercido pela ditadura civil de Michel Temer, homem do velho MDB – não estabilizou a governabilidade. Manteve-se no poder ao custo de muitas negociatas nas entranhas do Estado. Sua função de realizar eleições para passar uma borracha sobre o golpe de Estado que pôs abaixo o governo de Rousseff foi cumprida formalmente. Não era possível deixar como acontecimento do passado as conspirações palacianas e empresariais que defenestraram o PT da presidência da República. A prisão de Lula, montada sobre a base de falcaturas judiciais, foi planejada como um golpe mortal na política do nacional-reformismo.

A eleição de Bolsonaro, no entanto, evidenciou a decomposição dos velhos partidos oligárquicos e o surgimento de partidos fermentados no pântano pútrido da política burguesa, tipo PL, PSD, União Brasil etc. Um acontecimento mortífero e socialmente contundente, como foi o da longa pandemia, estremeceu o chão sobre o qual se ergueu a política ultradireitista de Bolsonaro. A bancarrota sanitária, a derrocada econômica e a elevação do desemprego, da pobreza, da miséria e da fome golpearam os objetivos de Bolsonaro e seus militares de imporem um governo centralista-ditatorial. Mas, a pandemia foi apenas um acidente de percurso. Bolsonaro liderou um movimento pequeno-burguês de ultradireita com tinturas fascizantes, apoiado em uma fração do capital nacional, principalmente agrário e de serviços, aproveitando o impulso da volta da presença dos militares no núcleo governamental como instrumento para a consecução de um governo bonapartista, centralista-ditatorial. Procurava-se restabelecer certos elos deixados pela ditadura militar.

As Forças Armadas sempre atuaram por cima de democracia e dos governos em função das divisões no seio da oligarquia burguesa, das pressões do imperialismo, do desigual desenvolvimento regional e da aguda polarização entre a riqueza concentrada em poder de poucos capitalistas e a miséria espalhada no território nacional entre as massas trabalhadoras. O fenômeno do PT e do caudilhismo eleitoral de Lula se chocou com a estrutura oligárquica do poder do Estado, mas surgiu entranhado a ela, de forma a ter de se adaptar às divisões interburguesas para conseguir governar. O governo petista não teve como evitar conflitos com as Forças Armadas em torno à Comissão da Verdade, que deveria apurar os crimes da ditadura e punir os militares e policiais responsáveis pelas torturas, assassinatos e desaparecimento de cadáveres. Esse estremecimento pesaria na instabilidade governamental.

O mérito do governo nacional-reformista, do ponto de vista dos interesses da classe capitalista, esteve e está em sua capacidade de canalizar o descontentamento popular e estrangular as revoltas instintivas do proletariado. Essa função, porém, depende das condições econômicas e das possibilidades do reformismo impotente de realizar os programas de assistência social destinada aos milhões de famintos.

São as contradições econômico-sociais do capitalismo semicolonial brasileiro e da formação oligárquica da burguesia nacional que não permitiram o desenvolvimento de uma poderosa democracia e de partidos burgueses enfronhados nas massas populares. O nacionalismo burguês que se forjou na década de 1930 não foi capaz de se libertar de suas raízes oligárquicas. O nacional-reformismo que se constituiu nas condições de decomposição da ditadura militar herdou essas relações do passado nacionalista. A política do PT serve à burguesia, mas alimenta as divisões interburguesas, que, para não transbordarem em crise de poder, dependem do lugar que se encontra as Forças Armadas na condução da governabilidade e das condições de polarização entre a minoria exploradora e a maioria explorada.

Bolsonaro foi eleito, mas como sucessor da ditadura civil de Temer, que abriu caminho para os generais voltarem a influenciar diretamente a governabilidade. A integração dos militares no nú-

cleo governamental e o aparelhamento em todo o Estado reforçaram a tendência bonapartista das Forças Armadas. O naufrágio de Bolsonaro atingiu esse processo em situação de avanço. O que se passou em 8 de janeiro foi resultado de uma série de conflitos e acontecimentos em que Bolsonaro, seu núcleo militar e suas bases empresariais de apoio evidenciaram a resistência em transferir o poder para o nacional-reformismo petista.

A libertação de Lula e a recuperação de seus direitos políticos resultaram de uma cisão no interior das instituições do Estado, que se alargou e se aprofundou nas condições inesperadas da eclosão da pandemia e da crise sanitária. Foi muito significativa a queda do general Eduardo Pazuelo do ministério da Saúde. Os militares, encastelados no governo e na máquina pública, passaram a reagir contra o movimento amplo de oposição, que tinha Lula, PT e as centrais sindicais como seus impulsionadores. A crise em torno às urnas eletrônicas nasceu da perspectiva de Bolsonaro perder as eleições. Esse episódio mostrou sua transcendência na medida em que o governo e os bolsonaristas viram que não encontravam respaldo nas instituições do Estado. O STF e a maioria do Congresso Nacional rejeitaram a tese sobre a possibilidade de fraude eleitoral. Restava a Bolsonaro continuar a alimentar sua base de classe média e de setores empresariais no sentido de questionar as instituições que afrontavam o governo, entre elas o STF. A bandeira de fechamento do Congresso e do STF e volta dos militares ao poder foi desfraldada em várias manifestações da ultradireita.

É imperativo reconhecer o significado de alguns acontecimentos. A manifestação bolsonarista de 7 de setembro, o bloqueio de rodovias em todo o país pelos caminhoneiros, a montagem de acampamentos em frente a QGs do Exército (em especial o de Brasília) desde outubro e os protestos contra a diplomação de Lula no Distrito Federal em 12 de dezembro. Nenhum desses fatos ou de sua sequência autoriza afirmar que se havia criado as condições para um golpe de Estado. Permite, no entanto, reconhecer que constituíam ações organizadas em meio à derrota de Bolsonaro e à vitória de Lula para criar as condições políticas voltadas a im-

É importante nas condições de crise profunda da política burguesa – disto que se trata – não confundir o fracasso de um golpe com a inexistência de golpe; não confundir a debilidade do movimento golpista com a inexistência de um movimento golpista.

pedir a posse de Lula e a abrir caminho para um golpe palaciano. O caráter e o conteúdo político das ações dos bolsonaristas eram evidentemente golpistas. Acabou desaguando na aventura de 8 de janeiro. O fato de ter esse caráter e conteúdo não quer dizer que poderia ser consumado.

As condições para um golpe de Estado dependem da disposição da burguesia, da anuência do imperialismo, da movimentação institucional, de acordos entre os militares e da luta de classes. Essas condições não são simétricas e não andam juntas, como a experiência do golpe militar de 1964 comprova.

O governo de Bolsonaro já estava quebrado pelos confrontos políticos no período da pandemia. O movimento Fora Bolsonaro e Impeachment alcançou dimensão nacional. A maioria parlamentar do Congresso Nacional inviabilizou a CPI da Covid, mas politicamente Bolsonaro já se encontrava debilitado. A polarização eleitoral e a vitória apertada de Lula, certamente, indicaram que o novo governo nascia debilitado. A divisão interburguesa não seria superada com a mudança ou manutenção de governo. Nesse marco, Bolsonaro e seus militares não poderiam reunir forças para um

golpe de Estado. Não tinham como reunir condições básicas para um golpe. Mas o golpe era o único recurso que lhes restava para permanecer no poder ou para transferi-lo aos partidos aliados, sob a égide dos militares.

Um setor bolsonarista radicalizado e devidamente financiado continuou com seu impulsivo movimento de contestação das eleições, das instituições e da vitória de Lula. Bolsonaro não poderia desarticulá-lo. Os militares e policiais bolsonaristas ou próximo ao seu ideário de ultradireita facilitaram as ações radicais à espera da reação das instituições, dos governantes e da burguesia. Não seria possível a marcha que partiu do QG do Exército para a Esplanada e a invasão do Palácio do Governo se não fosse a conivência dos comandantes militares, da polícia e do governador do Distrito Federal. O general-comandante do Exército afrontou a Polícia Federal, impedindo que desmontasse o acampamento e prendesse os manifestantes. Esse episódio, sem dúvida, não foi qualquer coisa, se considerado na sequência dos acontecimentos. As forças bolsonaristas enfurecidas ao ponto de quebrar tudo que via pela frente na Praça dos Três Poderes, evidentemente, não tinham condições de realizar um golpe. Mas, daí depreender que não se tratou de um movimento golpista e que o “vandalismo” não passou de um desatino dos bolsonaristas mobilizados é cobrir a realidade com explicações pueris.

É importante nas condições de crise profunda da política burguesa – disto que se trata – não confundir o fracasso de um golpe com a inexistência de golpe; não confundir a debilidade do movimento golpista com a inexistência de um movimento golpista. O fundamento da questão se encontra no objetivo de impedir pela força a posse de Lula. Essa força se mostrou raquítica e aventureira. O que não lhe quita o objetivo político de preservar o poder governamental de Bolsonaro e seus militares, derrotados nas eleições.

Há que se considerar ainda o conteúdo de classe de um golpe, da mesma forma que se considera a democracia e os governos. Por se tratar de uma ruptura institucional, um golpe somente pode ser gestado no seio da burguesia e das forças partidárias que comandam o Estado. A classe operária e os demais trabalhadores não se prestam a esse fenômeno político. A classe média não gesta golpes, mas é fundamental como base social de apoio, principalmente suas camadas mais altas e privilegiadas. Eis por que se deve tratar o 8 de janeiro como uma manifestação da crise do regime político burguês e da presença de tendências golpistas. Lula, PT e aliados de esquerda não precisaram fazer qualquer gesto de luta contra o golpismo bolsonarista. Por quê? Porque não havia condições para um golpe. Contaram com a reação das próprias instituições do Estado, inclusive com a divisão nas Forças Armadas, cuja maioria não estava por seguir Bolsonaro. Bastou uma pequena intervenção policial para que os bolsonaristas fossem presos ou despejados do acampamento. Esse resultado, diante da fúria predatória dos bolsonaristas, se mostrou vergonhoso. Logo, os generais, empresários, parlamentares e o próprio ex-presidente da República implicado no 8 de janeiro procuram se esconder nas penumbras do processo judicial e da contestação de que não se tratou de tentativa de golpe. É o que estampa o Manifesto dos senadores da República

contra o inofensivo Ato Democracia Inabalada.

A penalidade de 17 anos a um dos réus mais afoitos e estúpidos serviu para o STF mostrar pulso firme, quando está ocultando os militares, políticos e empresários responsáveis pelo desatino da turba bolsonarista. A CPMI do 8/1 apurou o envolvimento de vários elementos da cúpula militar e policial, mas deixou de lado Bolsonaro. Da mesma forma que o conteúdo de classe de um golpe, seja aventureiro ou não, é burguês, os vencedores, no caso Lula e as instituições que ficaram ao seu lado, responderão com os meios burgueses. Os processos, as punições e os selecionados para ficarem de fora das sanções judiciais seguirão critérios da política burguesa.

Em resumo, a tentativa de golpe, as prisões e as condenações são de responsabilidade das instituições do Estado burguês. Os explorados não têm nenhum poder de decisão. E nem lhes cabe servir de auxiliares a esta ou aquela posição burguesa. O que não quer dizer que não tenham uma posição própria, e, portanto, independente diante das forças burguesa em conflito. Essa posição tem por base condenar e combater com sua política e seus métodos de luta os movimentos golpistas e os golpes. Isso porque os golpes instalam governos que recrudescerão a repressão sobre as organizações e movimentos das massas. Agirão contra as liberdades democráticas, que favorecem à luta dos explorados.

Não se trata de se colocar sob a estratégia burguesa da defesa da democracia como regime político capitalista, mas de desenvolver a estratégia proletária de luta pelo poder por meio da revolução social. A luta contra as tendências golpistas e os golpes interessa à classe operária na medida em que se abre caminho para a defesa das liberdades democráticas e da estratégia revolucionária. É obrigatório que a vanguarda com consciência de classe esteja ativamente presente na frente das mobilizações anti-golpe e pelas liberdades democráticas.

A melhor forma de lutar contra o controle dos explorados pelo nacional-reformismo petista é combater a ultradireita com o programa e a política própria da classe operária. Negar que houve uma tentativa fracassada de golpe é ocultar o processo da crise que vem abalando o regime político assentado no poder da oligarquia burguesa e condicionado pelas forças externas do imperialismo. O governo Lula tomou posse da Presidência em meio a uma situação de dilaceramento da política burguesa. Dependeu para isso do Congresso Nacional e do STF, bem como do apoio de uma fração da burguesia que desde a pandemia havia se deslocado do governo Bolsonaro e do imperialismo. A sua dependência aos partidos de centro-direita é tanto maior quanto mais se mostra impossibilitado de ter uma diretriz própria de governo. Sua função é a de continuar com as contrarreformas que servem ao capital parasitário, sobretudo, que atingem amplamente a vida das massas.

O antibolsonarismo de Lula é uma máscara para aplicar medidas antioperárias e antinacionais em nome da defesa da Democracia Inabalada. O problema que os explorados têm pela frente consiste em levantar uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula, em pôr em pé um movimento baseado em um programa próprio de reivindicações.



ADQUIRA 
**COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS**



NOSSA CLASSE

Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XX - Janeiro de 2024

(11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Resposta do Boletim Nossa Classe

Programa “Nova Indústria Brasil”, mais um pacote de ajuda do governo Lula à burguesia

O programa “Nova Indústria Brasil” foi divulgado no dia 22 de dezembro pelo presidente Lula e o vice-presidente Geraldo Alckmin. Depois de ajudar os empresários do agronegócio, passou a atender os interesses da burguesia industrial. Os eixos do programa foram definidos pelos integrantes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), criado em julho do ano passado, do qual fazem parte o sindicato metalúrgico do ABC e outros.

O diretor executivo do sindicato, Aroaldo Oliveira declarou na Tribuna Metalúrgica “destacamos diversos temas para o governo, como a transição justa e o trabalho decente, que deve permear a política industrial para termos empregos de qualidade”. É muita demagogia. Na prática, esses traidores do sindicato metalúrgico vêm negociando, fazendo acordos que permitem as empresas avançarem com o processo de terceirização, que significa a demis-

são dos operários efetivos e a redução de salários e direitos para os trabalhadores terceirizados. O sindicato não está defendendo condições de trabalho “decente”, muito menos empregos de “qualidade”. Ao contrário.

Durante a última entrega do boletim Nossa Classe na Mercedes de São Bernardo do Campo, os operários ao receberem o boletim denunciam revoltados “essa terceirização está nos matando”. O sindicato dos metalúrgicos, em lugar de organizar a luta independente da classe operária em defesa dos empregos, salários e direitos, está junto aos empresários, apresentando sugestões sobre como os capitalistas devem administrar seus negócios, aumentar seus lucros. Que o sindicato dos metalúrgicos do ABC, a CUT e demais centrais rompam com o governo e organizem a luta independente da classe operária em defesa de seu programa próprio de reivindicações.

Boletim Nossa Classe - POLÍTICA OPERÁRIA

A miséria e fome de milhões são causadas pelo salário mínimo miserável e pelo desemprego

Nem bem começou o ano, os trabalhadores receberam a notícia de que o salário mínimo seria reajustado em R\$ 92,00, passaria de R\$ 1.320,00 para R\$ 1.412,00. Isso quando o custo de vida para a maioria dos explorados continua nas alturas. É bom saber que o salário mínimo de fome serve de base para inúmeras categorias. Sem dizer que é a única fonte de sobrevivência para milhões de aposentados. Ao mesmo tempo, veio a imposição do aumento das passagens de trens/metrô em São Paulo, de R\$ 4,40 para R\$ 5,00. Duas medidas que impactam diretamente a maioria oprimida.

Os governos fazem isso porque não têm tido reação das centrais sindicais. O Sindicato Metalúrgico de São Caetano, ligado à Força Sindical, decretou férias até o dia 21. O Sindicato Metalúrgico do ABC, vinculado à CUT, falou de tudo, menos do valor do salário mínimo decretado por Lula e do aumento das tarifas do transporte público em geral.

A luta pelo salário mínimo vital, aquele necessário para manter a família trabalhadora, é de vida ou morte. Se uma direção sindical está de costas a essa dura medida governamental, está de costas para a vida dos explorados. Está aí por que o Boletim Nossa Classe diz que se trata de direções de colaboração de classes, direções que traem os trabalhadores.

O Boletim Nossa Classe defende que os sindicatos convoquem assembleias para discutir o alto custo de vida, o aumento da carestia, o avanço do desemprego e miséria e a proliferação de moradores de rua. O Boletim Nossa Classe defende que as assembleias aprovem uma campanha nacional por um salário mínimo que cubra todas as necessidades da família trabalhadora.

Lula concede um reajuste de R\$ 92 ao salário mínimo Onde está a “valorização” prometida nas eleições?

O novo salário mínimo teve um aumento vergonhoso de R\$ 92,00, passou de R\$ 1.320,00 para R\$ 1.412,00, em 1º de janeiro de 2024. Segundo Lula, este valor corresponde a 6,8% de reajuste, superando os 3,8% da inflação oficial. O fato é que esse valor somente dá para comprar 1,83 cestas básicas, portanto, menos de duas cestas de alimentos. E como viver pagando aluguel, água, luz, gastando em remédios e com a tarifa de ônibus a R\$ 5,00?

Lula prometeu “valorizar” o salário mínimo. Mas o que vemos é a permanência do salário mínimo de fome. Ao mesmo tempo que decreta a fome e miséria para os oprimidos, Lula protege os banqueiros, os industriais e o agronegócio, como temos visto nesse primeiro ano de governo.

Segundo os cálculos do Dieese, o salário mínimo deveria ser de R\$ 6.294,71. As assembleias sindicais deveriam discutir o valor do salário e o desemprego. E as centrais sindicais, por sua vez, deveriam fazer uma campanha pelo salário mínimo vital e pelos empregos.

O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a denunciarem a convivência das direções sindicais colaboracionistas com o governo e com os patrões, que ganham com o salário mínimo de miséria e fome.

GM esconde o número de metalúrgicos demitidos

Depois da greve que ocorreu nas três fábricas da General Motors, as direções sindicais aceitaram o acordo que previa as demissões. O acordo determinava a abertura do PDV. A partir daí, a GM passou a pressionar que uma parte dos operários aceitasse o PDV. Até o momento, não se sabe o número de adesões forçadas ao PDV. É possível, no entanto, saber que, se se considerar todas as montadoras, houve uma redução de 2,3 mil postos de trabalho, no final do ano. E no ano todo, 3,2 mil. O número de efetivos era de 101,2 mil, hoje são 98,9 mil metalúrgicos. Ajudou para que se chegasse ao brutal aumento das demissões, o PDV das três fábricas da GM.

O Boletim Nossa Classe defendeu que os sindicatos de São Caetano e Mogi das Cruzes, filiados à Força Sindical, e o de São José dos Campos, filiado à CSP-Conlutas, lutassem contra qualquer demissão, e que não aceitassem os malditos PDVs. Mas essas direções burocráticas e pelegas usaram a greve apenas para obter na Justiça um acordo que não garantia os empregos e que apenas orientava a GM a oferecer o PDV. Nisso constituiu a traição. Os sindicatos foram criados para lutar pelos empregos, salários e direitos trabalhistas. Não foram criados para suas direções colaborarem com os capitalistas exploradores.

Aos operários, camponeses e demais trabalhadores

Não somos um só povo como diz o Lula/PT

Em pronunciamento no dia 24 de dezembro em rede nacional, o presidente Lula, representante da burguesia (patrões) no poder do Estado, entre outras demagogias e mentiras, declarou: “somos um mesmo povo e um só país”. Concluiu dizendo “que no ano que vem sigamos unidos, caminhando juntos, rumo à construção de um país cada vez mais desenvolvido, mais fraterno, mais justo para todas as famílias”.

Lula e PT, que há mais de 30 anos vêm fazendo alianças e defendendo os interesses da burguesia nacional e internacional, quer fazer a classe operária e demais explorados acreditarem que o povo brasileiro é um só, que no Brasil somos todos iguais. A mentira é deslavada, mas há explorados que acreditam. O povo, a sociedade brasileira, como em todos os países, está dividida em classes sociais, com interesses totalmente opostos, antagonicos. De um lado, temos a burguesia (patrões), que são uma minoria exploradora, donos dos meios de produção - fábricas, terras, bancos etc. Do outro, o proletariado (trabalhadores assalariados), que possui unicamente a força de trabalho para vender aos patrões em troca de um salário, que, para a maioria, não é suficiente para manter suas famílias. A classe operária, os camponeses pobres, os povos originários, os estudantes e demais explorados não podem jamais “seguir unidos, caminhar juntos” com seus exploradores, com seus verdugos capitalistas, como quer o Lula.

O governo Lula manteve as reformas previdenciária e trabalhista e a lei da terceirização aprovadas por Temer e Bolsonaro, que acaba com os direitos, precariza as condições de trabalho e torna

impossível a aposentadoria. O projeto de desoneração da folha, a reformas tributária e o arcabouço fiscal não irão beneficiar a classe operária muito menos gerar empregos. Lula mantém o pagamento da dívida pública, que alcançou R\$ 6,19 trilhões ao capital financeiro. Somente em 2022 o governo pagou R\$ 1,879 trilhão, apenas de juros, amortizações e vencimento de títulos da dívida pública. Os grandes empresários do agronegócio receberam R\$ 363 bilhões de ajuda do governo. Enquanto isso, para os trabalhadores, maior exploração e miséria. O governo burguês de Lula, decretou o valor de R\$ 1.412 para o novo salário-mínimo. Segundo dados do IBGE, 34,766 milhões de trabalhadores registrados recebem até um salário-mínimo, impossível de manter as necessidades básicas, condenando assim os trabalhadores e suas famílias à fome e miséria. O sistema de saúde e educação estão cada dia mais sucateados. Os trabalhadores e a população pobre adoecidos morrem na fila do SUS, esperando para fazer uma cirurgia ou tratamento. Bastam esses dados para entender que o governo Lula governa para os capitalistas e não para a maioria explorada.

A classe operária e demais explorados devem exigir que os sindicatos e centrais sindicais rompam com o governo burguês de Lula e convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como preparação de uma greve geral, em defesa dos empregos, salários e direitos. Devemos constituir uma frente de oposição revolucionária, que tenha como estratégia a expropriação da burguesia do poder por meio de uma revolução social e a constituição de um governo operário e camponês.

Folheto sobre a luta dos metalúrgicos da GM e da Volks

Companheiros operários, o Boletim Nossa Classe publicou um folheto sobre a greve na GM e a luta da vanguarda contra o plano de demissão e terceirização da Volks. Trata-se de dois aconteci-

mentos que trouxeram inúmeras lições. Adquiram e venham discutir conosco.

Três meses de guerra na Faixa de Gaza

O Boletim Nossa Classe vem fazendo a campanha pelo fim do genocídio do povo palestino. Luta por: Fora as Forças de Defesa de Israel da Faixa de Gaza! Pelo fim imediato de todo cerco montado

pela burguesia sionista ao povo palestino dividido entre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza!

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a lutados explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

Relato da distribuição do Boletim Nossa Classe em uma das portarias da Mercedes

No dia 16 de janeiro, militantes do POR fizeram a distribuição do Boletim Nossa Classe na Mercedes. A principal discussão feita neste boletim está relacionada, de um lado, com a miserável valorização do salário mínimo e, de outro, com a constante alta do custo de vida. Junto ao Boletim Nossa Classe, os militantes também apresentaram o novo folheto elaborado pelo partido contendo um balanço sobre as lutas recentes na GM e Volks, bem como a última edição do Jornal Massas (nº 705).

Em uma das portarias em que os materiais estavam sendo apresentados aos trabalhadores da Mercedes, um operário que pegou o Boletim Nossa Classe, após leitura de uma das notas começou a discuti-la com outros operários e assim que começaram a dispersar para entrar na fábrica e começar o turno, o militante porista se aproximou e apresentou o Jornal Massas e aproveitou para perguntar como estava a percepção com relação ao trabalho feito pelos dirigentes do sindicato dos metalúrgicos. O operário informou que havia sido readmitido há pouco tempo, após ter feito parte de demissões no ano passado de companheiros que trabalhavam sob contrato temporário, portanto sua percepção era de que os dirigentes do sindicato estavam fazendo um bom trabalho.

Depois de ouvir o operário, o militante porista ressaltou que é importante para a classe operária avaliar o trabalho dos dirigentes do sindicato com base nas lutas coletivas feitas através do sindicato com o objetivo de defender postos de trabalho, salários de

acordo com o custo de vida e direitos já conquistados, porém este não é o caso dos dirigentes que atualmente encabeçam o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Um dos exemplos em que eles estão falhando no cumprimento dessa tarefa dos sindicatos, foi negociar demissões e terceirizações tanto na Mercedes, quanto nas demais fábricas do ABC.

O operário após um tempo refletindo, concordou com a posição do militante porista e comentou que nota diversas situações na Mercedes de operários que eram efetivos e depois de demitidos, passando integrar equipes de terceirizados atuando na Mercedes e muitas vezes com a mesma função de antes, porém com cerca de um terço do salário anterior, ou seja, trabalho igual com salário inferior, portanto justamente o oposto do que a luta coletiva através dos sindicatos deveria perseguir. Antes que o operário retomasse seu rumo para início do seu turno, comprou um Jornal Massas e indicou que faria a leitura e voltaria a conversar durante a próxima entrega de boletins a ser feita na Mercedes.

Ouvir o que os operários pensam e mostrar as posições do partido é uma tarefa cotidiana e fundamental dos revolucionários. Faz parte da penetração do programa junto à classe operária. Sem esse trabalho sistemático não será possível ganhar a vanguarda proletária para construir o partido que encarna o programa da revolução social.

Pergunta de um operário na porta de fábrica: a desoneração da folha de pagamento protege os empregos?

A pergunta do operário foi muito importante. A burguesia vem fazendo uma campanha pela manutenção da desoneração da folha de pagamento, com a mentira que se trata da defesa dos empregos. Como Lula vetou a decisão do Congresso Nacional que mantinha a desoneração, há uma forte pressão para que seu ministro da Fazenda apresente uma contraproposta. O militante do Boletim Nossa Classe explicou que nesses 13 anos de vigência dessa medida, o que temos vimos é o crescimento do desemprego, principalmente no setor fabril. O que o operário concordou.

A conversa com o operário permitiu mostrar que a desoneração da folha de pagamento foi implantada pelo governo Federal em 2011, du-

rante o governo do PT. Nesse ano, foram 56 setores da economia que se beneficiaram desta medida. Depois de 13 anos, já se tornou evidente que se trata de um pleito para favorecer o capitalistas. Não é uma reivindicação da classe operária. As reivindicações vitais dos trabalhadores são: o emprego, salário e direitos trabalhistas, que só podem ser conquistadas na luta. Não haverá nenhum governo burguês capaz de impor uma lei para proteger os empregos, repor as perdas salariais e revogar todas as contrarreformas, como a trabalhista e previdenciária. Os governos estão a serviço da proteção dos proprietários dos meios de produção, portanto, dos capitalistas. O operário fez o sinal de concordância, balançando a cabeça.

Rio Grande do Norte

Trabalhadoras terceirizadas da limpeza da UFRN paralisam novamente por salário atrasado

O salário dos trabalhadores terceirizados da limpeza (em sua maioria mulheres) da empresa CRIART, contratada pela UFRN, estava atrasado desde o dia 08/01. Já é o terceiro mês seguido que a empresa atrasa o pagamento. As trabalhadoras convocaram novamente a direção do SINDLIMP para realizar assembleia na UFRN e paralisar. A assembleia ficou marcada para o dia 11. Neste dia, o Comitê em Defesa dos Terceirizados formou os grupos de mobilização, nas entradas da universidade, às 05h15, para chamar as trabalhadoras para a assembleia. No dia 11, as trabalhadoras, em assembleia do SINDLIMP, aprovaram a paralisação de suas atividades até que os salários fossem pagos. Na ocasião, a direção do SINDLIMP teve de

abrir espaço para a fala das correntes que compõem o Comitê, fruto da pressão da base nas paralisações anteriores para que o direito de fala dos membros do Comitê fosse garantido.

O movimento seguiu para ocupar a Reitoria, onde foi feita uma reunião entre o vice-Reitor e uma comissão formada por dois dirigentes do SINDLIMP e dois membros do Comitê (Faisca/MRT e Corrente Proletária/POR). O vice-Reitor disse que a UFRN estava fazendo 100% de sua parte. No entanto, a comissão demonstrou que nem mesmo as ultralimitadas medidas de penalização (como advertência, multa e proibição de licitar) foram aplicadas à empresa. A comissão reivindicou que a Reitoria realizasse o pagamento direto, já que a em-

presa não estava cumprindo com o pagamento. No entanto, o vice-Reitor desconversou, apresentando supostos obstáculos jurídicos e operacionais. Sem garantia de salários, o movimento seguiu paralisado, e após a reunião com a Reitoria, as trabalhadoras foram para casa.

Foram três dias de paralisação. Na segunda-feira, dia 15, o Comitê organizou, às 06h30, um café da manhã coletivo no Centro de Convivência, o que serviu como fator de mobilização de mais trabalhadores. Após a assembleia que ratificou a paralisação, mais de 100 trabalhadores ocuparam novamente a Reitoria da UFRN. O movimento teve ampla repercussão na imprensa. Sob pressão da paralisação, na madrugada do dia seguinte, o salário foi pago.

Os trabalhadores terceirizados da UFRN tem dado várias demonstrações de disposição de luta, radicalizados diante da situação massacrante provocada pelas empresas irmãs D&L e CRIART, que cobrem cerca de metade dos serviços terceirizados na UFRN. O Comitê em Defesa dos Terceirizados tem servido como um grande auxiliar na organização dos trabalhadores. A limitação está no isolamento político dessa luta. É papel das direções sindicais e centrais organizar a resistência dos trabalhadores terceirizados e unificar numa só luta nacional por derrubar a Lei da Terceirização e efetivar imediatamente todos os trabalhadores terceirizados.

São Paulo - ABC

Manifestação contra o aumento do transporte público

O 1º Ato pela revogação do aumento da tarifa e pelo passe livre organizado pelo Comitê Regional Unificado contra o aumento das passagens do ABCDMRR ocorreu em Santo André no dia 18 de janeiro. A concentração foi na Concha Acústica, onde iniciaram as intervenções dos ativistas. Em seguida, teve início a manifestação pelas ruas do centro comercial. O ato reuniu cerca de 300 ativistas.

O POR entrevistou com seu manifesto e na caixa de som. Em sua fala, considerou que já tinham sido levantadas reivindicações essenciais, como a estatização do transporte coletivo e o passe livre estudantil, e se concentrou em outras duas reivindicações. Uma é a criação de uma linha intermunicipal que interligue os campi da UFABC, demanda negligenciada há anos pelos governantes, que aumentam as tarifas apenas para beneficiar os empresários. A segunda é a reivindicação geral de um salário mínimo vital, que cubra os custos da família trabalhadora, como transporte, alimentação e aluguel, pois a luta isolada contra o aumento dos preços das passagens é limitada e a defesa dos salários serve à generalização da luta a todos os trabalhadores.

A intervenção permitiu repercutir a política proletária, que a medida que for assimilada pela vanguarda com consciência de



classe poderá se projetar e forjar uma ofensiva da juventude oprimida e das massas trabalhadoras contra a burguesia e seus governantes em defesa de suas reivindicações mais sentidas.

Paraná

Ato contra o aumento da tarifa dá início à mobilização

No dia 10 de janeiro realizou-se um ato em Londrina que finalizou numa passeata em torno ao terminal urbano. A manifestação reuniu cerca de 100 pessoas, em sua maioria militantes de agrupamentos anarquistas, estudantes do PCB, representante do PDT e até um ou outro do PT. O POR participou da manifestação distribuindo um boletim específico em que defende a vinculação da luta contra a tarifa do ônibus à luta por salário, empregos e direitos, e na sua intervenção enfatizou a importância da unidade com as outras mobilizações em curso.

O mérito dessa manifestação consiste na afirmação da ação direta como o método de enfrentar o ataque dos donos dos ônibus e da prefeitura, pois, em que pese não ter sido organizado pelo do Comitê pelo Passe Livre, protagonista da resistência aos aumentos desde 2003, nessa manifestação prevaleceu o método de manifestação de rua, provocando o pavor na segurança do terminal urbano quando a passeata circundou o prédio, pois na cabeça dos capangas ainda está fresca a lembrança das inúmeras vezes que o Comitê cercou o terminal e o ocupou.

Fica, no entanto, a tarefa de organizar a continuidade das manifestações de modo a incrementar a participação da juventude e dos trabalhadores e também chamar à unidade com a outra articulação que está se gestando na cidade.

Reformismo tenta subordinar a mobilização às finalidades eleitorais.



No dia 5 de janeiro, foi realizada uma plenária convocada pelo PT, Pcdob, PSOL, PV, coordenação de movimentos populares e outros agrupamentos vinculados ao reformismo para organizar um movimento contra o aumento da tarifa. O POR participou dessa plenária, se colocando a favor dum amplo movimento popular, privilegiando os métodos de ação direta e se opondo à caracterização que personalizavam exclusivamente no prefeito a responsabilidade pelo aumento. Mostramos o quanto, ao longo dos últimos vinte anos, a Câmara Municipal, o judiciário, o ministério público

e a imprensa também estavam no bolso dos empresários do transporte, de modo que a exclusiva condenação do prefeito passava uma ideia eleitoreira.

Propusemos um panfleto para distribuir no terminal chamando um ato para o dia 12, mas a nossa proposta foi rejeitada e substituída por uma filipeta claramente eleitoreira e despolitizada. Por essa razão, não assinamos a convocação dessa frente, mas defendemos a necessidade de unificar com todas as iniciativas de organização em curso. A revolta popular contra o aumento pode propiciar o engajamento numa parte da população e ultrapassar a limitação eleitoreira.

MARCELO BELINATI CONTRA O POVO

R\$ 5,75 É ROUBO

Prefeito Marcelo Belinati aumentou a passagem do ônibus em 20% na calada da noite. R\$ 5,75 é um absurdo. Um verdadeiro roubo. E ainda joga a culpa nos mais necessitados, que usam passe livre (doentes renais crônicos, com câncer, acompanhantes de crianças com deficiências, idosos...).

Quer que os trabalhadores, estudantes, desempregados, paguem a conta, repassando esses custos para a tarifa.

VAMOS DAR UM BASTA!!!

CANCELAR O AUMENTO DA TARIFA JÁ PASSE LIVRE PARA TODOS OS ESTUDANTES

CMP	ULES	UBM	PSOL	PCDOB	CDH	APP
FRENTE ANTIRACISTA	ULS	PT	MARL	PAPO RETO		
ALTERNATIVA POPULAR	POT	REDE	MARÇA MUNDIAL DE MULHERES			
FRENTE POPULAR DE SAÚDE	COLETIVO POPULAR	SINDICATO DOS VIGILANTES				
COMITÊ POPULAR DE LUTA	FRENTE FEMINISTA	LEVANTE POPULAR				
SINDICATO DA SAÚDE	BR CIDADES	SINDICATO DOS BANCÁRIOS				

Pela MASSAS

Pela revogação do aumento da tarifa!

- Em defesa da existência, sem indenização, de todo o sistema de transportes, sob controle dos trabalhadores e usuários!
- Passe livre para estudantes e desempregados!
- Contra o aumento do custo de vida, e preciso lutar pelo salário mínimo vital, com reajuste automático! Emprego a todos, com estabilidade!
- Toda a força às manifestações contra o aumento das tarifas! Unificar as lutas ao redor das reivindicações elementares dos oprimidos!
- Que as centrais, sindicatos, movimentos e entidades estudantis convoquem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e manifestações massivas de rua!

A CMTU (Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização) divulgou a nova tarifa do transporte público que passou a valer desde o primeiro dia do ano de 2024. O aumento que sai de R\$ 4,80 e vai para R\$ 5,75, representa 19,7% a mais e, segundo a CMTU, o aumento foi aprovado pela Câmara dos Vereadores. O aumento nos gastos com transporte provoca um forte impacto no custo de vida dos trabalhadores e da juventude oprimida. Considerando o novo valor do salário mínimo, que é de R\$ 1.412,00, o gasto médio com transporte representa 17,9% desse montante.

O projeto desse aumento é que seria para cobrir as "grandes" - idosos, doentes crônicos, etc. - que demonstram o cinismo do prefeito, da Câmara Municipal, do MP e do judiciário e da imprensa coniventes. Nos últimos anos, os proprietários das linhas de ônibus têm recebido mais de 100 milhões de subsídios da Prefeitura, ou seja, dinheiro dos impostos pago pelo povo que são retirados das políticas sociais para encher o bolso dos capitalistas.

A revogação do aumento é urgente para defender as condições de vida da grande maioria dos trabalhadores e para enfrentar a pauperização das massas. Por isso, a luta contra o aumento das passagens não está isolada da luta pelos salários, pelo emprego e direitos. O POR defende a bandeira de salário mínimo vital, com reajuste automático; emprego a todos, com estabilidade; e toda a força às manifestações contra o aumento das tarifas! Unificar as lutas ao redor das reivindicações elementares dos oprimidos!

Defendemos a necessidade de unificar com todas as iniciativas de organização em curso. A revolta popular contra o aumento pode propiciar o engajamento numa parte da população e ultrapassar a limitação eleitoreira.

novo valor do salário mínimo, que é de R\$ 1.412,00, o gasto médio com transporte representa 17,9% desse montante.

O pretexto deste aumento é que seria para cobrir as "gratuidades" - idosos, doentes crônicos, etc. - o que demonstra o cinismo do prefeito, da Câmara Municipal, do MP, do judiciário e da imprensa coniventes. Nos últimos anos, os proprietários das linhas de ônibus têm recebido mais de 100 milhões de subsídios da Prefeitura, ou seja, dinheiro dos impostos pago pelo povo que são retirados das políticas sociais para encher o bolso dos capitalistas.

A revogação do aumento é urgente para defender as condições de vida da grande maioria dos trabalhadores e para enfrentar a pauperização das massas. Por isso, a luta contra o aumento das passagens não está isolada da luta pelos salários, pelo emprego e direitos. O POR defende a bandeira de salário mínimo vital, que corresponde ao valor suficiente para sustentar o trabalhador e sua família, a ser calculado pelas assembleias - a militância do POR defende que nenhum trabalhador receba menos que o salário mínimo calculado pelo DIEESE, que é de R\$ 6.294,71, com reajuste automático (ou seja, sobem os preços, aumentam os salários).

É fundamental defender o emprego a todos, com estabilidade, aplicando a escala móvel das horas de trabalho, que implica dividir as horas de trabalho entre todos aptos ao trabalho, sem redução de salários. Essas bandeiras devem ser combinadas à defesa do passe livre para estudantes e desempregados, pois esses setores exigem medidas específicas de proteção. Defendemos dessa forma um programa que tem como ponto de partida o que há de mais concreto, que é a resposta ao problema da miséria das massas, mas não se detém aí, faz a ponte com as bandeiras mais gerais, como a luta pela estatzização, sem indenização, das empresas de transporte, sob controle dos trabalhadores e usuários.

O problema está no imobilismo das direções sindicais, que nada fazem para protestar contra o aumento das passagens. Como se vê, a unidade entre os trabalhadores, em especial o proletariado, e a juventude oprimida depende da superação da política atrasada, burocrática e desmobilizadora das direções sindicais.

Quando à bandeira do passe livre para todos (ou "tarifa zero"), o POR há muito tempo a questiona por se tratar de uma panaceia e, como tal, acaba desviando concretamente a mobilização da luta pelos salários. Trata-se de um suposto remédio para todos os males, que na verdade não chega nem perto de atacar o problema fundamental, que são a intensificação da exploração do trabalho assalariado e a miséria das massas, reflexos da decomposição do capitalismo. Ademais, se esconde que o "passe livre para todos" seria financiado com subsídios de dinheiro público aos capitalistas.

Defendemos que as direções das centrais, sindicatos, movimentos e entidades estudantis convoquem as assembleias presenciais, organizem os comitês, enfim, mobilizem as suas bases, de forma a erguer um movimento massivo e unificado. É preciso rejeitar toda medida que leve à divisão da mobilização. Nosso objetivo deve ser o de unificar as lutas, inclusive nacionalmente. É fundamental que as direções convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações, bloqueio de avenidas, ocupações e grandes atos de rua.

Pela revogação do aumento da tarifa; salário mínimo vital, com reajuste automático; emprego a todos, com estabilidade, aplicando a escala móvel das horas de trabalho, dividindo as horas de trabalho entre todos os aptos ao trabalho, reduzindo a jornada, sem reduzir os salários, e revogação de todas as contrarreformas, nenhum direito a menos para os explorados.


Boletim do POR
Pela revogação do aumento da tarifa

- *Em defesa da estatização, sem indenização, de todo o sistema de transportes, sob controle dos trabalhadores e usuários!*
- *Passe livre para estudantes e desempregados!*
- *Contra o aumento do custo de vida, é preciso lutar pelo salário mínimo vital, com reajuste automático! Emprego a todos, com estabilidade!*
- *Toda força às manifestações contra o aumento das tarifas! Unificar as lutas ao redor das reivindicações elementares dos oprimidos!*
- *Que as centrais, sindicatos, movimentos e entidades estudantis convoquem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e manifestações massivas de rua!*

10 de janeiro de 2024

A CMTU (Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização) divulgou a nova tarifa do transporte público que passou a valer desde o primeiro dia do ano de 2024. O aumento que sai de R\$ 4,80 e vai para R\$ 5,75, representa 19,7% a mais e, segundo a CMTU, o aumento foi aprovado pela Câmara dos Vereadores. O aumento nos gastos com transporte provoca um forte impacto no custo de vida dos trabalhadores e da juventude oprimida. Considerando o

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



São Paulo

Intervenção da Corrente Proletária na Educação

Durante as férias de janeiro, ocorreram duas manifestações em defesa dos empregos e salários dos professores contratados (categoria O). A primeira, convocada pela direção da Apeoesp, chamada como assembleia da categoria O contou com muitos professores. Constituiu uma comissão para discutir com os representantes do governo na Secretaria da Educação, que acabou com a promessa de em uma semana apresentar uma resposta aos problemas dos professores.

Mas, até o presente momento não houve nenhum pronunciamento do governo. Diante da falta de resposta, um grupo de professores, convocado pelo PSTU e outras correntes, retornou à SEDUC, no dia 16 de janeiro. A direção da Apeoesp, por sua vez, permaneceu calada, embora tenha discursado, no dia 9, a favor de uma greve no início do ano letivo, e se limitado a convocar uma reunião do Conselho Estadual, porém virtual, em 23 de janeiro.

Como se vê, o ultradireitista Tarcísio e seu secretário Feder não estão vendo sentido em responder às reivindicações do professorado. Não sentem a força coletiva do professorado, exigindo emprego e salário. Contam com a divisão da categoria. Buscar a unidade é uma tarefa árdua por parte da direção sindical. E sem essa coesão, que só pode ser com o método grevista, não será possível impor derrotas ao plano do governo, que tem como eixo o corte de recursos à educação (de 30% para 25%), a manutenção dos baixos salários, o fechamento de salas e turnos, a municipalização, a continuidade da farsa do Novo Ensino Médio e a manutenção de milhares de professores na condição de contratados sem nenhuma garantia de emprego.

A Corrente proletária interveio nas manifestações defendendo a convocação de uma assembleia estadual, com todos os professores, sem nenhuma distinção, para preparar a greve. Publicamos abaixo passagens de todos Manifestos. O primeiro, no dia 9, com as chamadas: “Convocar a assembleia estadual para discutir as reivindicações e aprovar os métodos de luta! Mobilizar o conjunto da categoria para dar uma resposta aos ataques do governo Tarcísio sobre os professores Categoria O, erguendo um programa de reivindicações

contra a precarização e o desemprego, em defesa da estabilidade a todos, com a diminuição da jornada, sem redução dos salários. Que o governo pague imediatamente os salários e o valor das férias!”. E conclui: “Não há o que esperar! É urgente a unificação de contratados e efetivos! E mais: como os problemas da precarização, dos baixos salários, da superexploração etc. atingem outros setores além do magistério, torna-se decisivo unificar o conjunto dos oprimidos, tomando como ponto de partida suas reivindicações mais elementares (emprego, salário e direitos), fazendo a ligação com as bandeiras mais gerais de luta. A Corrente Proletária tem feito uma campanha sistemática em torno à bandeira de um Dia Nacional de Luta”.

Na Manifestação do dia 16, a Corrente Proletária atuou com o Boletim que dizia: “Unificar os professores contratados com os efetivos, e os trabalhadores da Educação com os explorados em geral! Que a direção da Apeoesp convoque a assembleia estadual para discutir as reivindicações e aprovar os métodos de luta! Que o governo pague imediatamente tudo o que deve aos professores! Erguer um programa de reivindicações contra a precarização e o desemprego, em defesa da estabilidade a todos, com a diminuição da jornada, sem redução dos salários! Nenhum professor sem aula, nenhum estudante sem escola! Diz o Boletim: A linha de preparar a greve, como anunciado pela direção sindical na assembleia de 9/1, tem de ser conduzida de forma séria, não pode, em hipótese alguma, ser usada como mais uma bravata, ou como moeda de troca nas negociações com o governo. Os professores necessitam de uma assembleia de toda a categoria, para unificar a luta. É inadmissível, diante de um contexto de tantos ataques, qualquer ação que divida os trabalhadores. A nossa força resulta da ação coletiva, massiva e organizada. Ao contrário da política de conciliação de classes levada a cabo pela direção da Apeoesp, nossa política deve ser a da independência de classe. A Corrente Proletária na Educação defende que se levante uma luta unitária, de toda a categoria, em defesa dos empregos, dos salários e direitos, e os nossos métodos devem ser os métodos históricos da classe operária, ou seja, a ação direta das massas, a greve, as ocupações, os bloqueios de avenida, os atos multitudinários etc.”

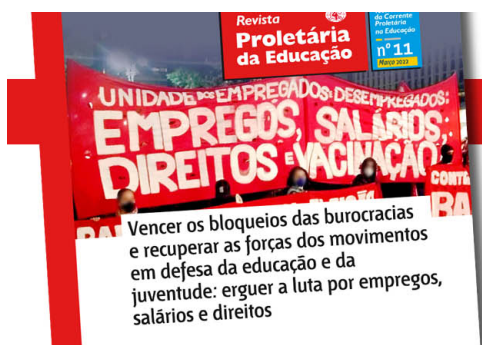
Ceará

Campanhas Salariais do funcionalismo e magistério em 2024

Em janeiro, iniciaram as campanhas salariais do funcionalismo e magistério municipais. No dia 17/01, dezenas de sindicatos e algumas federações como Sindifort, Fetamce, Sindsaúde, Sinasce, Sintaf etc. lançaram a campanha salarial unificada com um ato de rua na Praça da Bandeira (Centro). A reposição salarial reivindicada pelos servidores é de 9,35%. O Sindiute (professores), por sua vez, tem convocado os professores a paralisarem suas atividades no dia 26/01, primeiro dia do calendário letivo, reivindicando 10,09% de reajuste.

A situação dos servidores é conhecida. Anos e anos de arrocho levaram a uma defasagem salarial superior a 20%. Nesse sentido, a reivindicação de 9,35% é rebaixada e expressa o modo de agir da burocracia, que lança apenas as reivindicações que caibam no orçamento previsto pela prefeitura.

O Sindiute não fica muito atrás. Vergonhosamente, suspendeu o ato de rua, marcado para dezembro, a fim de entregar a pauta de reivindicações à Prefeitura, alegando novos casos de covid. Nos meses precedentes, aprovou a pauta de reivindica-



Revista Proletária na Educação

nº 11
Março 2022

As contrarreformas estão em pleno processo de aplicação nos estados e municípios, piorando sensivelmente a situação de vida dos trabalhadores em geral, e os da educação em especial. A Pandemia acentuou todos os problemas. Configura-se um cenário de destruição e de pesados ataques por parte da burguesia contra os explorados. E é justamente essa situação geral que se pretende refletir na 11ª edição da Revista Proletária

ções de forma virtual sem maiores debates. Esta pauta inclui: a) pagamento do piso de R\$ 4.580,57; b) concurso público para professores, técnicos, supervisores e orientadores; c) inclusão dos funcionários de escola no PCCS da Educação; d) CLT para professores substitutos; e) fim do confisco de 14% dos aposentados e f) direito ao anuênio e licença-prêmio para os novos concursados.

Com esta pauta, a burocracia sindical abre mão de reivindicar a revogação da maldita reforma da previdência de Sarto (que além do confisco de 14% dos aposentados, aumentou a idade mínima para homens/mulheres e o percentual de contribuição de 11% para 14% sobre os servidores ativos). Além disso, abre mão da defesa da efetivação dos substitutos, da redução do número de alunos por sala, e da luta contra as escolas integrais entre outros pontos.

Ceará

Elmano/PT prepara reajuste rebaixado para o magistério estadual

A campanha salarial do magistério estadual se iniciou ainda em novembro de 2023, organizada pela APEOC (PCdoB – O Trabalho/PT – Resistência/PSOL), que convocou vários encontros/assembleias regionais pelo estado. Apesar disso, não armou a categoria contra a enrolação do governador Elmano/PT que, no final de dezembro de 2023, enviou a proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 para aprovação na Assembleia Legislativa (ALECE) sem a previsão de reajuste para os professores.

Elmano de Freitas anunciou que o reajuste será feito a partir de um PL a ser enviado apenas em fevereiro, após rodadas de negociações com a burocracia sindical. Ele adiantou, porém, que o reajuste corresponderá à reposição da inflação (lembramos que a inflação oficial - IPCA de 2023 – foi tão somente

A Corrente Proletária/POR tem convocado os professores à paralisação do dia 26, porém, defende a unificação das campanhas salariais do magistério com os demais servidores (por meio de atos conjuntos etc.), assim como a convocação imediata de assembleia presencial para que a categoria vote um plano de luta e avalie a pauta entregue.

A luta por melhores condições de vida e trabalho se choca com o capitalismo em decomposição e seus governos municipais. A tarefa dos marxistas-leninistas-trotskistas, nesta e em outras lutas pontuais, é batalhar pela elevação da consciência de classe dos explorados partindo da defesa firme de suas necessidades mais elementares.

4,62%) mais algum ganho real. Ao mesmo tempo lembrou das dificuldades fiscais do estado, do esforço de convocar concursados etc., o que é uma clara sinalização de que o reajuste proposto será de miséria.

As forças políticas que participam da atual direção da APEOC têm se acomodado à fala do governador e aguardado o início das negociações sem preparar a categoria para a luta, caso as reivindicações sejam rejeitadas pelo Palácio da Abolição.

A Corrente Proletária na Educação/POR vem defendendo na base a convocação imediata de uma assembleia geral unificada (capital e interior), para fazer um balanço da situação e organizar um plano de lutas da categoria. Ao silêncio e comodismo da direção da APEOC, é preciso responder com a exigência da organização e mobilização imediata da categoria.

Rondônia

Governador reduz o valor do auxílio transporte dos servidores estaduais

O governador Marcos Rocha/União Brasil ataca, mais uma vez, os servidores públicos do estado de Rondônia com a redução do valor do auxílio transporte. O governador diz que está seguindo uma decisão judicial, que prevê o pagamento do auxílio transporte no valor que exceder a 6% do vencimento.

Antes dessa decisão, o governo pagava o auxílio transporte administrativamente no valor cheio da quantidade de deslocamentos do servidor. Quem tem carga horária e 40 horas recebia o equivalente a 4 deslocamentos, e quem tem jornada de 20 horas recebia o equivalente a 2 deslocamentos. Os valores tinham como referência a tarifa do transporte coletivo da cidade.

A decisão do governador aconteceu no dia 11 de dezembro, próximo do período de férias da maioria dos servidores, quando há dificuldades de mobilizar as diversas categorias, sobretudo do setor da educação. Até o momento, a situação permanece sem nenhuma alteração e as direções sindicais continuam

com as “mesas de negociações”, sem preparar a mobilização dos servidores do estado

A Corrente Proletária na Educação/POR defende que os diferentes sindicatos, que atendem aos servidores públicos de Rondônia, convoquem os servidores para a realização de assembleias unificadas. O objetivo é discutir os problemas enfrentados por cada segmento de luta, para combater coletivamente essa medida e aprovar uma campanha unitária pelo atendimento das reivindicações.

Para assegurar as condições de vida e trabalho de servidores públicos e demais trabalhadores, a Corrente Proletária defende ainda o salário mínimo vital com escala móvel de reajuste, em que o salário possa acompanhar a alta dos preços das mercadorias, de modo a atender às necessidades vitais, como emprego para todos e salário que cubra as reais necessidades dos trabalhadores e suas famílias.

Rio de Janeiro

Ato da Educação pelo cumprimento de direitos trabalhistas

Os profissionais de educação da rede municipal, em sua maioria professores, fizeram um ato em frente à prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, no dia 10 de janeiro, com as pautas de atualização do Piso Nacional do magistério de 2023, pagamento dos retroativos dos PAEIs e o retorno do auxílio transporte.

Logo no início das férias escolares, os professores que ganhavam mais de quatro salários mínimos tiveram o auxílio transporte cortado, mesmo sendo um direito expresso no edital do concurso que prestaram para seus cargos. O Secretário Municipal de Educação, Renan Ferreirinha, através de redes sociais disse que foi uma ordem do Tribunal de Contas e que só cabia ao município acatar. Diante disso, no dia 29 de dezembro os professores foram em frente à prefeitura e fizeram um protesto pedindo o retorno do auxílio. Depois disso e de uma insistente pressão nas redes sociais do secretário, o próprio anunciou a volta do benefício fazendo honras a suposta dedicação do prefeito Eduardo Paes, que já iniciou sua campanha de candidatura à reeleição.

No protesto do dia 10, compareceram o SEPE (Sindicato Esta-

dual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro) e o SINPRO (Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região), o Sindicato dos Radialistas e profissionais da área da saúde exigindo os PCCs da saúde e em apoio à educação. Houve uma ausência de partidos políticos de forma geral. O POR compareceu, mas não interveio no ato.

Eduardo Paes e seu secretário de educação, pelas pré pesquisas eleitorais, acham que não terão uma concorrência exponencial, então, cada vez mais manifestam o caráter exploratório do seu governo e os professores já entenderam isso. É fundamental que o movimento dos profissionais da educação do Rio de Janeiro receba apoio de outros setores dos explorados, em especial os sindicatos da classe operária que ainda estão ausentes nos atos para que as reivindicações imediatas dos professores sejam cumpridas e que o movimento não se encerre mediante as conquistas. Somente um único movimento encabeçado pela classe operária pode dar vazão às necessidades, não só dos profissionais da educação, mas também da maioria oprimida.

Rio de Janeiro


Enchentes escancaram as condições miseráveis da população pobre o avanço da degradação ambiental

Nos últimos dias, a cidade do Rio de Janeiro foi afetada diretamente pelas chuvas que provocam enchentes na capital fluminense há séculos. Dessa vez, as regiões que mais sofreram com as chuvas são também as regiões que mais concentram a classe operária da capital, sendo elas a Zona Norte e a Baixada Fluminense. Como foi dito, não é de hoje que as chuvas provocam estragos no Rio de Janeiro, tendo suas primeiras ocorrências datadas de 1575, mas inegável que com o avanço da degradação ambiental, provocado pela anarquia de produção capitalista, essa situação se torna cada vez mais comum.

O fato de ser um problema crônico, que já remete há gerações, é outro motivo para que população carioca não deposite esperanças em promessas do poder público que visem “resolver o problema das enchentes”. A luta da população pobre contra a política dos governantes é fundamental, para que esse grave problema faça parte do programa de reivindicações dos explorados, que inclui as condições de moradias dignas. A atitude passiva de se submeter ao assistencialismo quando a tragédia ocorre (cestas básicas, abrigos etc.) já mostrou e vem mostrando que não fortalece o combate às condições miseráveis, na qual são empurradas as famílias trabalhadoras, cada vez mais nas encostas de morros e regiões sujeitas aos desabamentos com as chuvas. Será com a força coletiva dos explorados que se imporá as reivindicações de defesa da vida da população pobre, que com a enchentes acabam perdendo familiares e seus pertences. Para que todo ano não se repita a mesma tragédia, é dever das direções sindicais e movimentos populares organizarem a luta nas ruas em defesa das condições de existência de milhões de trabalhadores, sob as bandeiras da luta pelo salário, emprego, direitos e moradia.



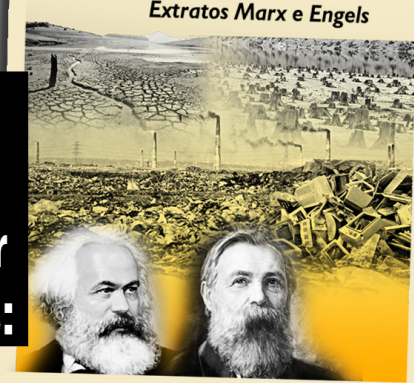
R\$5




Capitalismo e destruição da natureza


Extratos Marx e Engels

Adquira com o distribuidor de Massas:





Partido Operário Revolucionário



MASSAS

Nesta edição:

Palestina

- Manifesto do Partido Operário Revolucionário (12/01/2024); - Intervenção nos atos Palestina; - Entrevista de Atilho sobre a Palestina para o Mesa de Debates.

Argentina

- Editorial: Importância da greve ativa com mobilização para o Congresso da CGT/CTAs no dia 24 de janeiro; - O Parlamento na etapa atual; - Outras sentenças contra o DNU de Milei; - Unificar a partir de baixo a luta dos trabalhadores do Estado com os outros trabalhadores.

Equador

- Crise de segurança no Equador expõe a decomposição do capitalismo.

Trotsky

- Estudos sobre Trotsky e a restauração.

Lênin

- 100 anos do falecimento de Vladimir Ilyich Ulianov (Lênin).

Artigos das Seções
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**



O Manifesto abaixo publicado foi distribuído nas manifestações ocorridas no dia 13 de janeiro, convocada em nível mundial. Faz parte da campanha sistemática do POR em defesa do fim do genocídio e pela direito à autodeterminação do povo palestino.



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS
MASSAS

Órgão do Partido
Operário Revolucionário

☎ (11) 95446-2020

Nº 02 - 12/1/2024



**Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR)
À classe operária, aos demais trabalhadores e à juventude oprimida**

**Três meses de fogo e destruição
praticados pelo Estado sionista!
Fora as Forças de Defesa de
Israel da Faixa de Gaza!**

Fora as Forças de Defesa de Israel da Faixa de Gaza!

Pelo fim imediato de todo cerco montado pela burguesia sionista ao povo palestino dividido entre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza!

Combater o genocídio do povo palestino, combatendo os Estados Unidos e sua aliança imperialista.

Unir em um só movimento anti-imperialista os explorados do Oriente Médio para derrotar o colonialismo sionista, os governos árabes pró-imperialistas e o intervencionismo das potências saqueadoras.

Unir os palestinos em uma só luta por sua libertação nacional e pela conquista da autodeterminação.

Dirigir o combate antissionista e anti-imperialista em direção à unificação do território da Palestina sob uma República Socialista.

Que o movimento mundial dos trabalhadores em apoio ao povo palestino constitua uma poderosa frente única anti-imperialista voltada a combater toda forma de opressão nacional e de classe; voltada a enfrentar a escalada militar; voltada a transformar as guerras de dominação em curso em guerras de libertação; e voltada a unir o proletariado mundial em torno ao programa da revolução social.

O Estado sionista de Israel e o imperialismo, sobretudo o norte-americano, não conseguiram ocultar que a guerra contra a Faixa de Gaza resultaria em genocídio do povo palestino. E não conseguiram esconder que o genocídio é consequência histórica da implantação do Estado sionista por meio da força econômica e militar do imperialismo, tendo à sua frente primeiro a Inglaterra e, em seguida, os Estados Unidos.

A oligarquia sionista de Israel serve à burguesia imperialista, opressora e saqueadora dos povos em todos os continentes. A expulsão dos palestinos de suas terras por meio de guerras e anexações territoriais gradativas concluiu transformando o território palestino em um enclave dos Estados Unidos e aliados no Oriente Médio.

A decomposição e o fracasso do nacionalismo árabe em conquistar a real independência nacional fizeram parte do vitorioso processo de implantação do Estado sionista pela força das guerras. Agora, em resposta à operação militar do Hamas em 7 de outubro do ano passado, o mundo assiste a mais uma das ofensivas bélicas de Israel objetivando ampliar as anexações.

A primeira bandeira do Estado sionista e dos Estados Unidos foi a do “direito de Israel se defender”. Prenunciou a matança que viria a ocorrer. De fato, correspondia ao direito ditado pelo poderio militar de continuar a marcha das anexações e da subjugação total dos palestinos.

A situação da Cisjordânia se distingue apenas em grau do que se passa na Faixa de Gaza. Sob a guarda do governo da Autoridade Palestina e da polícia de Israel, os colonos sionistas vão se apossando de mais uma parte do território. Os métodos e os meios colonizadores aplicados na Cisjordânia, como se vê, são distintos apenas no grau da violência contrarrevolucionária de dominação desfechada na Faixa de Gaza.

Qualquer resistência dos palestinos à dominação territorial pelo Estado sionista, por mais limitada que seja, é revolucionária, uma vez que contém o germe do combate pela autodeterminação da nação oprimida. O Estado sionista pratica o genocídio na Faixa de Gaza em nome de eliminar o Hamas. Concretamente, ataca e massacra a população desarmada para evitar que as massas venham a se armar em um movimento revolucionário contra seus opressores e pela defesa de sua sobrevivência nacional.

Os levantes armados dos explorados serão o caminho pelo qual percorrerá a luta revolucionária anti-imperialista. Os Estados Unidos sabem perfeitamente que o Hamas, pelo seu conteúdo de classe e por sua ideologia religiosa, dificilmente recorrerá ao armamento popular, mas, por ser uma resistência armada, expressa a tendência e a vontade dos palestinos em combater com as armas nas mãos o colonialismo genocida.

O curso da luta pelo fim da opressão nacional é o da organização de movimentos revolucionários, baseados e orientados pelo programa da revolução social, que contém a dura e violenta resistência anti-imperialista. Entre os mais de vinte e três mil palestinos

mortos em apenas três meses, dois terços são de mulheres e crianças. As mulheres não estão armadas para o combate. As crianças sofrem os impactos sem poderem compreender, ou pouco compreenderem, o porquê de tantas bombas vindas das alturas e de tantos bombardeios descarregados por terra.

As Forças Armadas de Defesa de Israel não podem e não têm motivo para contar com tais diferenciações. Estratégica e conscientemente, atacam o povo palestinos que resiste há 75 anos ao colonialismo sionista-imperialista. Esse é o conteúdo histórico e a particularidade do genocídio que banha de sangue e terror a Palestina.

A África do Sul acionou a Corte Internacional de Justiça da ONU para investigar crimes de guerra e genocídio. Serve como denúncia. A ONU é conivente desde o momento que permitiu aos Estados Unidos imporem e manterem o apoio à prática do genocídio à vista de todos.

O governo Lula acertou em apoiar a ação da África do Sul. Mas, na prática, nada fez para apoiar as manifestações no Brasil e no mundo. O PT e a burocracia sindical, em palavras, condenam a matança. O governo e seus apoiadores pelo menos não se juntaram à direita e ultradireita pró-sionistas. Evidentemente, não se lançam contra o principal responsável pelo genocídio, que são os Estados Unidos e o governo Biden. O que não resulta em ação concreta para mobilizar a população pelo fim do massacre e da opressão nacional. Essa é a forma envergonhada dos nacional-reformistas de baixarem a cabeça perante o imperialismo.

A questão palestina, com mais essa conflagração, emerge com todo seu potencial de crise no Oriente Médio, que, por sua vez, reflete a crise mundial do capitalismo. Estão bem visíveis os elos da guerra na Faixa de Gaza com a guerra na Ucrânia e com o agravamento dos conflitos na África e na América Latina. As particularidades dos choques não devem ser tomadas isoladamente. Estão entrelaçadas no processo geral de decomposição do capitalismo, em meio ao qual se potencia a guerra comercial e se destacam as contradições entre os Estados Unidos e a China.

A importância do grandioso movimento de massa contra o genocídio do povo palestino está em que estabelece um marco da luta anti-imperialista, retomando os patamares do movimento pelo fim do intervencionismo dos Estados Unidos no Vietnã, na década de 1970. O problema está em aumentar sua capacidade de combate à opressão imperialista.

Não é possível uma previsão segura até que ponto o estremecimento em curso do Oriente Médio pode impulsionar conflitos generalizados. Está visível, no entanto, que a guerra contra a Faixa de Gaza reacendeu os motivos que no passado levaram o Estado sionista às guerras com o Líbano e a Síria, sobretudo. São sintomáticas as ações de Israel no Líbano, orientadas pelo imperialismo, voltadas a assassinar lideranças do Hamas. Nesse mesmo sentido, os Estados Unidos mataram um dirigente do movimento islâmico no Iraque. O atentado terrorista no Irã, assumido pelo Estado Is-

lâmico, que ensanguentou o cerimonial de homenagem a um dos líderes das brigadas iranianas, Qassem Soleimani, assassinado pelos Estados Unidos, não constituiu em um caso isolado da cadeia de acontecimentos que perpassa o Oriente Médio. A resistência do Iêmen em apoio aos palestinos vem servindo de motivo para os Estados Unidos e Inglaterra prepararem uma intervenção no país mais mobilizado contra o poder imperialista. De conjunto, essas manifestações alimentam as tendências gerais da crise no Oriente Médio.

As manobras de Joe Biden para encontrar uma saída para a guerra na Faixa de Gaza responde à movimentação das massas contra o genocídio. Sem alcançar a liquidação do Hamas e sem a evidência de que a continuidade da carnificina vai alcançar tal

objetivo, o imperialismo manobra para impor de fora um poder na Faixa de Gaza, que resulte na manutenção do controle sionista. Em três meses de tormenta, chega-se a esse ponto indefinido.

É preciso reativar o movimento internacional e colocá-lo em um patamar mais elevado da luta anti-imperialista. Para isso, é preciso superar as ilusões sobre a possibilidade de uma solução pacificadora. Hoje, retomamos às ruas sob as bandeiras de fim imediato da guerra, retirada das Forças Armadas de Israel, eliminação de qualquer cerco sionista à Faixa de Gaza e Cisjordânia e pela autodeterminação do povo palestino. Se avançarmos as manifestações em todo o mundo sobre essa base, fortaleceremos o combate anti-imperialista pela derrota do colonialismo genocida.

Manifestação em SP marca retomada da luta contra o massacre de Israel sobre Gaza



Aconteceu no dia 13, a partir de um chamado internacional, um dia de luta pelo cessar-fogo em Gaza. A Frente Palestina de SP aderiu ao chamado e organizou uma manifestação na Av. Paulista, que contou com aproximadamente 3 mil pessoas. Não se via esse número nas manifestações desde novembro, mas ainda está muito abaixo das necessidades da luta contra o massacre promovido pelo Estado sionista de Israel na Faixa de Gaza.

A preparação desta manifestação contou com uma reunião virtual, onde se discutiu as principais formas de mobilização para o ato. O POR defendeu nessa reunião, que a Frente trabalhasse para pressionar os sindicatos e movimentos para que discutissem e convocassem suas bases para a participação. A ideia central é a necessidade de massificar os atos, abandonar a quase exclusividade do convencimento individual que predomina na Frente e a participação massiva a partir das entidades, que em sua maioria permanecem indiferentes ao movimento. Um bom exemplo está na Apeoesp, o maior sindicato docente do país, dirigido pelo PT, que não estava presente na manifestação.

Neste sentido, fizemos a proposta de elaborar um documento que fosse entregue nos sindicatos e movimentos com esse chamado. A proposta foi aprovada e foi criada uma comissão. No entanto, alguns integrantes da comissão trabalharam para dificultar a elaboração de um documento com o conteúdo aprovado na reunião. Uma militante do PCB-RR defendeu: “não é nosso papel direcionar ou orientar como cada organização, sindicato ou movimento irá pautar e mobilizar a sua própria base”, se referindo a parte do texto que dizia “consideramos fundamental que as entidades realizem suas assembleias e discutam com suas bases a participação neste dia e outras formas de apoiar a luta contra essa barbárie que vem acontecendo no Oriente Médio”. Uma militante do MES/PSOL atacou: “não gosto da forma como está escrita essa coisa das assembleias, porque é muito restrito a uma forma de construção específica. [...] por mim esse parágrafo seria suprimido.”

Obviamente, não se tratava de impor nada, mas de deixar clara a importância de incorporar os trabalhadores na luta a partir dos seus organismos de classe, ressaltando a importância do método da assembleia para organizar a mobilização. Os centristas há muito abandonaram os métodos da democracia operária, e por isso a simples ideia de realizar assembleias lhes parece estranha e alheia. O texto saiu mutilado, mas, ainda assim, trabalhamos pela convocação. Entregamos a carta em alguns sindicatos e movimentos.

A manifestação, que marchou do MASP até a Praça Roosevelt, esteve sob o conteúdo político da denúncia do genocídio, principalmente. Foi possível verificar uma grande ilusão na ação movida pela África do Sul na Corte Internacional da ONU, reforçada pelo apoio do governo Lula. O POR expressou em seu manifesto que essa ação tem sua importância do ponto de vista da denúncia, mas que não devemos alimentar ilusões numa solução institucional da ONU ou outro organismo da burguesia internacional. Em relação ao apoio do governo Lula, o manifesto destacou uma certa incoerência em caracterizar como genocídio, mas não apoiar nenhuma ação concreta de luta, como as manifestações que vêm ocorrendo no país há mais de 3 meses. Aí está a explicação da ausência de sindicatos como Apeoesp, Metalúrgicos do ABC e outros, o seguimento ao governo não os autoriza participar de um movimento em que Lula não apoia abertamente. Isso mostra o governismo das direções sindicais e o necessário combate que a vanguarda com consciência de classe deve fazer a essas direções traidoras.

A militância porista se destacou nesta manifestação. Formou um bloco coeso, com seus materiais, boletins, jornais, bandeiras etc., e entouo do começo ao fim as palavras de ordem classicistas e revolucionárias de defesa do povo palestino. Entre elas, “O proletariado, não pára de lutar, Palestina socialista, do rio até o mar!”; “Gaza, Brasil, América Central, a luta Palestina é internacional!”; “É só fazendo revolução, pra acabar com toda forma de opressão!” etc. Além de dar uma entrevista para o canal do YouTube Mesa de Debates e uma intervenção no carro de som do ato [transcrições abaixo].

Em relação à intervenção no carro de som do ato, cabe um detalhamento maior. No momento de nossa crítica ao governo Lula por não apoiar as manifestações contra o genocídio que ele acabara de caracterizar, o microfone começou a falhar. Neste momento, diversos petistas que se encontravam próximos começaram a atacar o militante porista dizendo, “tira o microfone dele, tira o microfone dele!”; “já falou mais de 10 minutos” (tinha falado 2 minutos); “sectário!”; “só fala merda”, e outras coisas do tipo. Assim, a militância petista raivosa mostrou que a democracia só vale se se concordar com eles.

CONTINUA →

Apesar desse entretanto foi uma importante manifestação para retomar o caminho da luta contra Israel no país, mas carece de se proletarianizar e se massificar, o que passa pela atuação necessária dos sindicatos e movimentos populares. Não apenas com suas bandeiras, como têm feito a CUT e Conlutas, que participam dos atos apenas com representações, mas trazendo suas bases, organizadas a partir do seu local de trabalho.

A situação da guerra

A guerra já entrou em seu quarto mês, com desdobramentos importantes em relação à escalada do conflito no Oriente Médio. Um dos principais desdobramentos foram as ações do grupo Houthis, do Iêmen, contra navios mercantes no Mar Vermelho, o que resultou em resposta dos EUA e aliados europeus atacando posições desse grupo na capital do Iêmen, Sanaã. Os ataques do grupo aos navios, uma forma de defesa dos palestinos, têm obrigado os países que fazem essa rota desviar o caminho, fazendo o contorno na África, o que eleva o custo do transporte e o tempo de entrega. Esses efeitos já vêm sendo sentidos em diversos locais. Nos EUA, já se têm notícias de fábricas de automóveis que paralisaram sua produção devido ao atraso na chegada de peças. Também existe a consequência inflacionária sobre os preços das mercadorias. Esses são apenas alguns dos efeitos do conflito, que ainda não podemos ter a dimensão que pode atingir.

Na última terça (16), o Conselho Europeu decidiu acrescentar Yahya Sinwar, líder político do Hamas em Gaza, à sua lista de terroristas, o que implica a aplicação de uma série de sanções. Esse fato mostra como o imperialismo alimenta a guerra, apoiando o argumento de que o terrorismo do Hamas é o principal responsável pelos acontecimentos, e que acabando com o Hamas, acabaria a guerra.

Em Gaza, o problema da fome se destaca ao lado da matança e da falta de condições para atendimento hospitalar. Já são 25 mil mortos e 62 mil feridos. Cenas de milhares vagando atrás de comida são frequentes. Em uma dessas ocasiões um grupo que se reunia em torno de caminhões de alimentos foi alvejado pelas forças israelenses. O Catar enviou nesta quarta (17) novos suprimentos, mas reclama da dificuldade de fazer esses insumos chegarem devido aos bloqueios de fronteiras. O Secretário-Geral da ONU, António Guterres, pediu novamente um cessar-fogo de ambos os lados. Assim, o arauto da inutilidade expressou novamente a posição imperialista de que existem dois lados iguais no conflito. Como o fim da guerra fosse uma questão de bom senso dos dirigentes. A ONU tem servido para dar um caráter de legalidade ao massacre, ao permitir que os EUA manobrem como bem querem as votações e ações da entidade.

Israel anunciou uma redução das ações nos próximos dias, mas descartou um cessar-fogo próximo. Seu objetivo declarado de acabar com o Hamas é a máscara necessária para impor seus reais interesses sobre a terra Palestina, a anexação completa. Conta para isso com o apoio e a proteção dos EUA, que assistem, internamente, o crescimento do debate sobre a forma de conduzir esse apoio, já que se iniciam as prévias eleitorais, e tanto republicanos como democratas manobram com a condução da guerra para garantir uma base eleitoral para o próximo período. Trump, que venceu as prévias em Iowa, defendeu negociações com Israel e até com o Houthis, para estancar o conflito. Certamente, vê prejuízo nos cálculos eleitorais caso adote uma postura mais agressiva, o que implicaria mais recursos dos EUA para Israel.

O essencial é que esse conflito não terá uma solução progressiva pelas mãos do imperialismo. O movimento de massas que vinha crescendo no fim do ano passado refluíu, apesar de haver grandes manifestações, como no Iêmen. Vinha ganhando o caráter de um germe de frente anti-imperialista, e é por esse caminho que poderá impor ao imperialismo estadunidense e europeu o fim do

massacre. O Brasil tem grande importância nessa luta. É preciso massificar o movimento como forma de impulsionar a luta em outras localidades, como na América Latina, que ainda sofre de profunda letargia em relação ao problema. É nesse sentido que o POR, na medida de suas forças, trabalha pela ampliação do movimento de rua, como uma forma concreta de combater o imperialismo e seu massacre dos povos oprimidos pelo mundo. Nesse contexto, a bandeira da Frente única anti-imperialista encontra terreno fértil para se projetar em meio a barbárie e as guerras ao redor do mundo.

Pronunciamentos do POR

1. Transcrição da entrevista concedida no momento do ato ao canal Mesa de Debates:

Ulisses: Eu estou aqui com o Partido Operário Revolucionário, queria saber como vocês estão vendo esse momento do genocídio, desse massacre todo que está se acontecendo na Palestina há mais de três meses, desde o dia sete de outubro? Como vocês estão vendo esse momento do conflito e o que vocês propõem de fato resolver a questão Palestina?

Militante do POR: Primeiro, uma saudação ao canal Mesa de Debates e ao Ulisses que está cobrindo aqui as manifestações de São Paulo.

Como você falou, são mais de três meses desse massacre, desse genocídio promovido pelo Estado sionista de Israel, mas com o apoio dos carneiros do mundo, que são os Estados Unidos. Sua ação imperialista é o que mantém esse massacre por esse período de três meses, com o objetivo colonialista, anexacionista, de colonizar, de acabar de vez com os palestinos na Faixa de Gaza e, posteriormente, na Cisjordânia. Existem duas formas principais de lutar e combater esse massacre, esse genocídio. A primeira é a ação direta, lá no campo de batalha, com armas em mãos. Essa é uma forma de combate ao genocídio. A segunda, são as manifestações que estão acontecendo no mundo todo, em diversos países. Manifestações com milhares de pessoas nas ruas. No Oriente Médio, têm ocorrido manifestações muito grandes. No Iêmen, teve uma manifestação com centenas de milhares de pessoas. Então, essa é a segunda forma de apoio direto e concreto à luta do povo palestino.

Recentemente, teve uma ação da África do Sul de denunciar o genocídio na Corte Internacional da ONU. A gente sabe que é importante do ponto de vista da denúncia. Mas, nenhuma ilusão deve ser colocada no sentido de acreditar que a ONU possa resolver esse conflito. A ONU é parte do problema e não parte da solução. A gente sabe que as instituições da burguesia não vão resolver, mas sim, as massas em luta. E nesse sentido, teve um apoio do governo Lula, a essa manifestação da África do Sul. E é importante esse apoio, de novo, no sentido da denúncia. Mas é bom perceber que o governo Lula não fez nenhum apoio concreto às manifestações que estão acontecendo há três meses aqui no Brasil. Nenhum chamado do PT, como partido. Tem petistas participando, mas o PT, como partido, e o Lula, como governo, não fizeram nenhum chamado às manifestações. Essas manifestações, aqui no Brasil, têm grande importância. Elas precisam ser massificadas. As manifestações em São Paulo servem de exemplo ao restante do país. As manifestações no Brasil, servem de exemplo para a América Latina. Então, tem uma importância enorme em massificar as manifestações aqui e nesse sentido o governo não mexeu um dedo sequer. É preciso também fazer essa denúncia.

Por fim, nós dizemos que essa manifestação retoma o movimento de rua contra o genocídio do povo palestino pelo Estado sionista de Israel. Precisamos levantar as bandeiras da classe operária, dos explorados em geral, contra esse genocídio: Pelo fim imediato de todo cerco montado pela burguesia sionista contra a

Palestina; Combater os Estados Unidos e a sua aliança imperialista; Unir em um só movimento anti-imperialista os explorados do Oriente Médio; Unir os palestinos em uma só luta por sua libertação nacional e pela conquista da autodeterminação; Dirigir o combate antissionista e anti-imperialista em direção à unificação do território da Palestina sobre a bandeira da República Socialista da Palestina; e por fim, que o movimento mundial de trabalhadores, em apoio ao povo palestino, constitua uma poderosa frente única anti-imperialista para combater toda a forma de opressão nacional. Essas são as bandeiras que o POR está levantando nessa manifestação e que vão conduzir à massificação do movimento. Obrigado, camarada!

2. Transcrição da intervenção feita no carro de som da manifestação:

Boa tarde, camaradas. Falo em nome do Partido Operário Revolucionário.

São mais de 3 meses desse massacre e dessa violência perpetrada pelo Estado sionista de Israel, com o apoio e com o financiamento dos carneiros do mundo, que são os Estados Unidos. É mais um dia de luta, apoio e solidariedade ao povo palestino. Mas não é só hoje que é dia de apoio e solidariedade. Todo dia é dia de luta, apoio e solidariedade aos palestinos. Todos os dias nós temos de lutar.

Nós temos duas principais formas de apoiar a luta e resistir ao massacre do Estado sionista. A primeira forma é aquela que acontece lá no campo de batalha com armas em mãos. Essa é uma forma de resistir ao massacre. A segunda importante forma de apoiar e de lutar pelos palestinos é através das grandes manifestações, das manifestações massivas que estão acontecendo pelo mundo todo. Nós vimos na Europa, na Inglaterra, no Iêmen. Manifestações com centenas de milhares. E essa é uma forma concreta de lutar contra esse massacre.

Nós vimos também na semana passada uma denúncia da África do Sul contra o genocídio de Israel. É importante sim. É importante do ponto de vista da denúncia, mas não devemos alimentar ilusões de que a ONU vai resolver o problema. São as massas nas ruas que vão resolver esse problema em favor da Palestina. O governo Lula ofereceu apoio e é importante do ponto de vista da denúncia. Mas o governo Lula não mexeu um dedo para apoiar as manifestações que estão acontecendo aqui. O governo Lula tem de apoiar e convocar as manifestações...

[aqui o microfone começa a falhar e leva alguns minutos até o conserto]

Tivemos a fala prejudicada e vamos concluir agora, camaradas. A nossa crítica é que o governo caracteriza como genocídio, como caracterizou corretamente, mas tem de ser consequente e apoiar a luta! Tem de chamar as manifestações. Tem de falar que tem manifestação para defender o povo palestino na rua e não só através dos organismos burgueses como a ONU. Essa é a crítica.

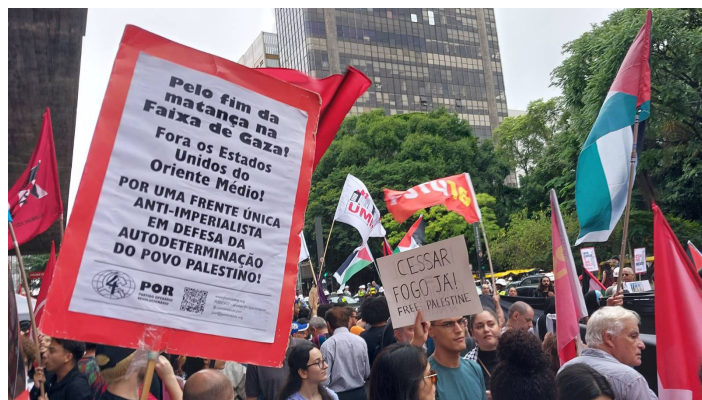
Por fim, camaradas, nós temos aqui hoje diversos sindicatos, diversas entidades. Isso é muito importante! A CUT está aqui e é muito importante. Mas nós defendemos que os sindicatos têm de trazer as bases para termos não só centenas aqui nas ruas, mas sim milhares, dezenas de milhares, centenas de milhares. E como que faz isso? Não é através do convencimento individual. Nós fazemos isso através dos nossos organismos de classe. Os sindicatos [as direções sindicais] têm de chamar assembleia, tem de parar a produção e tem de falar com a sua base para participar desses movimentos.

Em São Paulo, essa manifestação tem uma grande importância, porque ela é referência para o resto do país. E o Brasil é importante porque é referência para América Latina. Por isso, no próximo ato, temos de colocar centenas de milhares nas ruas.

Concluo, camaradas, chamando as palavras de ordem, as palavras de ordem proletárias, classistas e revolucionárias em defesa da Palestina:

Em defesa do cessar fogo imediato; Pelo fim da guerra; Pela retirada das forças armadas de Israel; Pela eliminação de qualquer cerco sionista à Faixa de Gaza e à Cisjordânia; Pela autodeterminação do povo palestino; E por uma República Socialista da Palestina!

É isso companheiros. Seguimos na luta! Obrigado.



Rio Grande do Norte

Ato em defesa da Palestina em Natal

No dia 13/01, como parte das manifestações programadas para acontecer em todo o mundo, ocorreu em Natal o ato em defesa da Palestina. Iniciou com concentração às 16h em frente ao Midway, com cerca de 50 pessoas. Com a presença do POR, e de militantes do PSOL, MRT e PSTU. O esvaziamento do ato demonstra uma falta de empenho das correntes em mobilizar sua própria vanguarda, e reflete a tendência geral de passividade por parte das direções. Nas falas, foi destacada a denúncia da África do Sul de genocídio por parte do Estado de Israel, e manifestado apoio para que seja aprovada pela Corte Internacional de Justiça.

O POR interveio com manifesto e fala no carro de som. De-

fendeu que a solução para a opressão sobre os palestinos está na destruição revolucionária do Estado de Israel, a partir do levante as massas do Oriente Médio; colocou que a acusação de genocídio na Corte Internacional tem sua importância no sentido de denunciar a matança, mas que não podemos esquecer que a Corte Internacional, em todos esses anos, tem acobertado o Estado de Israel e as demais ações de opressão nacional do imperialismo; saudou as ações militares do povo do Iêmen contra o imperialismo, e manifestou solidariedade ao Iêmen diante da investida imperialista. Por fim, concluiu com a necessidade de realizar a luta anti-imperialista também na América Latina.

Pernambuco

Ato nas ruas do centro integra chamado global de cessar fogo já contra o genocídio palestino

No dia 13 de janeiro, o Comitê de Solidariedade à Palestina-Pernambuco realizou um ato de rua, em unidade com o chamado global “cessar-fogo já”. Algumas dificuldades, como o período de férias escolares e as fortes chuvas, no dia, contribuíram para que o ato tivesse a presença de um pouco mais de 100 pessoas, quantidade inferior aos anteriores. Estavam presentes as seguintes organizações: Aliança Palestina Recife, POR, PSTU, MRT, PCO, PT, UP, as correntes do PSOL LSR e Subverta, PCB-RR, PCB, CSP Conlutas, UJR, UJC, Mangue Vermelho, UEP, UNE, MLB, MTST, MPL, Aveg/UVA, SINTEPE, Resistência Popular e Centro Islâmico Imam Sadeq. Os manifestantes marcharam até a sede da rede Globo, denunciada pela cumplicidade com o sionismo e o imperialismo. Foi lido um texto do comitê com o seguinte conteúdo, selecionamos alguns trechos:

[...] “O povo palestino só existe porque resiste. Sem luta, o plano de ocupação territorial por parte do Estado sionista de Israel já teria se completado. Israel é acobertado e financiado pelo imperialismo, sobretudo estadunidense, um aliado poderoso, que ameaça qualquer país ou povo que manifeste solidariedade aos palestinos. Ontem, no dia 12 de janeiro, Estados Unidos e Inglaterra bombardearam o Iêmen, país cujo povo tem manifestado forte solidariedade aos palestinos com grandes marchas e com ações para impedir o tráfego marítimo no Mar Vermelho. Fora imperialismo do Oriente Médio! Toda solidariedade aos houthis, vítimas de mais um covarde ataque dos aliados de Israel!

Os Palestinos só podem contar com suas próprias forças para resistir e com a solidariedade dos trabalhadores do mundo. Essa solidariedade tem se manifestado com a ação de rebeldes no Iêmen, com as greves operárias nos Estados Unidos e Europa, com a greve geral na Jordânia, Cisjordânia e Líbano, com as ações de trabalhadores para impedir o envio de armas a Israel e com as manifestações gigantescas em vários países. Apoiamos a resistência palestina e todos os atos de solidariedade. Seguimos nas ruas até que o genocídio seja interrompido!

Já caiu a máscara do Estado de Israel. Seu plano de anexar tudo que resta do território palestino está mais do que demonstrado. E sua ofensiva ainda se espalha para os países da região, principalmente o Líbano. Por isso, é muito importante que os sindicatos e centrais sindicais se somem às ações de solidariedade ativa ao povo palestino. Que as entidades estudantis e movimentos sociais redobrem seus esforços de mobilização contra o genocídio.”

[...]

“Nosso ato de hoje se encerra em frente à sede da rede Globo, o maior órgão de propaganda dos crimes de Israel no Brasil. Chamamos todos e todas aqui presentes a repetirem conosco:

Rede Globo e grandes meios de comunicação, vocês, que apoiaram o golpe de 64 e o golpe de 2016, são hoje cúmplices do genocídio do povo palestino, e apoiam abertamente o Estado sionista de Israel. Vocês, que são porta-vozes dos banqueiros, da polícia, dos juízes, dos poderosos e de todos os inimigos do povo brasileiro, são também porta-vozes daqueles que oprimem o povo palestino. Ocultam o histórico de 75 anos de ocupação colonial. Mentem para o povo, dizendo que se trata de um conflito religioso. Escondem os interesses econômicos e políticos dos Estados Unidos na região. Não falam da segregação racial promovida por Israel. Justificam o genocídio palestino com a mentira de que Israel está se defendendo. Caluniam a resistência palestina e a acusam falsamente de terrorismo e antisemitismo. Se calam diante do assassinato de centenas de jornalistas palestinos, mortos por mostrarem a ver-

dade, punidos com o assassinato de seus filhos. Condenamos a rede Globo e os demais meios de comunicação monopolistas pela propaganda de guerra contra os palestinos. Suas mentiras matam. Acobertam os assassinos. Apresentam as vítimas como se fossem as culpadas. Reafirmamos nossas bandeiras de luta: Cessar fogo já! Basta de genocídio palestino! Governo brasileiro, rompa todos os acordos com Israel! O Imperialismo financia o massacre! Viva a resistência heroica do povo palestino! Palestina Livre do rio ao mar!”

A manutenção do ato, apesar da chuva (em alguns momentos, torrencial) mostrou grande dedicação e coesão do comitê. Porém, o esvaziamento não pode ser explicado apenas pelas condições climáticas ou sazonais. Há um engajamento muito limitado, desde o início do movimento, das maiores centrais sindicais, sindicatos e movimentos sociais. Quando muito, apenas alguns dirigentes participam, sem que haja uma mobilização em suas bases.

Por que é decisivo que a classe operária seja chamada a lutar pelo povo palestino?

Desde a formação do comitê, após a realização do primeiro ato no Recife, em 19/10, apesar de a CUT formalmente integrar o comitê, sua participação nunca foi orgânica, sem presença nas reuniões e com uma participação errática e simbólica nos atos, muito aquém de suas possibilidades. A CSP-CONLUTAS tem ampliado sua participação e contribuído com uma comissão que tem visitado sindicatos em busca de apoio material e político. Nós do POR temos insistido na importância de que a classe operária pernambucana e brasileira se some a essa importante campanha internacionalista que tem ganhado as ruas de todos os continentes, inclusive com a atuação de setores da classe operária.

Essa importância se deve, por um lado, ao fato de que a solução da “Questão Palestina”, ou seja, a conquista da sua autodeterminação, não se dará pelas mãos de nenhuma ala da burguesia, seja ela imperialista, seja a que se mascara de humanitária, na ONU ou as feudais-burguesias do Oriente Médio, com seu nacionalismo impotente. A solução também não tem como vir dos movimentos da pequena-burguesia, que podem até mesmo se radicalizar e encabeçar ações de resistência armada. A Palestina só tem como se libertar da opressão imperialista e do colonialismo sionista pelas mãos da classe operária, para isso, é fundamental superar a crise de direção revolucionária, reconstruindo a IV Internacional. A luta palestina se dá sob a estratégia da formação de uma Palestina una, socialista, parte de uma União de Repúblicas Socialistas do Oriente Médio.

Por outro lado, o engajamento da classe operária pernambucana e brasileira nessa luta faz com se a classe se vincule novamente, como foi em sua origem, com o internacionalismo proletário. Certamente, o vínculo da luta pela autodeterminação palestina, em unidade com o combate ao imperialismo em nosso país, responsável pelo arrocho salarial, contrarreformas, privatizações e toda exploração e opressão. Por isso, a atuação do POR no comitê, em Pernambuco, tem procurado, em suas falas, intervenções e manifestos jogar peso na necessidade de envolver a classe operária na frente única anti-imperialista que, objetivamente, tem se erguido internacionalmente, ainda que permaneça sob a direção política burguesa e pequeno-burguesa.

Transcrição – TV a Comuna - Palestina

Transcrevemos a entrevista do representante do POR ao programa TV A Comuna, ocorrida no dia 27 de dezembro, dirigida por Nelson Vilela Sales. O tema versou sobre o genocídio na Faixa de Gaza e a crise mundial. No dia 11 de janeiro, a África do Sul recorreu à Corte Internacional de Justiça (CIJ), em Haia, Holanda, acusando Israel de cometer genocídio contra os palestinos. Essa é mais uma transcrição sobre os acontecimentos que abalam a Palestina e o Oriente Médio. O POR tem feito o máximo esforço por impulsionar a campanha mundial pela imediata retirada das Forças de Segurança de Israel e fim do genocídio.

Boa noite, meus amigos e minhas amigas, minhas camaradas e meus camaradas. Nós estamos aqui fazendo uma transmissão nesta quarta-feira dia 27 de dezembro aqui pela TV A Comuna. Meu nome é Nelson Vilela Sales e estou aqui com um convidado muito especial. É o camarada Erson Martins. Vocês devem ter recebido, devem ter sido informados através deste card de divulgação. E o tema vai ser "O genocídio na Palestina por Israel e Estados Unidos e a crise mundial do capitalismo". Olha gente, nós estamos fazendo o nosso 16º debate sobre a questão Palestina. E queremos manter, enquanto se justificar, pelo menos um debate por semana. Essa é a questão. É a ponta de uma questão que é crucial para a humanidade. Já temos alguns camaradas aqui que estão fazendo seus cumprimentos. Mas inicialmente eu gostaria de ouvir o boa noite do camarada Erson Martins.

"Agradeço primeiramente o convite, é a segunda vez que participo do seu programa e o resultado tem sido muito positivo para a luta política do proletariado. Então, aos ouvintes boa noite e a você em particular.

Nelson, como você disse que a TV A Comuna já fez vários programas sobre a guerra na Faixa de Gaza. esse é o 16º. Essa campanha é fundamental. Não se pode ser internacionalista, marxista revolucionário, se não se têm posições claras sobre esses conflitos mundiais. Os conflitos mundiais, às vezes, não aparecem imediatamente vinculados ao nosso país. Mas, sem dúvida, é inevitável que todas as consequências da crise mundial do capitalismo tenham as suas consequências na América Latina, e aqui no Brasil. Então, a nossa luta internacionalista implica que, no país onde estamos atuando, travamos também o combate para organizar a classe operária. E tem sido importante essa movimentação internacional pelo fim da intervenção militar do Estado sionista na Faixa de Gaza; um movimento que ganhou uma altitude extraordinária, inclusive em países imperialistas como Estados Unidos, Inglaterra, França. No Brasil, também fizemos esforços em realizar uma campanha constante, de fazer com que a classe operária entenda que é parte do problema, que o conjunto dos trabalhadores tem o dever de ter um posicionamento claro pelo fim da guerra, pelo fim da intervenção do Estado sionista na Faixa de Gaza. Então, esse programa, estou fazendo parte do 16º, sem dúvida, está cumprindo esse dever revolucionário. Essa é uma consideração inicial.

O tema de hoje é a relação entre o genocídio do povo palestino e a crise mundial. Essa ideia do genocídio, inclusive, gerou muita discussão na imprensa burguesa e os sionistas procuraram caracterizar esta definição - daqueles que dizem que existe um genocídio na Palestina - como se fosse antisemitismo. Isto é uma farsa. É completamente falso. Os fatos demonstram o genocídio. Esse último balanço que se tem da matança na Faixa de Gaza já ultrapassou o número de 22.000 palestinos que foram dizimados de uma forma completamente indefesa. A capacidade de se defender de uma força armada tão potente é a demonstração mais clara de que há um genocídio aberto e esse genocídio tem toda uma história, que é a história da implantação do Estado sionista na Palestina, que se passou entre duas guerras, a Primeira e a Segunda Guerra Mundial.

É certo que o movimento sionista é anterior à Primeira Guerra Mundial. É do final do século XIX. No entanto, ele vai ganhar amplitude, força material, na Primeira Guerra, e só vai concluir esse processo de criação forçosa de um Estado sionista na Palestina, após a Segunda Guerra. Então, vemos que o próprio fato histórico da constituição de um Estado artificial, imposto pela força contra o povo palestino, originário da Palestina, se deu em um quadro de desintegração mundial do capitalismo, se deu em um quadro de crise mundial que vinha se projetando desde 1914 e que vai levar à Primeira e depois, a partir de 1933, com a ascensão do nazismo, se vai reestruturar toda a base para uma guerra de maior

proporção, que foi a Segunda Guerra Mundial. Estamos tratando, portanto, de um período longo do capitalismo, que é um período em que Lênin caracterizou como a fase imperialista do capitalismo, que é a fase de decomposição do capitalismo. Esse Estado, criado dessa forma, nestas condições, vai expressar uma das características fundamentais da guerra imperialista, que é a partilha do mundo. A criação do Estado de Israel fez parte da partilha do mundo e a partilha tende a se esgotar a cada período em que as próprias guerras mundiais vão sendo equacionadas com a recomposição das forças produtivas altamente destruídas na guerra.

A crise que temos hoje não é uma crise específica, conjuntural, mas sim uma crise que não nasceu agora. A crise do capitalismo hoje tem suas raízes na crise de 1914, tem suas raízes na crise de 1929, tem suas raízes na ascensão do fascismo na Alemanha e na Itália. Ao tratar hoje desse problema da Palestina, verificamos quantas crises existiram nesse trajeto de 75 anos da criação do Estado sionista de Israel. Guerras, conflitos, expulsões, atos de violência inomináveis contra os palestinos. Mas, agora, se tem uma intervenção que é superior a todas as outras guerras, superior à guerra de 1967, à guerra de 1973. A guerra que o Estado sionista realizou contra os levantes palestinos, as intifadas, a violência constante que tem sido imposta ao povo palestino, agora, aparece em uma forma interpenetradas de crises. Esses acontecimentos são uma síntese de todo um trajeto de imposição pela força do Estado sionista de Israel na Palestina.

A matança vai cumprir três meses em 7 de janeiro e não se conhece na história das guerras uma matança, em tão pouco tempo, de um povo que não tem como se defender absolutamente. Daí a ideia geral de que se trata de um genocídio. Agora qual o conteúdo histórico do genocídio? Não se mede o genocídio simplesmente pela quantidade de mortos. Não se mede o genocídio pela violência, mas pelo conteúdo histórico da guerra. Essa é uma guerra de imposição imperialista na Palestina, em que o Estado sionista foi constituído como um Estado militarista para se impor e controlar toda a Palestina. A ideia de dois Estados e sua institucionalização pela ONU em 1947-1948 foi a maior farsa na história. Era impossível constituir dois Estados na Palestina. O que iria acontecer era justamente criar um Estado que massacraria um povo que ali habitava e habita historicamente, para se impor pela violência de classe e nacional. Não se tratou da criação de uma nação de judeus. Se tratou da constituição de um Estado sionista, portanto, de um instrumento imposto pelo imperialismo, que começou a tomar forma na Primeira Guerra com a Declaração de Balfour de 1917, emitida pela Inglaterra, e vai se desenvolver até que, pela via da migração, pela via da intervenção do capital financeiro, se chega a uma imposição em 1947 e que conclui em 1948 com a imposição do Estado sionista de Israel. Não havia como constituir uma nação sionista a não ser na base da violência. Por isso que o genocídio que está ocorrendo hoje tem uma história, que é da expulsão dos palestinos de suas terras, de suas casas, a destruição do que existia de suas vilas, a tal ponto que ficou bem claro que o Estado sionista, para desenvolver as forças produtivas capitalistas, na região, tinha de usar do maior poder possível, militar, porque se tratava de impor um Estado não só contra os palestinos, mas contra todas as massas oprimidas e os povos oprimidos árabes. Essa força só era possível por meio da intervenção norte-americana, que se dará na Segunda Guerra Mundial.

Quem estuda um pouco essa história da implantação do Estado sionista verificará como houve um grande conflito na Primeira Guerra Mundial, inclusive entre as autoridades britânicas, de como seria a implantação desse Estado. Justamente porque não estavam ainda amadurecidas as condições para o imperialismo implantar esse Estado na Palestina durante a Primeira Guerra Mundial. E os Estados Unidos, saindo como potência hegemônica, viram que Oriente Médio era uma região estratégi-

ca de muita importância para a constituição da sua hegemonia mundial. Por isso que o Estado sionista de Israel se viabilizou nas condições de nova partilha do mundo e nas condições em que os Estados Unidos impunham mundialmente a sua vontade, pela via do poder armado. Veja que isso foi tão importante ao ponto de Stalin concordar com a via dos dois Estados. Concessão ao imperialismo que comprometeu a União Soviética com a criação de um Estado sionista quando, desde 1903, Lênin lutou e mostrou que a constituição de um estado sionista seria reacionária, porque não correspondia às leis da história, e como não correspondia às leis da história, teria que ser pela via de uma força poderosa, que viria da Segunda Guerra Mundial.

Está estampado o sentido do genocídio e a responsabilidade total dos Estados Unidos. Aí está a segunda parte da questão levantada.

Não é por acaso que nem bem o conflito desatou com a ação do Hamas, os Estados Unidos enviaram porta-aviões e estão organizando uma frota dizendo que estão combatendo os houthis rebeldes do Iêmen, porque há um perigo para o comércio mundial. Estão procurando estender militarmente, inclusive a OTAN para a região. Há posições norte-americanas que dizem que a melhor forma de resolver esse conflito, no final das contas, é colocar a Otan para controlar a região de Gaza e Cisjordânia. Por isso, se trata, sem dúvida, de um dos genocídios mais abertos, mais claros e que é um genocídio com a conivência da ONU, com a conivência, inclusive, dos países que hoje dizem querer o fim da guerra, porque eles não rompem com a paralisia da ONU, eles não rompem com o poderio dos Estados Unidos sobre a ONU. Então fazem a farsa do humanitarismo, pedindo uma paz humanitária, quando as forças poderosas de Israel estão matando à vontade, livremente. Não há empecilho nenhum para matança, só há discursos demagógicos.

O único movimento que, de fato, pode impor o fim dessa guerra é o movimento das massas, que começaram assim que as Forças de Defesa de Israel se lançara contra a Faixa de Gaza, que infelizmente sofreram um recuo nesse último período e que é preciso repor suas forças, não só para expulsar o exército de Israel da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, mas também para fazer uma defesa profunda do direito da autodeterminação do povo palestino. Este é o caminho para preparar as condições de uma luta revolucionária para recuperar o terreno perdido. E isto só se pode fazer numa luta mais generalizada com os explorados - essa é a melhor expressão - com os explorados do Oriente Médio em luta contra todas as forças reacionárias que capitularam diante do sionismo, diante dos governos e da feudal burguesia árabe, que são auxiliares, ou acabaram sendo auxiliares do sionismo. O Egito, por exemplo, é um auxiliar do genocídio. O genocídio não é de responsabilidade somente dos Estados Unidos e do Estado sionista. A responsabilidade das burguesias e dos governos árabes, que no passado se submeteram à política de anexação da Palestina, e, agora, à do genocídio. Vejam que se trata de um de um momento da crise mundial que tem suas raízes lá atrás, lá na Primeira Guerra Mundial e, por isso, estamos diante da retomada da escalada militar que envolve o Oriente Médio.

Está terminando o ano de 2023 e o ano que estamos adentrando é um ano que indica que o percurso da crise mundial continuará em ascensão. No momento, nada indica que possa haver uma retração. Temos de considerar a importância da guerra na Ucrânia, que está próxima de completar dois anos. Em 24 de fevereiro, completará dois anos. A guerra da Ucrânia, em certo sentido, apresenta a maior profundidade da crise mundial. Eu digo, comparativamente à Palestina, a guerra da Ucrânia expressa a crise mundial mais profundamente. Por que é importante fazer essa afirmação? Justamente porque a guerra da Ucrânia está em um quadro de desintegração do capitalismo, quando o capitalismo conseguiu uma grande vitória, que foi a destruição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A destruição da União Soviética não foi qualquer coisa. Representa a maior hecatombe da história, da humanidade. Porque sem que a revolução proletária continuasse a marcha do socialismo, o capitalismo em decomposição iria às guerras mais destrutivas, cada vez mais destrutivas.

Na Segunda Guerra Mundial, se experimentou a energia nuclear, a bomba nuclear lançada sobre Hiroshima e Nagasaki, quando a guerra já estava vencida e o Japão não tinha como fazer mais nada. Os Estados Unidos fizeram tal operação para experimentarem a bomba e demonstrarem o seu poderio militar. Então, na guerra que se instalou na Ucrânia, observa-se que o imperialismo e seu braço militar a OTAN necessitam adentrar nas antigas fronteiras que pertenciam à União Soviética e impulsionar as contradições que levam a guerras internas, dentro do território, que um dia foi um território de unidade entre as nações oprimi-

das. O território onde se edificou a URSS se transformou em um espaço de choques entre as ex-repúblicas soviéticas. E a Rússia, em meio a este conflito, oprime nações e, ao mesmo tempo, sofre uma ofensiva do imperialismo para colocar a sua economia sob o controle dos Estados Unidos e da União Europeia. E lá está a OTAN, como o braço armado forjado pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra, para ditar os interesses das potências imperialistas. No transcorrer do conflito, assistimos que, em um determinado momento, se temia transbordar e se transformar numa guerra maior, mais ampla na Europa. O fato de a Ucrânia não ter se transformado nesta guerra mais ampla não significa que não possa vir a ser mais tarde, porque não vai haver uma solução que possa de fato ter uma verdadeira paz ali na região, e que possa criar um reequilíbrio mundial. Não vai ser possível porque, seja qual for o resultado, o imperialismo norte-americano e as suas alianças necessariamente têm de adentrar em todo o território da Eurásia.

Entro no outro aspecto da crise mundial, que é a guerra comercial dos Estados Unidos com a China. Aí está, talvez, o ponto crucial dos perigos da escalada militar que aponta para a perspectiva da guerra mundial, da possibilidade de uma guerra mais ampliada. É claro que não pretendemos ser catastrofistas ou mecanicistas e dizer uma "Terceira Guerra já está aí, à nossas vistas". Não dizemos assim, mas existem elementos que demonstram que as tendências bélicas mundiais poderão levar a um choque entre os Estados Unidos e a China. e isto seria de uma transcendência muito superior à guerra na Ucrânia e à guerra que se desatou no Oriente Médio. A guerra comercial tem, e nós devemos tomar esse cuidado para dizer o que ela tem em suas bases, que é o processo de restauração capitalista. Se não se explica esses conflitos considerando que a liquidação da União Soviética e o processo de restauração capitalista na China são processos que indicaram, de um lado, que o movimento revolucionário foi estrangulado pelos revisionismos do estalinismo - do qual padeceu também a Revolução Chinesa - e, de outro lado, o imperialismo em decomposição, que necessita ocupar todos os terrenos - e que, se não pode ocupar pela via comercial, vai ocupar pela via das armas. Quando a China, na década de 1970, abriu suas comportas para a penetração das multinacionais, estava abrindo o caminho para o futuro conflito de hoje, uma vez que o imperialismo pôde aproveitar aquele momento para enfrentar sua própria crise.

A crise de 1970 é um marco da retomada mais profunda da crise mundial do pós-guerra. Haverá um outro momento, que é a retomada da crise em 2008. Tratou-se um novo impulso da desintegração do capitalismo mundial, cuja escalada da crise vai se manifestar na guerra da Ucrânia, vai se manifestar, agora, no convulsivo Oriente Médio e vai se manifestar na guerra comercial com a China. Vejam vocês que estão nos ouvindo, o imperialismo provocou muitas guerras antes destas. A Guerra do Vietnã foi um prenúncio de que a contrarrevolução não se faz por vias pacíficas; a contrarrevolução se faz pela via das armas, da guerra entre estados. Foi isso que indicou a guerra no Vietnã. A derrota dos Estados Unidos no Vietnã poderia ser um grande acontecimento, se as forças revolucionárias estivessem caminhando para revoluções socialistas e avançassem a sua unidade mundial contra o imperialismo. No entanto, o que vimos foi o estilhamento dessas revoluções, cercado-se em Estados nacionais e mantendo-se em Estados nacionais. A mais grave de todas foi a revolução soviética que acabou se fechando em Estado nacional e a China que se fechou em Estado nacional, contrapondo-se ao desenvolvimento da revolução mundial; e é claro que foram empurradas para a restauração capitalista. Então, na base da crise mundial que estamos tratando em nosso tema, é muito importante não se perder de vista que a restauração capitalista foi um fator que serviu, num primeiro momento, para o imperialismo respirar diante de sua crise, mas que, num segundo momento, serviu e está servindo para que impulsiona a escalada militar, escalada bélica; jogando um país contra outro, provocando as guerras.

Não há dúvida de que a guerra na Ucrânia foi provocada pelo cerco que o imperialismo estava montando contra a Rússia. O fato de a União Soviética cair e a Rússia se manter com determinada força, com certo nível de potência regional, é claro que ia ser um fator de confronto com o imperialismo, inevitavelmente, como a China restauracionista está sendo um fator de confronto inevitável. Notem que aí está o problema principal, que está bem claro que este quadro de decomposição do capitalismo está pondo à luz do dia que somente as revoluções proletárias, somente a expropriação da burguesia, somente a classe operária tomando o poder e estabelecendo a ditadura de classe do proletariado, somente a transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, somente a reorganização dos países sobre a base das conquistas



do Estado soviético, da sua forma de democracia soviética e da sua forma inicial de constituição da união das repúblicas soviéticas, somente neste caminho se que pode fazer frente a esse curso destrutivo que está tomando as forças produtivas, conduzidas pelo imperialismo, no momento em que estas forças produtivas estão, francamente, em choque com as relações capitalistas de produção. Está claro que essas guerras não são guerras isoladas.

Se se tomar cada uma das intervenções dos Estados Unidos depois da Segunda Guerra, se vai verificar como é que a sua hegemonia tinha de ser mantida sobre a base da força militar mundial. Inventaram uma guerra no Iraque, impuseram no Conselho de Segurança da ONU a mentira de que Saddam Hussein tinha armas químicas e armas nucleares. Fizeram uma intervenção que abriu uma crise profunda no Oriente Médio. Até hoje, a região vem se decompondo. A guerra no Iêmen é uma guerra de decomposição em que se jogam países oprimidos contra países oprimidos; e está lá a força do imperialismo impulsionando os interesses particulares das oligarquias semifeudais, das oligarquias burguesas.

Então temos claro que essa guerra na Faixa de Gaza não é uma guerra que se circunscreve à Faixa de Gaza. É uma guerra que está expondo o processo de conflito generalizado no Oriente Médio e, por sua vez, esse conflito generalizado no Oriente Médio está expondo a guerra comercial dos Estados Unidos com a China, que vem penetrando na região, afetando os interesses petrolíferos e comerciais das potências, cujo último recurso é o uso das poderosas armas. Então, essa guerra na Faixa de Gaza é uma expressão das tendências militares mundiais, das tendências de conflitos mundiais. Esse genocídio, sustentado pelos Estados Unidos e garantido pela convivência dos países árabes, que capitularam diante do sionismo, e acobertado pelos países que ficam falando que se deve ter humanitarismo, quando se mata livremente, essas responsabilidades todas são a prova mais cabal de que a guerra travada na Faixa de Gaza é a ponta de um iceberg, ela é expressão das tendências gerais dos conflitos que levam às guerras e, por isso, conflui com a guerra da Ucrânia, está nos marcos da guerra comercial dos Estados Unidos com a China, está dentro dos parâmetros do choque no Indo-Pacífico, em torno a Taiwan e está dentro do armamento que os Estados Unidos estão realizando, retomando as Filipinas, por exemplo, para ter bases militares constituídas de poderes nucleares.

Então se trata, de fato, que de um momento de extraordinária crise mundial do capitalismo e, ao mesmo tempo, de uma crise de direção da classe operária. Se não tratarmos a crise de direção da classe operária, falar em crise mundial é coisa de intelectuais, porque a realidade está batendo às nossas vistas. Qualquer acadêmico pode mostrar que existe essa crise, porque está batendo às nossas vistas. Mas, se nós a caracterizamos, temos de buscar as raízes da crise de direção. A destruição da Terceira Internacional por Stálin foi um dos presentes mais queridos que o imperialismo teve em plena situação da Segunda Guerra Mundial. A liquidação da Terceira Internacional foi parte da liquidação de todos os partidos comunistas no mundo inteiro. Estalinizados, foram liquidados; se tornaram todos eles em agentes dos interesses nacionais desta ou daquela fração da burguesia nacional. É obrigatório recorreremos à luta de Trotsky contra as tendências restauracionistas. A IV Internacional levantou o programa da revolução política, quando Trotsky ainda estava em sua direção, até o seu assassinato. Avaliava os perigos de que uma restauração capitalista iria desaguar em uma crise da humanidade muito profunda. Então, para concluir esta primeira parte, deixo aqui como uma discussão importante o trabalho de construir o partido revolucionário. O partido marxista-leninista-trotskyista, voltado a reconstruir a IV Internacional, o Partido Mundial da Revolução Socialista. É nesse quadro que nós devemos colocar o problema da responsabilidade de todas as correntes políticas, por enquanto é isso. Obrigado.

* * *

Na primeira consideração, é muito importante a conclusão que um dos ouvintes teve sobre como enfrentar um quadro de conflito como esse, de que somente é possível com a classe operária organizada. Essa é uma premissa cara aos marxistas. Temos de compreender plenamente o seu conteúdo, para que não seja apenas uma frase. A classe operária para ser organizada precisa do seu partido. Tem outras formas de organização, como a sindical. Mas organização partidária é a mais avançada. Não se trata de qualquer partido, mas partido revolucionário, uma criação do marxismo. Uma criação do marxismo no seio da classe operária, constitu-

ído do programa da revolução proletária e a teoria do socialismo científico. É por isso que Marx e Engels, no Manifesto do Partido Comunista e na Primeira Internacional, vão formular as condições para a classe operária se emancipar e emancipar todos os demais oprimidos. O grande problema hoje da classe operária é não ter seu partido revolucionário. Agora, para reerguer os partidos revolucionários é uma questão de tempo. É inevitável que a classe operária reerga seus partidos revolucionários, mas está passando por uma crise profunda. Quem leu o Programa de Transição da IV Internacional - quem não leu eu recomendo que o faça, que leia de acordo com a luz dos acontecimentos de hoje. Trotsky inicia o Programa de Transição falando: "olha nós estamos vivendo uma grande crise de direção". A premissa da crise de direção foi reconhecida quando a União Soviética ainda estava de pé, quando ainda havia a possibilidade da luta evitar a sua queda, e, antes de se decidir por constituir a nova Internacional, evitar a destruição da Terceira Internacional. Trotsky reconhece que o maior dos problemas era a crise de direção exatamente nesse quadro, nessa situação. Hoje, a crise de direção é muito mais grave. É mais grave do que em 1938. Porque em 1938, havia um movimento pela construção da IV Internacional. A direção que a herdou - o assassinato de Trotsky foi em 1940 - não estava à altura de aplicar o Programa de Transição, criando os partidos revolucionários, como Lênin fez, de acordo com as realidades de cada país, de acordo com as particularidades de cada país. E a falência dessa direção se deu quando? Justamente diante da Segunda Guerra Mundial. Foi no processo posterior à Segunda Guerra Mundial. A IV Internacional se estilhaçou justamente por sua direção mostrar incapaz de entender o significado da crise de direção e não encarna a tarefa de solucioná-la consolidando o internacionalismo, que tinha pela frente a luta contra o revisionismo estalinista e as forças restauradoras do capitalismo. Em resumo, sem o Partido Mundial da Revolução Socialista, a classe operária está órfã de um instrumento necessário, historicamente necessário, e a reconstrução da IV Internacional é a tarefa que se encontra em nossas mãos.

Passo para a segunda questão, sobre uma nova internacional. Nós não falamos em termos de uma nova internacional, nós falamos de reconstrução da IV Internacional. Existem aqueles que falam em uma Quinta Internacional, porque não reconhecem a justeza da luta do Trotsky contra o estalinismo, então falam em construir uma Quinta Internacional. Estão equivocados. Não há como construir uma Internacional sem reerguer todos os fundamentos da luta do Trotsky contra o estalinismo. Porque a própria destruição da Terceira Internacional foi fruto do revisionismo estalinista. A reconstrução da IV Internacional é uma tarefa em aberto, diferentemente do caso da Terceira Internacional, da Segunda Internacional. Quando a Segunda Internacional abriu falência, foi diante da Primeira Guerra Mundial. Capitulou sob a direção da socialdemocracia diante da burguesia alemã, do imperialismo alemão, e Lênin concluiu que soou a hora de erguer a III Internacional. A II Internacional estava esgotada com a política do revisionismo e do reformismo. A Terceira Internacional vai se esgotar com o domínio da política do estalinismo, da revisão estalinista. E, distintamente da Segunda Internacional, - veja o grave - Stálin mandou fechar arbitrariamente a Terceira Internacional por um simples decreto, uma decisão que dizia "a partir de hoje, junho de 1943, não precisamos mais da III Internacional". Foi uma decisão do Estado soviético. Veja a gravidade.

Então, vocês vão ver que, por exemplo, na história da luta de Trotsky contra o estalinismo, a primeira fase de toda a luta de Trotsky não foi para criar uma nova Internacional. Foi para recuperar a Terceira Internacional, inclusive recuperar o Partido Comunista da Rússia e recuperar as formas da democracia soviética, do Estado Operário. Houve toda uma fase, até que se esgotou quando, em 1933, o estalinismo estava provocando traições em várias partes do mundo. Em 1936, com o que se passou na Espanha, uma evidente traição, consolidou a tese de Trotsky de que já não tinha mais como reerguer, revigorar ou reformar a Terceira Internacional. Agora, quando, entre 1950 e 1960, os dirigentes pequeno burgueses da IV Internacional resolvem dizer que o estalinismo poderia jogar um papel progressivo, quando chegam a essa falsa conclusão, desfecham um processo de cisão e de estilhaçamento da IV Internacional. Não houve traição da Quarta, como houve traição da Terceira, como houve a traição da Segunda. Não houve traição da Quarta, o que houve foi uma desintegração sem que ela tivesse se firmado no proletariado. Se a Quarta tivesse se firmado no proletariado e fizesse uma traição. tinha de se constituir a Quinta Internacional. Nas condições da crise geral do capitalismo, uma corrente que não trabalha por reconstruir o internacionalismo proletário - e isso só pode ser sobre a base de toda a formulação da Oposição de

Esquerda, que expressava o leninismo - não tem como de fato responder à crise mundial.

Passo para a terceira questão: como enfrentar o extermínio do povo palestino. Esta é a questão mais próxima, mais imediata. Como que um povo oprimido consegue vencer um povo opressor? Armandando as massas. O Hamas não arma as massas, mas alguém pode falar “mas mesmo que ele armasse as massas não teria força capaz de enfrentar um Estado militarizado, tão potente como o Estado sionista de Israel e o imperialismo norte-americano”. O questionamento seria correto. A resposta está em que o problema palestino não pertence apenas ao povo palestino, pertence às massas árabes, pertence às massas iranianas. Pertence aos oprimidos em geral do Oriente Médio, não pertence aos governos, a esses governos, que são incapazes de enfrentar o imperialismo. Pertence a um movimento generalizado no Oriente Médio. Essa é uma luta não só do Oriente Médio, é uma luta mundial da classe operária, como nós vimos nas grandes mobilizações mundiais. Essa grande mobilização mundial, infelizmente, não está sendo dirigida por partidos revolucionários. É dirigida, inclusive, por tendências que acreditam na possibilidade de convivência entre o Estado de Israel sionista e um Estado palestino. Uma parte toda desse movimento acredita em dois estados.

Então vejamos que não é uma resposta simples. Sabemos pela experiência da história que a resistência começa por armar as massas. Se não armar as massas, não tem uma resposta revolucionária. Esse é o ponto de partida da questão, e veja que armar as massas palestinas implica unir a Faixa de Gaza e a Cisjordânia. Sem essa unidade palestina é difícil lutar pela unidade do Oriente Médio. Um companheiro que nos assiste assinalou que essa é uma posição do POR e do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), que não vão existir dois Estados. Pode-se constatar que uma caricatura como o Acordo de Oslo teria de inevitavelmente fracassar. Aí a única maneira de unir os operários judeus, os oprimidos judeus e os palestinos é por meio da constituição de uma República Socialista. Não há outro caminho. E esta república socialista implica um movimento revolucionário em toda a região, em todo o Oriente Médio. Essa é perspectiva histórica. Se alguém quiser achar uma solução imediatista, não vai conseguir. Vai errar e vai cair no campo do revisionismo, no campo do reformismo. Vai dizer: “Olha, vamos encontrar uma via pacífica”. Mas não vai encontrar! O POR e o CERQUI estão convencidos de que a luta estratégica pelo fim do genocídio e pela conquista da autodeterminação nacional pelo povo palestino se concentra no combate revolucionário por uma República Socialista.

* * *

Uma consideração geral sobre esses dados que você apresentou. Eu me limitei à informação geral de 21.000 mortos, mas para mostrar como que em pouco tempo se faz uma destruição de vidas humanas por meio da Guerra. Mas é claro que a consequência dessas mortes ela é maior do que o próprio número. Se você vai definir cada caso é evidente que se trata de um retrato da barbárie capitalista. Quando um país armado até os dentes pode despejar bombas diárias, invadir com os tanques, com o armamento mais sofisticado munido de muito muito dinheiro um povo desarmado, sem economia forte e faz uma matança como essa, é realmente é uma expressão da barbárie. Então, por isso que eu não entrei muito nos detalhes. Agora o que é importante sempre, quando a gente analisa a própria barbárie é não permanecer nas consequências dela, não é permanecer na aparência dos fenômenos. Porque a barbárie aparece nessa forma, de amputar as crianças. O número de mulheres que são mortas também é um número impressionante, o número de jovens também. Mas essa é a aparência do fenômeno. É importante ver que a barbárie é uma expressão do colonialismo imperialista que está promovendo a matança, que está estampado nos 21.000 mortos em quase três meses. Esse ataque incessante está estampando a necessidade do sionismo de anexar, a qualquer custo, tanto a Faixa de Gaza quanto a Cisjordânia. A Cisjordânia já é anexada através da colonização violenta. Então, é importante sempre buscar a raiz da violência, buscar a expressão histórica da violência para que a gente tome o cuidado de, às vezes, não ficar na indignação. Eu não estou dizendo que você está ficando na indignação. Mas, em geral, a própria imprensa burguesa exalta a indignação. Na ONU, o próprio diretor da ONU, não sei como que é o nome dele, exalta o problema da violência. No entanto, não se toma nenhuma medida para acabar com ela. Então, é importante tomar os dados sempre procurando esta raiz histórica da violência. Essa é uma ideia importante.

A segunda ideia é sobre a resistência. Sem dúvida, se não houvesse resistência alguma do Hamas a guerra já teria acabado. O objetivo que Netanyahu declarou e seus generais declararam, é o de acabar com Hamas. É uma vez que se acabou com a Hamas, praticamente os palestinos estão sob o controle total do Estado sionista. Essa guerra cercou o norte e agora tá atingindo o sul. Por que? Porque existe uma resistência do Hamas. Agora essa resistência não é uma resistência das massas armadas. Isto é importante entender, porque se as massas fossem armadas a resistência tomaria um outro caráter em termos de uma guerra de libertação dos palestinos. Isto afetaria os oprimidos tanto do Líbano, isso influenciaria sobre o Hezbollah. Vocês estão vendo que o Hezbollah faz as ameaças todas, mas tá limitada porque ali existe um cuidado de não extrapolar essa guerra, porque ela vai envolver o Irã e vai envolver certamente a intervenção norte-americana sobre o Irã. Então, este é um problema estratégico que está posto neste conflito. Então a possibilidade de regionalização ela foi maior no começo. Ela é menor agora. Por que que ela foi maior no começo? Porque no começo, essa intervenção movimentou inclusive o Líbano, movimentou a Síria. Mas logo os Estados Unidos intervieram sobre os governos árabes, principalmente do Egito e da Arábia Saudita, dos Emirados Árabes e do Qatar para limitar qualquer ação que pudesse criar uma contraposição ao Estado sionista de Israel. Esse envio de armas poderosas para o Mediterrâneo foi uma demonstração nos Estados Unidos de que eles estavam dispostos a ir para uma guerra regionalizada.

Então, aí que está a pressão que existe, mundial, para que se encontre uma solução. E aí se tem uma discussão sobre esse assunto hoje. Também existe a informação que Joe Biden está se conflitando com a decisão do governo de Netanyahu de levar às últimas consequências o assassinato de civis. Então, tem toda uma discussão: “porque então não limita, vamos lá caçar apenas os líderes do Hamas, vamos destruir os Hamas, vamos criar uma organização, vamos dar força ao Fatah e à Autoridade Palestina para que ele possa ter um uma solução. Vamos discutir os dois estados.” É toda uma cortina para fazer com que Israel possa ir até o final no seu objetivo. Então é um quadro que se envolve dessa maneira. Agora, justamente porque está difícil liquidar o Hamas é que começa essas negociações e o imperialismo está procurando essas negociações. Porque eles estão vendo que não tem como simplesmente apagar o Hamas, não tem como incinerar o Hamas. O Hamas está penetrado dentro das massas palestinas. Essa resistência urbana, tende a fortalecer ainda mais essa ligação do Hamas com as massas palestinas e todo o horror que tem causado mundialmente o genocídio fortalece politicamente a resistência, qualquer resistência por pequena que seja. Agora, essa resistência não podemos achar que ela seja capaz de derrotar a política sionista de anexação e a intervenção do imperialismo. Não tem capacidade para isso. O que tem capacidade é de chegar a um ponto em que obrigue os Estados Unidos a procurar uma solução ali para contemplar certos interesses de Israel de maneira que não extrapole, que evite extrapolar essa crise do Oriente Médio, porque o interesse dos Estados Unidos está em preparar a guerra contra a China. Ele tem esse interesse. Esse é o interesse maior dos Estados Unidos. Então, eu acredito que essa é a discussão sobre a resistência e eu não me referi a resistência porque a transcendência dela vai até aí, até esse ponto.

O que você disse que não seria o caso de definir a noção de Estado, que o momento não é esse para definir o estado, que não é uma necessidade, que tem que derrotar o imperialismo, que agora a tarefa é derrotar o imperialismo. Eu acredito que aí é um equívoco. Porque a derrota do imperialismo depende muito de você ter uma estratégia muito clara para as massas. O que não quer dizer, veja, que não se tenha que fazer as frentes anti-imperialistas com aqueles que não tem nossa mesma estratégia. Esse movimento de massa mundial foi um movimento anti-imperialista, embora estivesse sob uma direção que não fosse revolucionária que não tivesse a estratégia da revolução proletária, que não tivesse a estratégia, como nós defendemos, de unir as massas para conquistar uma Palestina socialista, uma república socialista. Agora, não se deve separar a estratégia dessa tática. A estratégia histórica tem que ser exposta constantemente, porque aí que vai se fazer a experiência, inclusive com as correntes que estão no nosso campo e que vão seguir conosco até certo ponto. Você sabe que a maior parte dessas correntes, hoje, ela está dentro do revisionismo. Dentro desse movimento que houve no mundo, a maioria pensa que é possível dois Estados e essa é uma política do imperialismo, criar dois estados lá é uma farsa. Então eu acho que essa discussão sobre a estratégia, a natureza tem muita importância. Por exemplo, fala assim “ah mas é pode ser que seja um estado democrático, que não seja ainda uma

república socialista”. Bom este é um caminho a ser experienciado. A experiência histórica está demonstrando que uma revolução democrática, que criaria um estado democrático que une os judeus ali na Palestina, a possibilidade dele é ínfima. Então a discussão sobre a estratégia sempre tem importância nas lutas de tal envergadura histórica.

Eu respondi um pouco às suas argumentações que foram muito ricas, achei importantes essas argumentações. Então, aqui ainda houve outras questões como essa, por exemplo, qual o programa para aglutinar as massas? Uma boa pergunta. Veja, colocada dessa maneira é abstrato. Não existe um programa ideal para como ir às massas. O que se tem que ter são os fundamentos do programa que vai unir as massas. O fundamento para unir as massas é o fundamento da revolução proletária. falar “ah, mas as massas não estão ainda preparadas para isso.” Bom elas vão se preparar, se nós defendemos. Mas não podemos defender no abstrato. Nós temos que defender a estratégia sempre vinculada às necessidades elementares das massas. Hoje, por exemplo, a luta pelo emprego, a luta pelo salário, para derrubar as contrarreformas do governo, enfrentar essa política do PT, a burocracia sindical, enfrentar essas reivindicações está dentro dos anseios mais elementares dos explorados. Lutar contra a informalidade, contra a terceirização todas essas reivindicações fazem parte do programa próprio da classe operária. Mas essas reivindicações, se alguém acredita que vai unir as massas se limitando a elas, se limitando a isso que vai unir as massas, vão se equivocar. A unidade das massas depende da estratégia revolucionária porque a estratégia revolucionária é que viabiliza as lutas mais instintivas mais elementares, inclusive as mais espontâneas da classe operária. Eu acho que essa é uma questão de método da luta programática que o Lênin ensinou muito. Foi a base, inclusive, da formação do partido do partido bolchevique.

A outra pergunta sobre a extrema direita que já foi falado várias vezes, inclusive a relação da extrema direita com a revolução. O fortalecimento da extrema direita não é algo novo. Nós temos que sempre nos basear na experiência; a maior experiência foi com o nazifascismo. Não existiu ultradireita mais do que o fascismo. O fascismo foi uma forma de Estado, que chegou a forma de estado, de uma expressão histórica que esteve envolvida na Segunda Guerra Mundial, promover a Segunda Guerra Mundial. Como que essa ultradireita ou o fascismo se constitui? Ele se constitui a partir do fracasso da democracia burguesa. Quando os partidos da democracia burguesa não conseguem dar solução às contradições do capitalismo, ao choque entre as nações do capitalismo etc. quando não conseguem, as formas que a burguesia vai dando à sua política são formas que abandonam os métodos do reformismo, abandonam os métodos da democracia burguesa e assumem os métodos do fascismo, os métodos do nazismo. Nós falamos disso daí e isso é importante porque na eleição que houve entre Bolsonaro e Lula, o POR defendeu o voto nulo. O POR não votou e o POR disse: “nós não vamos entrar nesta explicação de que derrotar o Bolsonaro seria votar em Lula”, porque a votação em Lula não leva à derrota da direita, nesse caso, não leva à derrota da direita, porque ela não é uma expressão da ação da classe operária. Diferentemente, por exemplo, da Alemanha quando a socialdemocracia evitou fazer uma frente eleitoral, inclusive, para derrotar as tendências do nazismo. A Frente Única era necessária. E veja, no caso que nós tivemos aqui, o PT já tem experiência. E o fracasso do PT favoreceu, exatamente, a potenciação da ultradireita. É o que está acontecendo em várias partes do mundo. A democracia burguesa em decomposição a favorece. Agora a ultradireita se fortalece porque a classe operária está desorganizada, porque a classe operária não tem seu próprio partido.

Então, os setores da classe operária acabam sendo arrastados, a exemplo da eleição de Milei. A classe operária argentina ou a parte que votou no Milei, os oprimidos que votaram no Milei, não estão indo para direita. Eles foram arrastados em função do fracasso total do peronismo. Chegou ao ponto do peronismo está apodrecido. Então, as massas não viram na esquerda, na Frente de Esquerda, uma alternativa, como eles falavam. Eles falavam aqui: “temos que ter uma alternativa socialista”. Essa alternativa nunca conseguiu penetrar na classe operária porque não existe alternativa socialista pela via das eleições burguesas. A luta pelo socialismo é para derrubar o poder da burguesia pela via da revolução. Essa que é a questão, que nós estamos vivendo sobre o problema de como se organizar a luta proletária para quebrar a espinha da direita. Só vai quebrar a espinha da direita se a classe operária se emancipar do reformismo. Se a classe operária continuar ainda submetida ao reformismo e à influência dessa esquerda centrista sobre os sindicatos etc. não tem como quebrar a espinha dorsal do bolsonarismo. Ele vai acabar por um caminho ou por outro, ele volta a se recolocar. Então, eu acho que essa é

a questão que me parece importante.

O papel das igrejas que foi a última questão levantada, sem dúvida. Por que cresce o papel das igrejas? Porque os evangélicos ganham terreno e há um obscurantismo tão visível, tão brutal? Por quê? Porque justamente as massas estão desorganizadas do seu partido. A contrarrevolução chegou a praticamente arrancar a ideia do comunismo das massas. A Revolução Russa colocou a ideia do comunismo nas massas mundialmente. A Terceira Internacional colocou a ideia da revolução proletária nas massas, mundialmente. Isto foi arrancado pelo processo de restauração capitalista. Então, as igrejas florescem nesse campo; neste campo já bastante empantanado. A pobreza e a miséria das massas sem perspectivas, elas acabam sendo arrastadas por essa por essa política. Então, eu acho que esse é um fenômeno. A igreja é o fenômeno do avanço da barbárie capitalista e nós vamos cair no mesmo problema. Há que travar uma luta pela construção do partido revolucionário. E reconstruir a Quarta Internacional.

* * *

A pergunta por que o Hamas não arma as massas me parece muito importante. Ocorre que o Hamas não é um partido revolucionário. O Hamas é uma organização islâmica, fundamentada no nacionalismo pequeno-burguês. Armar as massas é uma tarefa revolucionária, que depende de se ter um programa revolucionário. Somente com o programa revolucionário se entende as formas de luta contra a burguesia. A guerra civil é uma forma de luta de classes do proletariado e armar as massas é armar para uma guerra civil. Não se trata simplesmente de uma guerra de Estado contra Estado, porque não existe um Estado de Gaza, existe o governo do Hamas, que foi eleito em 2007, mas não conseguiu constituir um Estado, não tinha como constituir-se como Estado. Então, é uma força militar que passou a praticar uma resistência constante; e essa resistência colocou exatamente o problema da autodeterminação dos palestinos e colocou o problema do sionismo. O sionismo é uma forma de colonialismo imperialista. Ele é incompatível com a autodeterminação do povo palestino. Por isso que a resistência do Hamas vai se distinguir da capitulação do Fatah, que se acobertou dos acordos de Oslo para criar um governo na Cisjordânia, que é um governo manietado pelo imperialismo, manietado pelo dinheiro da Europa, manietado diretamente pelo governo de Israel, enquanto na Faixa de Gaza a resistência armada do Hamas manteve a posição da autodeterminação, mas de um ponto de vista que não é do proletariado - por isso que ele não arma as massas.

Em segundo lugar, vejam, armar as massas implica uma política que não se limita a à Palestina. É um movimento revolucionário que se coloca nos países ao entorno da Palestina, desde a Síria, Líbano, Egito etc. Não se vai derrotar o Estado sionista simplesmente com uma resistência limitada como a do Hamas. O que Hamas tem realizado e o máximo que fez com sua ação foi manter a defesa da autodeterminação do povo palestino. Ele a manteve até agora. Daí que a destruição do Hamas é contrarrevolucionária. Nós lutamos, vejam, para que não seja destruído o Hamas. Só o povo palestino é que decide como devem funcionar os seus partidos, as suas forças armadas. Essa luta contra a destruição do Hamas é uma luta revolucionária, embora - tenhamos claro - que a política do Hamas não é a política do proletariado. E nós não vamos confundir nossa política com a do Hamas. Daí a importância da estratégia, da República Socialista.

O Hamas pensa, inclusive, numa república islâmica. Se acabasse com o sionismo, estabeleceria um tipo de governo... nem sei se a república propriamente dita, mas um tipo de um governo que seria um governo teocrático. Assim eles pensam. Por isso que a ligação deles com a Irmandade Muçulmana, inclusive, com apoio da teocracia iraniana confirma, mais ou menos, esta política do Hamas. Por isso que o Hamas não arma as massas. E se entregasse as armas para as massas, se organizasse e armasse as massas, provavelmente teriam uma resistência da própria Irmandade Muçulmana. É bem provável, porque a Irmandade Muçulmana não armou as massas contra o ditador Sisi. Eles chegaram ao poder pela via eleitoral, sofreram um golpe violento, houve um assassinato em massa de seus adeptos no golpe de Sisi, dos militares de Sisi no Egito. Então, veja que é um problema mais geral que tem a ver com esse problema da crise de direção, tem a ver com o problema de se tem ou não tem o partido revolucionário no seio das massas. Se nós estivéssemos lá com as células operárias, todos lá, nós estaríamos lutando para armar as massas, sem dúvida nenhuma. Essa seria a política do POR e do Comitê de Enlace

pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI). Então acho que essa pergunta foi muito importante mesmo.

A questão sobre as fronteiras territoriais. Esse problema surgiu não a partir de 1947-1948. Ocorre, inclusive, quando a Palestina estava sob o controle dos ingleses. A questão que se colocava era criar um Estado sionista, cumprindo a Declaração de Balfour, que era exatamente uma posição favorável à criação de um Estado sionista. O grande problema era como conviveria esse Estado com os palestinos. Como seria essa convivência? Seria possível uma convivência pacífica ao introduzir uma força econômica e militar de fora para dentro do território? Como ficariam as terras que eles teriam de se apossar? O método de comprar terra foi um começo, com a migração. O sionismo começou pela migração. O capital financeiro garantia a migração e a compra de terra que pertenciam aos camponeses palestinos. Isso se deu na década de 1930. Foi criando-se um movimento de introdução de fora para dentro, de uma migração - de uma grande migração - apoiada no dinheiro dos banqueiros. Esse processo criou o grande conflito de como seria esse Estado, como seria esse Estado dentro dessa fronteira. Quem ficaria com o quê? Começou por aí. Depois, em 1947, quando se discute na ONU, já estava claro que a ideia de dois Estados era uma manobra do imperialismo. Era uma manobra para dar uma legitimidade institucional. O movimento, depois dos sionistas que decretaram a sua chamada Independência, a guerra da independência, de 1948-1949, não resultou em uma Constituição, porque implicaria estabelecer os limites fronteiriços com os palestinos. Os sionistas não podiam ter uma definição de fronteira porque para introduzir um Estado naquela região e desenvolver as forças produtivas, as forças econômicas, necessariamente, a oligarquia burguesa teria de anexar tudo, ir varrendo os palestinos, tirando os palestinos de suas terras, vilas e negócios. Tanto é que os palestinos acabaram confinados em dois pedacinhos de terra.

As duas guerras que ocorreram, a de 1967 que vai expandir a fronteira de Israel e, depois a de 1973, que confirmará o objetivo sionista de avançar as anexações, confirmarão na prática a natureza colonialista do Estado artificial. Por isso que não tem solução, a não ser uma revolução que una os operários, inclusive os judeus - os judeus e os palestinos. Sem um processo revolucionário não tem como resolver essa contradição, justamente porque é uma contradição do colonialismo. É um colonialismo tardio. Implanta-se definitivamente depois da Segunda Guerra Mundial,

que realizou uma nova partilha do mundo sob a hegemonia dos Estados Unidos. Fala-se muito do direito à autodeterminação, o imperialismo fala inclusive da autodeterminação e eles mesmos não respeitam nada; não existe autodeterminação para o imperialismo. Essa questão das fronteiras tem a ver com essa resposta estratégica. Como que se vai unificar o povo palestino? Como vai garantir a autodeterminação do povo palestino? Essa é uma questão histórica e tem a ver com o problema da revolução, se vai ser uma revolução proletária ou não vai ser uma revolução proletária para resolver a questão. Obrigado.”

Podemos encerrar, mas gostaria de ouvir uma colocação final, uma mensagem final para o público.

“Sim acho que é muito importante a TV A Comuna continuar com essa campanha. O Partido Operário Revolucionário e o Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional vão sempre estar à disposição. Dois de nossos companheiros já haviam participado de seu programa sobre a questão palestina. O jornal Massas que vai sair brevemente, Massas 705, publicará uma das transcrições. Esperamos publicar todas. Nós sempre transcrevemos essas participações. A TV A Comuna está cumprindo o seu objetivo de defender as posições do internacionalismo. Acho que isso é muito importante. E todos seus ouvintes devem divulgar, fazer o esforço de divulgação da TV A Comuna, porque hoje é uma vanguarda da comunicação, onde permite que as posições, mesmo que tenham diferenças, exponham as suas considerações e debatam entre si, inclusive, promovendo a discussão entre as correntes. Eu acho que isso é muito importante.

Por último, se tiver um debate sobre Argentina e for possível convidar o nosso amigo da Argentina para poder falar, seria bom. Esse último Jornal Massas dos companheiros argentinos está bastante rico sobre a eleição do Milei. Inclusive, os camaradas publicaram um livro dedicado à crise na Palestina e no Oriente Médio. .

Muito obrigado por tudo e para todos os que estão nos ouvindo. Viva a construção do partido revolucionário! Lutemos para derrotar os sionistas na Faixa de Gaza e emancipar o povo palestino da opressão imperialista!”



Argentina - Editorial

Importância da greve ativa com mobilização para o Congresso da CGT/CTAs no dia 24 de janeiro

Destacamos a importância política desta medida. A greve geral ativa é uma das armas mais poderosas da classe operária contra a dominação burguesa. Tem claramente um caráter político. É explicitamente direcionada contra a política do governo Milei. Questiona a sua ordem e unifica todos os trabalhadores. As greves contra Macri não foram ativas, mas passivas, foram os ativistas com os piquetes que deram um caráter ativo às suas greves. É difícil lembrar a última vez que a CGT convocou uma greve ativa.

Como intervir? Temos de tomá-la nas nossas próprias mãos. Prepará-la como parte de um plano de luta de longo prazo fazendo reuniões, plenárias, assembleias, para discutir as reivindicações e quais ações prévias podem ser desenvolvidas para fortalecer a greve geral. As direções que estão convocando farão o mínimo possível para evitar a participação, massificação e politização da medida, tentarão limitar seu alcance.

A questão da unidade é fundamental

Não estamos no mesmo terreno da burocracia. A burocracia intervém sob pressão das bases, conhece o crescente mal-estar e é uma forma de impedir a evolução independente do protesto. Não tem capacidade para desmobilizar as dezenas de milhares que já saíram às ruas. Mas também tem os seus próprios interesses, enquanto burocracia: a perda de contribuições dos trabalhadores não filiados, a transferência direta de contribuições para a medicina privada, abandonando a obra social do sindicato. O fim da vigência obrigatória das convenções coletivas como passo preliminar ao desrespeito delas para obrigar os operários a aceitarem acordos por empresa e depois a negociação individual, dissolvendo completamente a organização sindical. As limitações ao direito de greve e protesto também restringem severamente a ação sindical. São todas medidas que rejeitamos.

Não estamos no mesmo terreno, porque não nos subordinamos às suas políticas burguesas de acordos com os governadores, com o Partido Justicialista ou com os parlamentares peronistas. Lutamos pela independência política da classe operária, para construir sua direção revolucionária. Intervimos nesta luta com bandeiras que respondem à situação material urgente e desesperada dos oprimidos. Mas a burocracia é hoje a direção dos sindicatos, das centrais sindicais, e é inevitável que lhes exijamos um plano de luta. Nossa luta consistente desde a base, com um programa, com métodos, com organização, pode nos potenciar nessa luta para tornarmos direção, mostrando o caráter de classe da burocracia.

As reivindicações mais importantes: salário e aposentadoria devem ser pelo menos o equivalente ao custo de vida da família trabalhadora, começando pela reivindicação de aumento imediato de 100% nos salários, auxílios e aposentadorias e o reajuste mensal dos salários. Todas as negociações coletivas de trabalho devem ser reabertas. Precisamos parar com a pilhagem maciça da população, acabar com a transferência de renda para os setores empresariais mais poderosos. Não à reforma da Previdência, que tem a finalidade de reduzi-la ainda mais.

Temos que acabar com as demissões, ocupando os locais de trabalho. A política do governo é impor uma forte recessão com alto desemprego para facilitar seu ataque às massas. Centenas de milhares de trabalhadores correm o risco de ficar desempregados numa situação em que não há empregos. A paralisação das obras públicas deixará centenas de milhares de trabalhadores da construção civil na rua e a livre importação ameaçará têxteis, vestuário, metalúrgicos, mecânicos etc.

Devemos exigir os orçamentos necessários para garantir a escola pública e a saúde.

Para combater a inflação, devemos desconhecer a dívida externa e o programa do FMI. Impedir aumentos de preços nos transportes e na energia.

Rejeitamos a política de permitir que as empresas exportem o quanto quiserem sem a obrigação de abastecer o mercado interno, bem como a livre importação que acabará por liquidar a indústria. O Estado deve monopolizar o comércio exterior e dispor de todas

as divisas à sua disposição para aplicá-la às verdadeiras necessidades, ao desenvolvimento da indústria nacional. Rejeitamos as privatizações e o endividamento nacional.

Rejeitamos como um todo os ataques antinacionais e antiope-
rários contidos no Mega decreto e na Lei Ônibus¹.

Estamos cientes das tentativas de negociação do governo e da burocracia que sempre foi oficialista em todos os governos. Não temos a menor confiança nela, mas a escala do ataque não lhe deixa espaço para negociar. Soma-se a isso a questão do imposto de renda dos trabalhadores, que o governo negocia com os governadores para recuperarem o percentual da coparticipação que perderam e também com a burocracia. São interesses conflitantes. Já vimos a atitude dos Empregados do Comércio, o maior sindicato, de aceitar a mudança na forma das indenizações.

Decisões na Justiça do Trabalho que suspendem a aplicação do Decreto de Necessidade e Urgência ou outras decisões que compliquem a estratégia judicial do governo podem criar a ilusão de que o governo pode ser derrotado dessa forma. Desencorajemos quaisquer ilusões desse tipo. É preciso defender a medida do dia 24, como a lançada pela Associação dos Trabalhadores do Estado/ATE para o dia 15, como parte do início do plano de luta. Não se pode descartar que o Congresso vote a favor do DNU e da Lei Ônibus, e, mesmo que a rejeite é preciso continuar a luta até que todas as iniciativas antioperárias e antinacionais que Milei encarna sejam enterradas.

É de extrema importância lutar pela independência política dos capitalistas, seus partidos, suas instituições, e não esperar nada do Congresso, nem do Judiciário, nem dos governos nem da Mesa do Partido Justicialista. Debater e preparar a organização das medidas de luta, lado a lado, independentemente de em quem votaram. Em cada local de trabalho, em cada sindicato é necessário discutir como intervir. A greve e a mobilização serão um duro golpe contra o governo dos agentes do capital financeiro.

(Extraído do Jornal Massas, nº 449, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

1 Megaprojeto de lei intitulado “Bases e Pontos de Partida para a Liberdade dos Argentinos”, chamada popularmente de Lei Ônibus, por seu tamanho e abrangência. O texto tem 351 páginas e 664 artigos.

Argentina - Parlamento

O Parlamento na etapa atual

A primeira sessão legislativa de 2024 foi uma vergonha por onde se olhe, e dessa forma mostrou o Congresso tal qual é: uma fraude incapaz de mascarar a ditadura do capital. O esforço da União pela Pátria (UxP) em sua utopia reacionária de deter a política ditatorial de Milei recebeu sua primeira frustração, que é uma fonte para tirarmos as lições do momento.

Germán Martínez, líder do bloco UxP, acreditava ter conseguido uma vitória irreversível em meados de dezembro, quando, entre quatro paredes, fechou um acordo com o presidente da Câmara dos Deputados (Martín Menem de LLA) e o chefe da banca do PRO (Cristian Ritondo), para estabelecer os critérios para a formação das comissões. Ao aceitar o sistema D’Hondt, acreditavam ter assegurado as presidências das possíveis comissões para o tratamento da Lei Ônibus, prévios à votação geral na Câmara dos Deputados. Esperavam que, desta forma, pudessem travá-la pelo parlamento. Suas expectativas foram construídas sobre areia movediça.

Em 4 de janeiro, enquanto os líderes do UxP se gabavam de ter começado a vencer a batalha, La Libertad Avanza (LLA) formou as comissões à vontade, colocando seus favoritos nas posições de importância: José Luis Espert (do monobloco Avanza Libertad) em Orçamento e Fazenda; Fernando Iglesias (PRO) nas Relações

Exteriores; Nicolás Mayorans (LLA) em Assuntos Constitucionais; Gabriel Bornoroni (LLA) em Legislação Geral. As lamentações de Germán Martínez e Cristian Castillo, em suas tentativas de fazer discursos diante de tal incidente, são apenas um exemplo da impotência dos meios parlamentares para conquistar nossas reivindicações.

Apesar de ter mostrado euforia e entusiasmo com essa primeira “vitória”, Javier Milei vem propagando incansavelmente o contrário há um mês. “Há parlamentares que buscam propina, vendem seus votos”, assumindo a responsabilidade de realizar um trabalho sistemático para deslegitimar o possível freio parlamentar. Com isso, sem renunciar às possibilidades institucionais, reforça suas formas ditatoriais, contando com um incipiente descrédito do Parlamento burguês, eleito com níveis recordes de abstenção eleitoral durante 2023.

De forma alguma estamos diante de um fenômeno novo, muito pelo contrário, essa é a característica fundamental da etapa. Os períodos de crise política, de acirramento da luta de classes, trazem consigo a exposição dos acontecimentos quase sem dissimulação, expondo seu real conteúdo. As formas democráticas tendem a começar a ser deixadas de lado e a ditadura do capital se mostra descarnadamente.

CONTINUA →

A impotência e a total desorientação se refletem nesses setores do nacionalismo burguês quando demonstram interesse na contagem especulativa de votos, listando quantos deputados votariam contra. Mas também os setores da esquerda centrista que fizeram campanha eleitoral em 2023 alimentam ilusões de enfrentar o ajuste no Congresso e nas Legislaturas. O grau de domesticação e assimilação à democracia burguesa – mostrando-se conciliadores com os deputados burgueses ou mesmo em alianças diretas (por exemplo no caso de Del Pla e da fascista Lospenatto para o IVE) – são um obstáculo evidente para varrer as utopias institucionalistas que ainda se aninham nas massas. Não será o FIT-U, nem o restante do revisionismo trotskista, que conseguirá se conectar com o cansaço instintivo dos oprimidos e elevá-los politicamente à estratégia histórica da classe operária.

Nós, revolucionários, não depositamos nenhum tipo de confiança nas instituições da burguesia, inclusive no Congresso. Mas isso não nos exime de acompanhar de perto a sujeira e obscenidade que diariamente expõe, para poder esgotar as ilusões que esse antro de bandidos desperta num importante setor da população: esse é o nosso papel pedagógico como marxistas. É por isso que devemos multiplicar nossos esforços para explicar o papel do Congresso no atual estágio, alertando contra atalhos e becos sem saída para conquistar nossas reivindicações mais sentidas. A luta pela revolução proletária e pela ditadura do proletariado requer lutar contra todos os obstáculos que estão em seu caminho.

(Extraído do Jornal Massas, nº 449, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Argentina

Outras sentenças contra o DNU de Milei

O juiz Enrique Lavié Pico, do Tribunal Administrativo Contencioso, assinou um mandado de segurança contra, e ordenou desvincular a apresentação do “processo coletivo” que o Governo pretendia juntar aos autos contra o decreto, com o juiz amigo Esteban Furnari. Assim, ordena que cada demanda individual seja devolvida à sua jurisdição originária.

A apresentação de Rizzo, ex-presidente do Colégio Público de Advogados da Capital Federal, tem como foco a ruptura de princípios constitucionais, “como o respeito à separação dos poderes, à forma republicana de governo e à divisão tripartite do Poder Constituído. Uma grave crise institucional poderia ser provocada avançando em matérias que pertencem, exclusivamente, ao Congresso Nacional”.

Essas diferenças mostram que há uma luta dentro do Judiciário sobre como se posicionar diante do decreto autoritário que praticamente extingue o Congresso. A Bicameral (Congresso e Senado) tem de apreciar o decreto nos próximos dias. Será o Congresso que vai brechar a arrogância do governo ou será a Corte Suprema de Justiça?

Esse é o jogo das instituições do Estado burguês, que podem querer se recuperar de seu descrédito e se legitimar em meio a essa crise, aparecendo como defensoras da “república” e também para que a derrota dessa política não seja mérito exclusivo dos oprimidos mobilizados.

A decisão de Lavié Pico levará a um caos de pedidos de liminares devido ao número de setores que afeta. O Juiz na sua sentença menciona que “a regulamentação questionada modifica leis que regulam matérias muito díspares: Farmácias, Hidrocarbonetos, Turismo, Energia Elétrica, Código Civil e Comercial, Registro Automotivo, Trabalho, Saúde, Comércio Exterior, Reforma do Estado, Código Aeronáutico, entre outras, e dentro delas aspectos

particulares que seriam processados em diferentes áreas judiciais, para que possa, se for caso, ser apreciada – nos termos do artigo 99 inciso 3, da Constituição Nacional – de forma independente e em relação a cada matéria – concretamente – perante os diferentes tribunais da sua competência específica, uma vez que as decisões sobre a sua aplicação e/ou validade podem ser diferentes em cada caso e em cada jurisdição”.

A Câmara Nacional do Trabalho mais uma vez suspendeu a reforma trabalhista, desta vez devido à reclamação da CTA, como fez diante da apresentação da CGT. Reiterou a medida sobre os artigos referentes às questões trabalhistas, editando nova medida cautelar que suspende sua aplicação.

Na decisão, indica que declara “a competência da Justiça Nacional do Trabalho para decidir na presente ação”, admite “a viabilidade formal da via processual escolhida” e dispõe “a suspensão cautelar dos efeitos do DNU 70/2023 no que tange à operacionalidade das disposições contidas em seu Título IV (TRABALHO – arts. 53 a 97-) até que seja proferida decisão sobre o mérito”. A diferença em relação à decisão da CGT é que ela reafirmou sua competência para decidir a questão.

Estas derrotas no campo judicial são importantes, porque expõem a crise da burguesia, suas lutas internas, e porque o fracasso dessas medidas propostas por Milei agravará a crise política como um todo. Não confiamos nem por um segundo que se derrote o Decreto e a Lei por esta via, mas, esta divisão facilita a luta dos oprimidos que devem contar exclusivamente com sua própria força organizada e mobilizada.

(Extraído do Jornal Massas, nº 449, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Argentina - O ataque às empresas estatais é um ataque a todos os oprimidos

Unificar a partir de baixo a luta dos trabalhadores do Estado com os outros trabalhadores

O governo de Milei declarou guerra a todos os oprimidos do país e, em particular, aos funcionários públicos. Tanto o DNU quanto a lei Ônibus representam uma tentativa de desmontar o Estado e precarizar as condições de trabalho para que os empregadores possam negociar livremente.

Desmontar e privatizar agências e empresas estatais é perda de soberania

Parte da produção de energia está nas mãos das empresas estatais, desde a YPF até as usinas nucleares. Sua privatização deixará completamente nas mãos das multinacionais o fornecimento

de energia necessário para o funcionamento dos demais ramos de produção, colocando completamente em mãos estrangeiras a possibilidade de produzir riqueza no país. Em vez de privatizar essas empresas, deveríamos estatizar toda a produção e distribuição de energia.

Assim como a energia, os transportes também são um setor estratégico, que não deveriam ficar em mãos privadas, uma vez que o desenvolvimento das demais indústrias depende do seu funcionamento. É preciso vincular a defesa de Aerolíneas Argentinas à necessidade de estatizar o conjunto do sistema de transporte.

Os controles de produção, as autorizações para o funcionamento, os programas que protegem a produção local, também serão alvo do governo. Buscará desmontar esses controles por meio de demissões e reestruturação de órgãos estatais. Defender os empregos, defender nossas funções como trabalhadores do Estado é defender a soberania nacional. É defender o direito do país de definir como se produz, quem produz, de não ficar totalmente subordinado aos grandes capitais estrangeiros que depois de fazerem negócios sugam todos os seus lucros.

O ataque às empresas estatais é parte da precarização de conjunto dos trabalhadores

Além das demissões em massa que precisamos enfrentar com urgência, lembremos que as reformas promovidas pelo governo Milei buscam minar a estabilidade alcançada: estabelece mecanismos de inserção de trabalhadores estatais no setor privado, que incluem o subsídio dos encargos sociais às empresas privadas para a contratação dos funcionários desempregados, estabelece mecanismos para a perseguição política ao proibir explicitamente a realização de atividades “ligadas a campanhas eleitorais e/ou partidárias”, reduz as faltas contínuas e descontínuas necessárias à instauração de sanções contra os trabalhadores. É preciso explicar para a população que essas modificações não são apenas um ataque às empresas estatais, são um sinal para que todos os patrões precarizem ainda mais o trabalho. A estabilidade do emprego estatal é uma referência no mercado de trabalho e o governo procura destruir essa referência.

Forjar a unidade dos trabalhadores do Estado com os outros oprimidos: Participar de todas as instâncias de coordenação para construir uma pauta única nacional de reivindicações.

O ataque está ocorrendo de forma parcelada para fragmentar a luta. Precisamos dar uma resposta unificada. Esta mobilização é um passo importante nessa direção. Temos de aproveitar essas medidas de luta, gerar unidade desde as bases, ver os rostos uns dos outros, tecer laços de solidariedade, estabelecer instâncias de coordenação abertas às bases. Seria um erro a coordenação entre os diferentes setores do Estado se limitar à reunião de suas direções, temos de criar órgãos de coordenação abertos a todos os trabalhadores. O plano de luta tem de ser discutido e aprovado pelo conjunto dos trabalhadores, através de mandatos de assembleias nos lugares de trabalho, plenárias de delegados, plenárias abertas de todos os trabalhadores do Estado. Somente se decidimos entre todos a pauta de reivindicações e o plano de luta é que conseguiremos derrotar este governo.

Os trabalhadores dos organismos estatais podem desempenhar um papel muito importante se conseguirem incorporar as pessoas descontentes dos bairros na luta. O painel cultural foi um grande acerto nesse sentido. É fundamental avançar na articulação entre os painéis dos bairros e a luta nos organismos estatais. Não esqueçamos que nas fábricas a ditadura do capital impera de forma mais dura, os organismos estatais podem permitir que trabalhadores descontentes que não podem se expressar em seus locais de trabalho se reúnam. Temos de ir aos bairros, às lojas, às fábricas que rodeiam os edifícios, para apelar aos vizinhos para se juntarem à luta contra a política de austeridade e pelas reivindicações essenciais:

Reintegração de todos os demitidos. Efetivação de todos os trabalhadores precários: estagiários, pejotizados, temporários. Descoberto do pagamento da dívida externa para atualizar todos os orçamentos. Reabertura imediata das negociações coletivas de trabalho, para que o piso salarial cubra o custo da cesta básica e seja reajustado todos os meses pela inflação. Defesa das empresas estatais, rejeitar qualquer tentativa de avançar com a privatizações. Defender a soberania contra todas as tentativas de desregular os controles de mercadorias.

(Extraído do Jornal Massas, nº 449, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Equador

Crise de segurança no Equador expõe a decomposição do capitalismo

No dia 09 de janeiro, ganhou ampla repercussão as cenas da invasão das instalações do canal TC Televisión, de Guayaquil, no Equador, por homens encapuzados com explosivos e armas de fogo. A onda de violência, desencadeada após a fuga do líder da gangue Los Choneros, conhecido como “Fito”. Imediatamente, 178 funcionários de uma prisão foram tomados como reféns pelos detentos e policiais foram sequestrados. Explosões foram noticiadas por várias cidades do país.

Ainda na noite de 09 de janeiro, o presidente Daniel Noboa decretou a existência de “conflito armado interno”, dando prerrogativas às Forças Armadas para atuarem nas ruas e cometerem arbitrariedades para conter as ações das facções. Foi imposto um toque de recolher entre 23h e 5h. No texto do decreto, o governo também qualificou como “terroristas e atores não estatais beligerantes” 22 grupos do crime organizado. A declaração de um “conflito armado interno” se soma ao “Estado de exceção” decretado previamente pelo presidente.

Desde a pandemia, tem se intensificado os conflitos e rebeliões nos presídios do Equador. Nos últimos anos, o Equador tem sido um campo de disputa do narcotráfico internacional em torno ao



escoamento das drogas pelos portos do país principalmente para os Estados Unidos. Duas facções criminosas, Los Choneros e Los

Lobos, ambas vinculadas à diferentes facções do narcotráfico internacional, disputam entre si o controle das principais rotas, o que têm levado a vários conflitos no interior dos presídios, agravados pela superlotação, resultando em centenas de mortos entre os detentos. A atual rebelião se distingue por se voltar diretamente contra o Estado, em virtude das políticas repressivas que o governo do presidente Daniel Noboa tem adotado para tentar conter o crime organizado nos presídios.

As facções narcotraficantes já estão fortemente enraizadas nas instituições do país. A operação “Metástase”, anunciada pelo Ministério Público, acusou juizes, políticos, procuradores, policiais, um ex-diretor da autoridade penitenciária e muitos outros membros de altos escalões do poder de beneficiar organizações criminosas em troca de dinheiro, ouro, prostitutas, apartamentos e luxos. Além disso, as facções se utilizam da execução de políticos e autoridades como forma de interferir nas decisões estatais. Exemplo disso é o recente assassinato, no dia 17 em Guayaquil, do promotor “antimáfia” César Suárez, que investigava a invasão de homens armados ao canal de televisão TC. Outro caso ocorreu nas eleições de 2023, no dia 9 de agosto, quando o segundo colocado nas pesquisas, o candidato Fernando Villavicencio, identificado com o discurso de combate à corrupção e ao narcotráfico, foi assassinado após um comício na capital.

No dia 12 de janeiro, a Ameripol (Comunidade de Polícias da América), grupo que reúne vinte instituições policiais de 16 países, criada desde 2007, porém constituída formalmente pelo “Tratado de Brasília” (novembro/2023), se reuniu para discutir formas de atuação conjunta das polícias. Em entrevista à CNN, o presidente equatoriano, Daniel Noboa, pediu apoio aos Estados Unidos e a outros países e disse que é necessária “cooperação internacional”, porque a questão é um “problema global”. Segundo o próprio presidente, “cerca de 35% das drogas que saem do Equador vão para os Estados Unidos, e outra porcentagem semelhante para a Europa”.

A onda de violência que ocorre no Equador é expressão da barbárie capitalista. A economia do Equador, totalmente dolarizada e baseada na economia informal e na exportação de produtos primários, principalmente de petróleo e banana, mantém o país no atraso, com 27% da população na pobreza. É dessa profunda miséria entre os explorados que um setor da burguesia, vinculada ao narcotráfico, se aproveita para cooptar um setor da juventude para o crime organizado. As guerras entre as facções, na disputa pela produção e pelas rotas de escoamento das drogas, joga um parte da juventude contra outra, exterminando-se em prol dos interesses econômicos da burguesia narcotraficante. Uma outra parte da juventude, arruinada pelo sistema capitalista, passa a vagar pelas ruas e serve ao mercado consumidor.

Os países imperialistas não escapam dessa contradição. Pelo contrário, os Estados Unidos e Europa são os principais destinos dos entorpecentes que saem da América Latina. Os Estados Unidos, por mais que falem cinicamente de cooperação para conter o narcotráfico, não são capazes de acabar com o flagelo das drogas,

que é alimentado pela pobreza e miséria geradas pelo próprio sistema capitalista, e uma fonte de enriquecimento para um setor da burguesia.

A oferta de ajuda ao governo equatoriano apresentada pelos Estados Unidos, Brasil e outros países latino-americanos serve para ocultar a responsabilidade de todos. O narcotráfico atingiu um alto grau de internacionalização justamente porque oferece uma mercadoria altamente rentável. A lavagem de dinheiro é determinante para a vida humana porque tem um mercado garantido e em expansão. As proibições e a repressão especializada não fazem senão contribuir para valorizar a droga e aumentar a lucratividade que acaba ficando boa parte nas mãos do capital financeiro. De quando em quando explode uma crise, como a do Equador, porque a fração burguesa narcotraficante faz parte e influencia enormemente a política burguesa.

O avanço das drogas, que se faz entre as massas jovens miseráveis, até chegar as camadas ricas consumidoras inevitavelmente se torna um componente explosivo da crise social. O que gera atritos e divergências no interior do Estado e entre países sobre como amortecê-la. A economia das drogas se reflete na superestrutura do Estado como parte da decomposição geral da economia capitalista. Essas contradições e sua mecânica própria não podem ser resolvidas por nenhum governo e por nenhuma coligação de países. A repressão aumentará o número de presos e mortos, mas não breará a expansão do mercado movimentado pelo narcotráfico.

As discussões sobre se a liberação das drogas e sua regulamentação resolveriam a trágica situação provocam grandes atritos no interior do Estado e da política burguesa. O fato é que as drogas como expressão da decomposição do capitalismo não têm solução no seus marcos. Trata-se de uma solução que somente a classe operária pode encarnar. Em outras palavras, o fim do mercado das drogas e da burguesia narcotraficante se dará com a revolução social, que liquidará o poder geral da burguesia sobre os meios de produção. Não significa que se deve esperar até que chegue esse momento.

Trata-se de organizar a juventude oprimida sob a política e o programa próprio da classe operária. A luta por um salário mínimo vital e por emprego a todos é o caminho para defender a juventude como força de trabalho e como força política organizada sob a orientação e o programa da revolução social.

LANÇAMENTO!

**GUERRA NA
UCRÂNIA**

Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

R\$ 40

**GUERRA
NA UCRÂNIA**
POSICIÓN E RESPUESTA
DO INTERNACIONALISMO
PROLETÁRIO

Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

Publicado o livro:

LEON TROTSKY **A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO**

“Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.

LEON TROTSKY
A CONTINUIDADE
DO MARXISMO-LENINISMO

R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

32 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

No Jornal Massas anterior, por ocasião dos 32 anos da derrocada da URSS, iniciamos uma exposição sobre a luta de Trotsky contra as forças restauracionistas. Utilizamos, como início, a exposição dos Escritos de Trotsky. Neste Jornal Massas, dedicamos o estudo ao Tomo I, vol. 3.

Estudos sobre Trotsky e a restauração

Desenvolvimento das formulações de Trotsky sobre a burocratização da URSS, o processo de restauração capitalista e a revolução política

Tomo I, Vol.3- 1929-1930

“As três frações da Internacional Comunista”, pág. 591



No início de 1930, Trotsky persiste na análise e na conclusão de que havia possibilidade de uma ampla e profunda reforma política no Partido Comunista. É o que encontramos no texto “As três frações da Internacional Comunista”, de 1930. Trotsky apoia-se na identificação de três tendências internas e em suas contradições. O seu vínculo com a classe operária era o fator determinante. A Oposição de Esquerda havia sido derrotada – o próprio Trotsky se encontrava no exílio -, mas era prematuro considerar o processo de cisão concluído. Nota-se a cautela e o otimismo de Trotsky

sobre uma possível reviravolta. A fração de Stalin continuava sendo caracterizada como centrista, havendo portanto a fração direitista. A fração à esquerda acabava de padecer do golpe burocrático-autoritário. Tratava-se de saber para onde caminhava a fração centrista, que estava de posse da direção do partido.

Diante dessa questão de suma importância, Trotsky mostra suas dúvidas, justamente porque os acontecimentos catastróficos da expulsão da Oposição de Esquerda eram recentes. Vejamos o que diz: “Indiscutivelmente, o centrismo estalinista caminha para uma nova diferenciação. Para onde irá o próprio Stalin, não sei: já demonstrou sua capacidade de virar para a extrema direita e para a extrema esquerda. A experiência demonstra que a cada novo ziguezague do centrismo é mais profundo e decisivo que o anterior. Entretanto, não prognosticarei sobre a base de se uma nova virada para a direita será ou não o ‘último’. E não se trata essencialmente de prognosticar, mas de lutar ativamente. A nova diferenciação do centrismo fortalece enormemente a Oposição de Esquerda e a transforma em fator político de importância para a determinação do futuro rumo da revolução”. A conclusão de que o fundamental estava em que as contradições no campo da própria burocracia ajudariam e serviriam à luta estratégica da Oposição de Esquerda contra os perigos que continham tanto a fração centrista quanto a direitista.

Considerava que o maior perigo era expresso mais nitidamente pela direita, mas que essa “somente podia desempenhar o papel de cortina” à fração centrista. Não poderia “jogar um papel independente”. Neste ponto, se encontra uma caracterização e uma conclusão que expressa bem o momento. Eis: “O Partido Comunista não é um partido no sentido literal do termo, porque sua composição e sua vida estão regidos por métodos de caráter exclusivamente administrativo. Mas, do ponto de vista formal, engloba a esmagadora maioria da vanguarda proletária à qual nos procuramos vincular. Estamos a favor de um partido unificado enquanto poder não passe para as mãos da burguesia, isto é, enquanto a Oposição possa – em circunstâncias favoráveis cumprir suas tarefas mediante uma política de reformas. Colocar a criação de um segundo partido seria transferir o problema ao plano da guerra civil”.

Nessa explicação, se nota que Trotsky tem claro que o partido já havia sofrido uma avançada deformação burocrática. O que não impedia uma possível reforma política. A conclusão de que constituir um novo partido seria colocar a questão no plano “da guerra civil”, ou seja, em outras palavras, de uma revolução.

Trotsky, assim, estabelece o lugar da Oposição de Esquerda na luta contra a direita que se mostrava mais claramente termidoriana e o centro francamente estalinista que ainda podia ocultar seu papel primordial no

processo restauracionista. Admite que naquelas circunstâncias a Oposição de Esquerda teria ainda de desempenhar um “papel propagandista”. Diz: “A arma principal de nosso arsenal é a crítica ao programa e à prática política da Internacional Comunista (...) A Oposição pode e deve ser um organismo para a orientação política correta. Esta é sua tarefa mais difícil e importante. Nos partidos oficiais, a direção burocrática suprime a discussão e as análises políticas (...). Toda trajetória da Oposição de Esquerda demonstra que coloca os problemas em seu contexto histórico global, pontualiza os eixos fundamentais do processo e é capaz de efetuar um prognóstico histórico. Esta atitude é tão inerente a seu caráter revolucionário como o empirismo míope o é à burocracia centrista”.

Está claro que, diante da derrota da Oposição de Esquerda, tratava-se de preparar o caminho para seu fortalecimento sobre a base da crítica programática, elaboração de uma linha internacionalista e aplicação do método marxista-leninista de organização partidária. Somente assim era possível estabelecer um prognóstico histórico para o desenvolvimento da cisão no interior do Partido Comunista e da III Internacional. Há que se atentar para a formulação de que sem um “prognóstico histórico” a Oposição de Esquerda não poderia abrir um caminho claro e preciso de combate ao revisionismo estalinista.

É assim que até aquele momento o prognóstico não permitia se colocar pela construção de um novo Partido Mundial da Revolução Socialista, que seria a IV Internacional. Trotsky é taxativo na conclusão: “Não é nossa intenção construir uma Quarta Internacional. Mantemo-nos firmes na tradição da III Internacional, que surgiu da Revolução de Outubro, sob a direção de Lênin”. Trotsky admitia que “nos marcos oficiais da Internacional Comunista atual, a formação de uma ‘nova ala esquerda’ é um fato não só possível, mas também inevitável. Dentro do atual Partido Comunista Soviético já existem alguns elementos que não podem jogar um papel ideológico independente, como não pôde fazê-lo a Oposição de Leningrado de 1926. Mas podem desempenhar um papel objetivo de grande importância, como canal de acesso dos operários centristas às posições de esquerda”.

Essa avaliação se baseava na compreensão de que o processo de cisão partidária não estava de todo cristalizado. Uma vez que havia possibilidade das contradições internas deslocar uma parcela da militância para a Oposição de Esquerda, havia de trabalhar para isso, de forma a não correr “o perigo de ficar isolado das massas comunistas”.

Essas formulações iniciais que dariam origem à Oposição de Esquerda Internacional três anos depois perderiam sua validade com a rápida evolução do estalinismo no sentido do termidor, no entanto, resguardam o método histórico da luta entre frações, sendo no caso a minoria trotskista a que expressava o programa e a orientação do internacionalismo proletário.

Ao capitalismo, ou ao socialismo? pág. 860

25 de abril de 1930

Antes de expor as formulações que constam no artigo “Ao capitalismo, ou ao socialismo?”, que dá sequência ao texto “As três frações da Internacional Comunista”, extrairemos algumas passagens de outros documentos que contêm a análise e crítica aos erros do estalinismo.

Em 8 de janeiro de 1930, Trotsky passa a combater a fase esquerdizante da III Internacional Comunista. Publica “O ‘terceiro período’ dos erros da Internacional Comunista”. O estalinismo como uma fração centrista orasse deslocar para a esquerda, ora para a direita, conforme as pressões do período. Nesse momento, leva a III Internacional para o campo do sectarismo. O que nos interessa na crítica ao “terceiro período”, que já havia sido exposta no final de dezembro da 1929, é o método como o marxismo analisa as crises do capitalismo e identifica suas tendências. Em 1928, o estalinismo

passou a considerar que o terceiro período era do final do capitalismo, sendo o primeiro entre 1917 e 1924, de ascenso revolucionário; o segundo, entre 1925 e 1928, que foi de estabilização do capitalismo. O esquerdismo conduz a erros táticos de isolamento da vanguarda revolucionária diante do proletariado.

Trotsky inicia “O ‘terceiro período’ dos erros da Internacional Comunista” com a seguinte exposição: “Para a Internacional Comunista, a radicalização das massas passou a ser uma profissão de fé carente de conteúdo, não a caracterização de um processo”. Crítica a atitude esquerdista que apresenta a radicalização das massas como um processo contínuo. Esse mecanicismo conduz a erros de direção do movimento. Considerada a questão quanto à “perspectiva de nossa época de conjunto, o proletariado segue um processo que avança para a revolução”. “Mas não se trata de um progresso ininterrupto, como não é o processo objetivo de agudização das contradições capitalistas. Os reformistas só veem o ascenso do capitalismo. Os ‘revolucionários’ formais só veem suas baixas. Mas o marxista observa o processo em seu conjunto, com todas suas altas e baixas conjunturais, sem perder jamais de vista sua dinâmica principal: as catástrofes bélicas, as explosões revolucionárias”. (...) “A nossa época se caracteriza por flutuações periódicas extremamente bruscas, por situações que mudam de maneira abrupta, o que configura, para a direção, responsabilidades árduas no que toca a elaboração de uma orientação correta”.

Essa crítica de método faz parte da luta de Trotsky contra o estalinismo objetivando demonstrar que erros dessa natureza comprometiam a III Internacional e prejudicava imensamente a defesa do programa bolchevique sobre o qual se ergueu a URSS e sobre o qual deveria se projetar no campo mundial da revolução. Sob a orientação do ‘terceiro período’, os partidos comunistas se mostraram incapazes de utilizar a tática frentista para combater no seio das massas a influência do reformismo. Esse era o grande problema do momento.

A Oposição de Esquerda se encontrava diante de questões como essa. E Trotsky teria de tratar delas no interior do movimento de resistência ao revisionismo estalinista. A tarefa da situação, nesse sentido, era de expor uma crítica sistemática aos erros do estalinismo e fortalecer a Oposição de Esquerda como uma fração internacional que se reivindicava dos Primeiros Quatro Congressos da III Internacional.

No documento “O Novo Curso da Economia Soviética” (A aventura econômica e seus perigos), de fevereiro de 1930, a crítica se dirige à concepção, método e medidas voltadas à edificação da economia na URSS. Trotsky no início de seu enfrentamento a Stalin e aliados havia apresentado suas críticas sobre a orientação econômica e os perigos que ela encerrava para o fortalecimento da URSS diante do capitalismo mundial.

Várias são as particularidades sobre a linha do desenvolvimento econômico da URSS. Importa-nos aqui não o seu detalhamento, mas alguns aspectos gerais. Um deles é a relação entre a economia e os trabalhadores. Eis: “Sempre afirmamos que a premissa fundamental para a industrialização é a necessidade de melhorar sistematicamente as condições de vida da classe operária, e que a coletivização depende da industrialização”. Outro trata-se da construção socialista e da democracia soviética. Eis: “O plano de construção do socialismo não pode ser uma ordem burocrática apriorística. É preciso elaborá-lo e corrigi-lo da única maneira possível, construir o socialismo, isto é, por meio da mais ampla democracia soviética (...). “A democracia soviética não é uma consigna política abstrata, nem uma norma moral. Transformou-se em uma necessidade econômica”. Nesse sentido, estava posta a luta da fração revolucionária contra a fração revisionista no terreno: 1) manter o partido como “ferramenta histórica fundamental do proletariado (...) “arrancar o aparato dos usurpadores do poder que usurparam o partido”. Essa tarefa cabia ao “núcleo proletário do partido, apoiado na classe operária”; 2) “restaurar a ditadura do proletariado” (...) “o ritmo da industrialização não garante a construção do socialismo, mas sim o fortalecimento das bases da ditadura proletária e a melhoria de situação das massas trabalhadoras da cidade e do campo”.

Tomemos, então, o artigo “Ao capitalismo, ou ao socialismo?” Trotsky faz uma referência às posições dos mencheviques que aspiravam o fracasso do sistema soviético e assim ao retorno de um capitalismo mais evoluído. Colocavam-se na perspectiva da restauração da democracia burguesa. A possibilidade de o capitalismo ser restaurado não poderia simplesmente ser descartada. Tratava-se de lutar para que não se potencializasse. A impossibilidade estava em restaurar gradualmente, evolutivamente. Conclui Trotsky: “A contrarrevolução burguesa não seria capaz (ainda que existisse a possibilidade) de alcançar seus objetivos sem uma prolongada guerra civil e um retorno à pobreza neste país, que o poder soviético acaba de levantar das ruínas. Uma segunda edição do capitalismo russo distanciará de ser uma mera continuidade e desenvolvimento do capitalismo pré-re-

volucionário – mais precisamente, pré-bélico -, não só porque os separa um longo período de guerra e revolução, mas também porque o capitalismo mundial – senhor do capitalismo russo – sofreu tremendas derrotas e profundos reveses neste lapso de tempo. O capital financeiro tornou-se infinitamente mais poderoso enquanto que o mundo se sente cada vez mais restringido. Um novo capitalismo russo não seria senão um capitalismo explorador, colonial, de tipo asiático”. (...) “Para os restauradores ‘autênticos’, ‘sérios’, o retorno à Rússia burguesa não significaria outra coisa que a oportunidade de explorar a Rússia desde fora, como colônia. Assim ocorre na China, onde o capital estrangeiro opera por meio dos compradores, espécie de intermediários chineses que enchem sua bolsa permitindo que o imperialismo mundial lhe roube seu próprio povo”. Esse raciocínio voltado à questão da possibilidade de restauração, por si só, colocava a Oposição de Esquerda a tarefa histórica de soterrar as tendências restauracionistas que concretamente se despontavam nesse período. Certamente, uma comparação como a da China não teria hoje o sentido que tinha em 1930.

A burocratização do regime soviético e as profundas deformações burocráticas no Partido Comunista apareciam como sintomas das pressões restauracionistas. Trotsky assim explica: “A burocracia operária, além de instrumento com o qual o proletariado exerce sua influência sobre as demais classes, é também um instrumento por meio do qual as outras classes exercem influência sobre o proletariado”. Assinala, assim, a contradição objetiva do momento em que embrionariamente se despontavam as tendências restauracionistas. A crítica e o combate ao estalinismo tinham de ir nas raízes dessa contradição. A caracterização de uma nova burocracia, até então desconhecida, tornava-se um imperativo. A caracterização não seria uma fotografia estática, mas expressão de um processo contraditório. Destaquemos essa formulação: “A burocracia necessita de um super árbitro e escolhe para este posto aquele que melhor encarna seu instinto de sobrevivência. Essa é a essência do estalinismo: aplinar o caminho para a instauração do bonapartismo no seio do partido”. (...) “o estalinismo prepara o bonapartismo, de maneira tanto mais perigosa quanto o faz inconscientemente”. Chegado a esse ponto de compreensão, se tem a clareza de que a Oposição de Esquerda Internacional está diante dos perigos da restauração capitalista, ainda que sejam os seus primeiros sinais. Vejamos, então, essa formulação estratégica: “Outro elemento perigoso constitui a degeneração do aparato da ditadura do proletariado. A burocracia reinstaurou muitas das características de uma classe dominante, e assim o veem as massas operárias. A luta que trava a burocracia por sua sobrevivência afoga a vida espiritual das massas ao fomentar conscientemente nelas novas ilusões não revolucionárias, impedindo assim que as ilusões perdidas sejam substituídas por uma compreensão realista do que está ocorrendo. Do ponto de vista marxista, é evidente que a burocracia soviética não pode converter-se em uma nova classe dominante. Seu isolamento e sua crescente função social de comando conduzem inevitavelmente a uma crise da ditadura do proletariado, que não poderá ser resolvida senão por um renascimento da revolução sobre bases mais profundas, ou através da restauração da sociedade burguesa. É precisamente a iminência da segunda alternativa, que todos sentem, ainda que poucos compreendem claramente, o que cria esta extrema tensão no regime”. (...) “É um fato indiscutível que o avanço da burocracia reflete as contradições gerais inerentes à construção do socialismo em um só país. Em outras palavras, ainda que com uma direção sadia, o perigo do burocratismo continuará existindo dentro de certos limites. Tudo depende desses limites e do tempo. Reconhecer que o capitalismo mundial em geral e o europeu em particular subsistirão durante muitos anos equivale a reconhecer a inevitabilidade da queda do regime soviético, no qual a degeneração pré-bonapartista do aparato abrirá caminho para convulsões de tipo terrível e diretamente bonapartista. Jamais devemos perder de vista esta perspectiva, se queremos compreender o que está ocorrendo. Toda a questão passa pelo ritmo, que não se pode dar por antecipação, porque depende do choque das forças vivas. Se não houvesse ocorrido as vergonhosas e catastróficas derrotas da revolução na Alemanha e na China, hoje a situação mundial seria diferente. Dessa maneira, as condições objetivas nos conduzem novamente ao problema da direção. E não se trata de uma pessoa ou de um grupo (ainda que esse fator seja importante). Trata-se da interrelação entre a direção e o partido, entre o partido e a classe”.

Concluímos a exposição do tomo I, 1929-1930, vol. 3. São imprescindíveis essa análise do processo de burocratização do Partido Comunista, do regime soviético e da III Internacional, para a compreensão histórica sobre a liquidação da URSS, seis décadas depois desse embate inicial da Oposição de Esquerda Internacional contra as tendências restauracionistas que recém despontavam.

100 do falecimento de Vladimir Ilyich Ulianov
anos Sua obra se mantém como pilar inabalável
das revoluções proletárias e do socialismo

Memória Eterna ao camarada Lênin!



100 anos do falecimento de Vladimir Ilyich Ulianov (Lênin)

Publicamos o pronunciamento de Lênin no III Congresso dos Sovietes, realizado cerca de quatro anos antes da constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A Revolução Russa havia triunfado dois meses e meio antes da realização do III Congresso dos Sovietes. Foram realizados doze congressos. Lênin participou até o X Congresso, realizado em dezembro de 1922. Lênin faleceria quando se realizava o XI Congresso. O XII ocorreu sob a direção de Stalin, que havia se tornado Secretário Geral do Partido Comunista Russo. É importante para a vanguarda revolucionária e os destacamentos mais avançados da classe operária estudar os congressos soviéticos. Mais do que nunca, diante da liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em dezembro de 1991, levada a cabo pela contrarrevolução estalinista, e da profunda crise de direção, é obrigatório recorrer às extraordinárias experiências da Revolução Russa e, em particular, dos congressos dos Sovietes.

O III Congresso, que publicamos a seguir, expõe ao vivo as transformações por que passava a Rússia, o caráter socialista das transformações, a resolução das tarefas democráticas e a orientação internacionalista encarnada pelo bolchevismo e expressa em grande medida por Lênin. Em especial, destacamos a afirmação de que “a vitória completa do socialismo em um só país é impossível”. No momento, a Revolução Russa ainda abalava a Europa e confluía com a luta revolucionária do proletariado na Alemanha e França, sobretudo. No III Congresso, Lênin estabelece a relação histórica entre a Comuna de Paris de 1871, primeira revolução proletária, com a Revolução de Outubro de 1917 recém vitoriosa na Rússia e assinala o seu caráter internacionalista, que significa começar em um determinado país e se desenvolver em outros, sob a perspectiva da revolução mundial.

A publicação das formulações de Lênin feitas no III Congresso dos Sovietes faz parte da campanha do POR em defesa integral da constituição da URSS, como síntese de um processo de transformação do capitalismo em socialismo e como trincheira internacional do proletariado. A reconstituição da URSS é inevitável, ao contrário do que supõe aqueles que sempre foram seus inimigos, aqueles que serviram à contrarrevolução restauracionista e aqueles que foram seus defensores mas a abandonaram após a sua derrocada. A experiência e o programa da URSS emergem nas condições de desintegração do capitalismo, quando passa a refletir o feroz imperialismo e a fase última do capitalismo, que é de crises, guerras, revoluções e contrarrevoluções.

III Congresso de Toda a Rússia dos Sovietes de Deputados Operários, Soldados e Camponeses

Realizado de 10 a 18 de janeiro de 1918

Informe sobre a atividade do Conselho de Comissários do Povo

Camaradas! Em nome do Conselho de Comissários do Povo devo apresentar-lhes um informe sobre a sua atividade durante os 2 meses e 15 dias decorridos desde a instauração do poder soviético e do governo Soviético na Rússia.

Dois meses e quinze dias: isto é, somente cinco dias a mais que o poder dos operários parisienses na época da Comuna de Paris de 1871, cujo poder dos operários existiu e governou todo um país a despeito dos exploradores e dos capitalistas.

Devemos recordar esse poder dos operários, antes de tudo, olhando o passado e o comparando o com o poder soviético, instaurado em 25 de Outubro. E, se compararmos a anterior a ditadura do proletariado com a atual, poderemos ver imediatamente que gigantesco

passo foi dado pelo movimento operário internacional e em que situação infinitamente mais favorável se encontra o poder soviético na Rússia, apesar das condições incrivelmente complexas da guerra e do caos econômico.

Depois de manter o poder durante 2 meses e 10 dias, os operários parisienses, que pela primeira vez instauraram a Comuna, o embrião do poder soviético, pereceram sob o fuzilamento dos cadetes, mencheviques e socialistas-revolucionários de direita tipo Kaledin franceses. Os operários franceses tiveram de pagar com pesados sacrifícios de inumeráveis vidas pela primeira experiência de governo operário, cujo significado e objetivos não conhecia a enorme maioria dos camponeses de França.

Nós nos encontramos em circunstâncias muitíssimo mais favoráveis, porque os soldados, operários e camponeses russos souberam criar um governo soviético, um aparato que mostrou ao mundo seus métodos de luta. Eis o que antes de mais nada modifica a situação

dos operários e dos camponeses russos em comparação com o poder do proletariado parisiense. Não tinha um aparato, o país não os compreendia; nós nos apoiámos imediatamente no poder soviético, e, por isso, para nós nunca houve dúvidas de que o poder soviético goza da simpatia e do apoio mais caloroso e mais abnegado da enorme maioria do povo, e que por isso o poder soviético venceu.

As pessoas que viam com ceticismo o poder soviético e com frequência, consciente ou inconscientemente, o vendiam e o traíam para se conciliarem com os capitalistas e os imperialistas, essas pessoas gritaram aos ouvidos de toda a gente que na Rússia não pode manter-se um poder exclusivamente do proletariado. Como se alguns bolcheviques ou seus partidários tivessem esquecido por um só instante que na Rússia só pode ser duradouro um poder que seja capaz de unir a classe operária, a maioria dos camponeses, todas as classes trabalhadoras e exploradas numa força única, indissolivelmente entrelaçada, lutando contra os latifundiários e a burguesia.

Nunca duvidámos de que só a aliança dos operários e dos camponeses pobres, dos semiproletários, mencionada em nosso programa partidário, pode abarcar na Rússia a maioria da população e assegurar um firme apoio ao governo. E conseguimos, depois de 25 de Outubro, imediatamente, no decurso de algumas semanas, superar todas as dificuldades e instaurar um governo na base dessa firme aliança.

Sim, camaradas! Se o partido dos socialistas-revolucionários, na sua velha forma, quando os camponeses não tinham compreendido ainda quem eram dentro dele os verdadeiros partidários do socialismo, lançava a palavra de ordem de usufruto igualitário da terra, sem querer saber por quem esta tarefa seria cumprida, se em aliança com a burguesia ou não, nós dissemos que isso era um embuste. E esse setor, que compreendeu agora que o povo não o segue, que é uma nulidade, pretendia que podia realizar o usufruto igualitário da terra em aliança com a burguesia; nisso consistia o principal embuste. E quando a revolução russa mostrou a experiência da colaboração das massas trabalhadoras com a burguesia, no momento mais grandioso da vida do povo, quando a guerra arruinava o povo, condenando milhões de pessoas a morrer de fome, e as suas consequências mostraram na prática a experiência da política de conciliação, quando os próprios Sovietes viveram e sentiram, ao passar pela escola da política de conciliação, então tornou-se evidente que havia uma sã, viável e grande medula socialista nos ensinamentos daqueles que queriam unir o campesinato, a sua parte trabalhadora, ao grande movimento socialista dos operários de todo o mundo.

E quando esta questão se tornou praticamente clara e nítida para o campesinato, aconteceu aquilo que ninguém duvidava, como agora o mostraram os Sovietes e congressos camponeses: quando chegou o momento de realizar de fato o socialismo, os camponeses tiveram a possibilidade de ver com clareza essas duas linhas políticas fundamentais: a aliança com a burguesia ou com as massas trabalhadoras; compreenderam então que o partido que expressava os verdadeiros anseios e interesses do campesinato era o partido dos socialistas-revolucionários de esquerda. E quando concluímos com este partido a nossa aliança governamental, colocamos as coisas desde o começo de modo a aliança se baseasse nos princípios mais claros e evidentes. Se os camponeses da Rússia querem realizar a socialização da terra em aliança com os operários, que vão nacionalizar os bancos e implantar o controle operário, serão nossos fiéis colaboradores, os aliados mais fiéis e mais valiosos. Não existe um único socialista, camaradas, que não reconheça a verdade evidente de que entre o socialismo e o capitalismo existe um longo e mais ou menos difícil período de transição da ditadura do proletariado e de que este período, e que as formas que adote este período dependerão em muito de se predomina a pequena ou a grande propriedade, a pequena agricultura ou a grande. É compreensível que a passagem ao socialismo na Islândia, nesse pequeno país, onde toda a população sabe ler e escrever, composto por grandes propriedades agrícolas, não pode parecer-se com a passagem ao socialismo num país predominantemente pequeno-burguês como é a Rússia. É preciso ter isso em conta.

Todo o socialista consciente diz que é impossível impor o socialismo aos camponeses pela violência e que é preciso contar apenas com a força do exemplo e com a assimilação da prática da vida pela massa camponesa. Como prefere os camponeses passar ao socialismo? Eis a tarefa que agora se coloca na prática perante o campesinato russo. Como pode apoiar o proletariado socialista e iniciar a passagem ao

socialismo? E os camponeses iniciaram já esta passagem e temos plena confiança neles.

A aliança que concluímos com os socialistas-revolucionários de esquerda foi criada numa base firme e fortalece-se não em cada dia, mas em cada hora. Se nos primeiros tempos, podíamos temer no Conselho de Comissários do Povo que a luta de frações freasse o trabalho, hoje devo dizer com toda a precisão, na base da experiência de dois meses de trabalho conjunto, que na maioria das questões se elaboram decisões unânimes.

Sabemos que só quando a experiência mostra aos camponeses quais devem ser, por exemplo, as trocas entre a cidade e o campo, eles próprios, a partir de baixo, na base da sua própria experiência, estabelecem seus próprios vínculos. Por outro lado, a experiência da guerra civil aponta palpavelmente aos representantes dos camponeses que não existe outro caminho para o socialismo senão a ditadura do proletariado e o esmagamento implacável do domínio dos exploradores. (Aplausos)

Camaradas! Sempre que tocamos esse tema na presente reunião ou no CEC de quando em quando ouço do lado direito da reunião exclamações: “ditador!”. Sim, «quando éramos socialistas», todos reconheciam a ditadura do proletariado; até escreviam acerca dela nos seus programas, se indignavam diante da propaganda falsa ideia de que era possível convencer a população e demonstrar que as massas trabalhadoras não deviam ser exploradas, que isso é pecaminoso e vergonhoso, e que uma vez que o povo fosse convencido disso reinaria o paraíso na terra. Não, essa ideia utópica foi há muito liquidada na teoria e a nossa tarefa consiste em liquidá-la na prática.

Não devemos descrever o socialismo como se os socialistas fossem servi-lo em uma bandeja e bem enfeitada. Isso não acontecerá. Nem uma só questão da luta de classes se resolveu ainda na história de outro modo que não fosse pela violência. Quando a violência é exercida pelos trabalhadores, pelas massas exploradas contra os exploradores, então estamos por essa violência! (aplausos) E não nos perturbam nada os berros das pessoas que, consciente ou inconscientemente, estão do lado da burguesia ou tão atemorizados por ela, tão oprimidos pelo seu domínio que, ao verem agora esta luta de classes extremamente aguda, se desconcertam, choram, esquecem todos os seus princípios e exigem de nós o impossível, que nós, socialistas, alcancemos a vitória completa sem lutar contra os exploradores, sem esmagar a sua resistência.

Os senhores exploradores compreenderam já no Verão de 1917 que se tratava das “batalhas finais e decisivas”, que o último baluarte da burguesia, a fonte principal e fundamental do esmagamento por ela das massas trabalhadoras, lhe seria arrancado das mãos se os Sovietes obtivessem o poder.

Eis por que a Revolução de Outubro abriu esta luta sistemática, inabalável, para que os exploradores cessem a sua resistência e para que, por muito difícil que isso seja mesmo para os melhores entre eles, se resignem à ideia de que terminou o domínio das classes exploradoras, de que a partir de agora mandará o simples camponês e de que terão de lhe obedecer, por muito desagradável que isso seja para eles, terão de o fazer.

Isto irá custar muitas dificuldades, sacrifícios e erros; é uma obra nova, sem precedente na história, que não pode aprender-se nos livros. Compreende-se por si que esta é a transição mais grandiosa, mais difícil, da história, mas de outro modo teria sido impossível realizar essa grande transição. E a circunstância de que na Rússia se tenha criado o poder soviético mostrou que a mais rica em experiência revolucionária é a própria massa revolucionária - quando milhões vêm em ajuda a algumas dezenas de homens do partido -, a qual, na prática, agarra pelo pescoço os seus exploradores.

Eis por que atualmente a guerra civil na Rússia se tornou predominante. Avança-se contra nós a palavra de ordem “abaixo a guerra civil”. Tive ocasião de a ouvir aos representantes da direita da chamada Assembleia Constituinte. Abaixo a guerra civil... Que significa isto? A guerra civil contra quem? Contra Kornílov, Kerenski e Riabuchinski, que gastam milhões para subornar vendidos e funcionários? Contra os sabotadores que, consciente ou inconscientemente, não importa, aceitam esse suborno? E indubitável que entre os últimos há gente atrasada, que aceita isso inconscientemente porque não pode imaginar que seja possível e necessário destruir até os alicerces do anterior regime burguês e começar a construir sobre as suas ruínas a sociedade socialista completamente nova. É indubitável que existe esta gente, mas acaso isto modifica as circunstâncias?

Eis por que os representantes das classes possuidoras jogam tudo numa só cartada, eis por que estas são para eles as batalhas finais e decisivas e não se detêm perante nenhum crime para quebrar o poder soviético. Não nos mostrará toda a história do socialismo, particularmente do francês, tão rica em esforços revolucionários, que quando as próprias massas trabalhadoras tomam o poder nas suas mãos, as classes dirigentes recorrem a crimes e fuzilamentos inauditos quando se trata da defesa dos seus próprios interesses? E quando essa gente nos fala de guerra civil, respondemos com um sorriso, quando levam a sua palavra de ordem à juventude estudantil, dizemos-lhes: vocês estão enganando-os!

A luta de classes não chegou por acaso à sua última forma, em que a classe dos explorados toma nas suas mãos todos os meios de poder para aniquilar definitivamente o seu inimigo de classe - a burguesia -, e varrer da face da terra russa não só os burocratas, mas também os latifundiários, como os varreram os camponeses russos em algumas províncias.

Dizem-nos que a sabotagem que o Conselho de Comissários do Povo encontrou da parte dos burocratas e dos latifundiários demonstra a falta de desejo de ajudar o socialismo. Como se não fosse claro que todo este bando de capitalistas e vigaristas, de interesseiros e sabotadores não é mais que um bando, subornado pela burguesia, que resiste ao poder dos trabalhadores. Naturalmente, quem pensava que era possível saltar de repente do capitalismo para o socialismo, ou quem imaginava possível convencer a maioria da população de que isso se poderia conseguir por meio da Assembleia Constituinte, quem acreditava nessa história democrático-burguesa, pode continuar a acreditar tranquilamente nesta história, mas que não culpe a vida se ela destruir essa história.

Quem compreendeu o que é a luta de classes, o que significa a sabotagem organizada pelos burocratas, sabe que não podemos saltar de repente para o socialismo. Restam ainda burgueses, capitalistas, que têm a esperança de voltar ao seu domínio e defendem os seus interesses, restam ainda os interesseiros, uma camada de gente subornada, completamente esmagada pelo capitalismo e que não sabe elevar-se até às ideias da luta proletária. Restam ainda empregados, funcionários, que pensam que os interesses da sociedade consistem em defender a velha ordem. Como é possível imaginar a vitória do socialismo senão por meio da bancarrota total destas camadas, senão por meio da destruição completa da burguesia tanto russa como europeia? Iremos pensar que os senhores Riabuchinski não compreendem os seus interesses de classe? São eles que pagam aos sabotadores para que não trabalhem. Ou será que eles agem isoladamente? Não agirão eles em conjunto com os capitalistas franceses, ingleses e americanos, comprando títulos? Contudo, iremos ver se essas operações os ajudarão muito. Não resultarão as montanhas de títulos que estão comprando em papel velho, sem valor, imprestável?

Eis por que, camaradas, a todas as censuras e acusações de terror, ditadura e guerra civil, ainda que estejamos longe de ter chegado ao verdadeiro terror porque somos mais fortes do que eles - temos os Soviéticos e bastar-nos-á a nacionalização dos bancos e a confiscação de suas propriedades para os submetê-los à obediência - a todas as acusações de guerra civil, respondemos: sim, proclamamos abertamente aquilo que nenhum governo pôde proclamar. O primeiro governo no mundo que pode falar abertamente de guerra civil é o governo das massas operárias, camponesas e de soldados. Sim, começamos e travamos uma guerra contra os exploradores. Quanto mais francamente o dissermos, mais rapidamente terminará esta guerra, mais rapidamente todas as massas trabalhadoras e exploradas nos compreenderão, compreenderão que o poder soviético defende a causa verdadeira e vital de todos os trabalhadores.

Não acredito, camaradas, que rapidamente possamos obter a vitória nesta luta, mas temos uma experiência muito rica: no decorrer de dois meses conseguimos alcançar muito. Vivemos a tentativa de ofensiva de Kerenski contra o poder soviético e o mais completo fracasso dessa tentativa; vivemos a organização do poder dos Kerenski ucranianos; ali a luta ainda não terminou, mas para quantos a observam, para quantos escutaram ainda que só alguns informes verdadeiros dos representantes do poder soviético, é claro que os elementos burgueses da Rada ucraniana estão vivendo seus últimos dias. (Aplausos) Não há nenhuma possibilidade de duvidar da vitória do poder soviético da República Popular Ucraniana sobre a Rada burguesa ucraniana.

E a luta contra Kaledin - aqui efetivamente tudo se fundamenta na base da exploração dos trabalhadores, na base da ditadura burguesa - se é que existe alguma base social contra o poder soviético. O congresso camponês mostrou palpavelmente que a causa de Kaledin é uma causa sem esperança, que as massas trabalhadoras estão contra ele. A experiência do poder soviético, a propaganda pelos fatos, pelo exemplo das organizações soviéticas, começa a dar frutos, e o apoio interno de Kaledin na região do Don se desmorona agora, não tanto externa quanto internamente.

Eis por que, olhando para a frente da guerra civil na Rússia, podemos dizer com plena certeza: aqui a vitória do poder soviético é completa e está perfeitamente assegurada. E a vitória do poder soviético, camaradas, consegue-se porque, desde o primeiro momento, começamos a realizar o secular preceito do socialismo, apoiando-se consequente e decididamente nas massas, considerando como sua tarefa despertar para a vida ativa, elevar para a atividade criadora socialista as camadas mais oprimidas e embrutecidas da sociedade. Eis por que o velho exército, o exército da disciplina de caserna, das torturas aos soldados, pertence ao passado. Foi condenado à demolição e não ficou dele pedra sobre pedra. (Aplausos) A democratização completa do exército é um fato.

Permita-me relatar um incidente que me ocorreu. Foi numa vagão de trem da Finlândia que tive ocasião de escutar uma conversa entre vários finlandeses e uma anciã. Não pude participar na conversa pois desconhecia o finlandês, mas um finlandês se dirigiu a mim e disse: "Sabe que coisa mais curiosa disse esta anciã? Disse: agora não há que temer os homens com fuzil. Quando estive no bosque encontrei um homem com um fuzil, e, em vez de me tomar a lenha, ainda me deu mais".

Quando ouvi isto, disse para mim: que centenas de jornais, como quer que se chamem - socialistas, quase-socialistas etc. -, que centenas de vozes extraordinariamente fortes nos gritem: "ditadores", "viola-dores" e outras palavras semelhantes. Sabemos que nas massas populares se erguem agora com outra voz; elas dizem para si: agora não é preciso ter medo do homem com fuzil, pois ele defende os trabalhadores e será implacável no esmagamento do domínio dos exploradores. (Aplausos) Eis o que sentiu o povo e eis por que a propaganda que realizam as pessoas simples, sem instrução, ao dizerem que os guardas vermelhos dirigem toda a sua força contra os exploradores - essa propaganda é invencível. Ela chegará a milhões e dezenas de milhões de pessoas e criará firmemente o que a Comuna francesa do século XIX começou a criar, mas criou apenas por um breve período porque foi esmagada pela burguesia: criará o Exército Vermelho socialista, a que aspiraram todos os socialistas, o armamento geral do povo. Criará novos quadros da Guarda Vermelha, que darão a possibilidade de educar as massas trabalhadoras para a luta armada.

Se, falando da Rússia, se dizia: ela não pode combater porque não tem oficiais, não devemos esquecer o que diziam esses mesmos oficiais burgueses ao observarem os operários que lutavam contra Kerenski e Kaledin: "sim, estes guardas vermelhos tecnicamente não prestam para nada, mas se estes homens aprendessem um pouco teriam um exército invencível". Porque, pela primeira vez na história da luta mundial, entraram no exército elementos que não levavam consigo conhecimentos burocráticos, mas que são dirigidos pela ideia de luta pela libertação dos explorados. E quando terminar o trabalho que iniciamos, a República Soviética da Rússia será invencível. (Aplausos)

Camaradas, este caminho que o poder soviético percorreu no que se refere ao exército socialista, o fez também em relação a outro instrumento das classes dominantes, ainda mais refinado, ainda mais complexo: o tribunal burguês, que se apresentava como defensor da ordem, mas que na realidade era um instrumento cego e refinado para esmagar implacavelmente os explorados e defender os interesses dos ricos. O poder soviético procedeu tal como lhe ensinaram a proceder todas as revoluções proletárias: condenou-o imediatamente à demolição. Que gritem que nós em vez de reformar o velho tribunal o condenamos imediatamente à demolição. Com isto limpamos o caminho para a autêntica justiça popular, e não tanto pela força da repressão como pelo exemplo das massas e a autoridade dos trabalhadores, sem formalidades. Da justiça como instrumento de exploração fizemos uma arma de educação sobre as bases sólidas da sociedade socialista. Não há a menor dúvida de que não podemos obter de repente tal sociedade.

Tais são os passos principais que deu o poder soviético, seguindo o caminho indicado por toda a experiência das maiores revoluções populares em todo o mundo. Não houve uma única revolução em que as massas trabalhadoras não começassem a dar passos por esse caminho para criar um novo poder estatal. Infelizmente, apenas começaram, não puderam levar a obra até ao fim, não conseguiram criar um novo tipo de poder estatal. Nós o criamos: a República Socialista dos Soviéticos é já uma realidade.

Não tenho ilusões quanto ao fato de que apenas começamos o período de transição para o socialismo, de que ainda não chegamos ao socialismo. Mas vês estarão certo se afirmarmos que o nosso Estado é uma República Socialista dos Soviéticos. Terão tanta razão como aqueles que denominam repúblicas democráticas há muitas repúblicas burguesas do Ocidente, ainda que todos saibam que nem uma só das repúblicas mais democráticas é plenamente democrática. Essa república concede migalhas de democracia, limitam em ninharias os direitos dos exploradores, mas as massas trabalhadoras encontram-se nelas tão oprimidas como em qualquer parte. E, no entanto, dizemos que o sistema burguês está representado tanto as velhas monarquias como as repúblicas constitucionais.

Na mesma situação nos encontramos agora. Estamos longe de ter completado sequer o período de transição do capitalismo para o socialismo. Nunca nos deixamos seduzir pela esperança de que poderíamos completá-lo sem a ajuda do proletariado internacional. Nunca nos enganamos a este respeito e sabemos como é difícil o caminho que conduz do capitalismo ao socialismo, mas temos o dever de dizer que a nossa república dos Soviéticos é socialista, porque empreendemos esse caminho e estas palavras não serão vãs.

Iniciámos muitas medidas que minam o domínio dos capitalistas. Sabemos que o nosso poder devia unificar a atividade de todas as instituições com um princípio único, e esse princípio o expressamos com as seguintes palavras: "A Rússia se proclama como uma República Socialista dos Soviéticos". (Aplausos) Isto será uma verdade que se apoia no que deveremos fazer e já começamos a fazer, será a melhor unificação de toda a nossa atividade, a proclamação do seu programa, um apelo aos trabalhadores e explorados de todos os países, que ou desconhecem em absoluto o que é o socialismo ou, ainda pior, acreditam que o socialismo é uma mescla de reformas burguesas de Chernov e Tsereteli, que provamos e experimentamos no decorrer de dez meses de revolução, e nos convencemos de que isto é uma falsificação, e não o socialismo.

É por isso que as "livres" Inglaterra e França utilizaram todos os meios para, durante os dez meses da nossa revolução, não deixar passar um único número dos jornais bolcheviques e dos socialistas-revolucionários de esquerda. Tiveram de proceder dessa maneira porque viam diante de si em todos os países uma massa de operários e camponeses que instintivamente captavam o que faziam os operários russos. Porque não havia uma só reunião em que não se acolhessem com aplausos as notícias sobre a revolução russa e a palavra de ordem de poder Soviético. As massas trabalhadoras e exploradas entraram já por toda a parte em contradição com as cúpulas dos seus partidos. Este velho socialismo das cúpulas ainda não foi enterrado, como Chkheidze e Tsereteli na Rússia, mas já está liquidado em todos os países do mundo, já está morto.

E contra este velho regime burguês ergue-se já um novo Estado: a República dos Soviéticos, a república das classes trabalhadoras e exploradas, que derrubam as velhas barreiras burguesas. Criaram-se novas formas de Estado, com as quais surgiu a possibilidade de esmagar os exploradores, de esmagar a resistência desse punhado insignificante, que ainda é forte pela riqueza de ontem, pela reserva de conhecimentos de ontem. Eles – professores, mestres e engenheiros – transformam os seus conhecimentos em instrumentos de exploração dos trabalhadores, dizendo: quero que os meus conhecimentos sirvam à burguesia, e de outro modo não trabalharei. Mas o seu poder foi quebrado pela revolução operária e camponesa e contra eles surge um Estado no qual as próprias massas elegem livremente os seus representantes.

Precisamente agora podemos dizer que temos de fato uma organização do poder que mostra claramente a passagem para a completa abolição do poder, de todo o Estado. Isto será possível quando não houver nem um vestígio da exploração, isto é, na sociedade socialista.

Agora falarei brevemente sobre as medidas que o governo soviético socialista da Rússia começou a aplicar. Uma das primeiras medidas

orientadas não só para que desapareçam da face da terra russa os latifundiários mas também para cortar pela raiz o domínio da burguesia e a possibilidade de que o capital oprima milhões e milhões de trabalhadores, foi a nacionalização dos bancos. Os bancos são os grandes centros da economia capitalista moderna. Aí se acumulam riquezas inauditas e se distribuem por todo o imenso país, aqui está o nervo de toda a vida capitalista. São órgãos refinados e complexos, cresceram durante séculos, e contra eles foram dirigidos os primeiros golpes do poder soviético, que encontrou de início uma encarnizada resistência no Banco do Estado. Mas esta resistência não deteve o poder soviético. Conseguimos o fundamental na organização do Banco do Estado; esse aparato fundamental está nas mãos dos operários e dos camponeses; e depois destas medidas fundamentais, que ainda exigem uma longa elaboração, passamos à fase de colocar a mão sobre os bancos privados.

Não procedemos como nos recomendariam provavelmente que fizéssemos os conciliadores: primeiro, esperar pela Assembleia Constituinte, depois, talvez, elaborar um projeto de lei e apresentá-lo à Assembleia Constituinte, informando assim dos nossos propósitos aos senhores burgueses para que pudessem encontrar uma escapatória por onde pudessem livrar-se desta coisa desagradável; e talvez chamá-los para a nossa companhia e criar então leis estatais: isto seria um "ato estatal".

Isso seria renunciar ao socialismo. Nós procedemos simplesmente: sem temor de provocar a reprovação das pessoas "instruídas" ou, mais exatamente, dos partidários pouco instruídos da burguesia, que traficam com os restos do seu conhecimento, dissemos: temos operários e camponeses armados. Hoje de manhã devem ocupar todos os bancos privados. (Aplausos) E depois de terem feito isto, quando o poder estiver já nas nossas mãos, só depois disso discutiremos as medidas que tomaremos. Os bancos foram ocupados de manhã, e à tarde o CEC aprovou um decreto: "os bancos são declarados propriedade nacional". Efetuou-se assim a estatização, a socialização do sistema bancário, a sua transferência para as mãos do poder soviético.

Entre nós não havia ninguém que imaginasse que um aparato tão engenhoso e refinado como o banco, surgido do sistema capitalista de economia no curso de séculos, poderia ser demolido ou reorganizado em alguns dias. Nunca afirmamos isso. E quando os sábios ou pseudo-sábios abanavam a cabeça e profetizavam, nós dizíamos: podeis profetizar o que quiserem. Conhecemos um só caminho para a revolução proletária: ocupar as posições inimigas, aprender com a experiência, com os próprios erros, a exercer o poder. Não minimizamos de modo algum as dificuldades do nosso caminho, mas já fizemos o fundamental. A fonte das riquezas capitalistas foi minada na sua distribuição. Depois disto, a anulação dos empréstimos do Estado e a derrubada do jogo financeiro foi um passo perfeitamente fácil. A passagem à confiscação das fábricas depois do controle operário foi também muito fácil. Quando fomos acusados de que, ao implantar o controle operário, fracionávamos a produção em oficinas isoladas, rechaçamos esse absurdo. Ao implantar o controle operário sabíamos que decorreria bastante tempo antes que se estendesse a toda a Rússia, mas queríamos demonstrar que reconhecíamos o único caminho: as transformações a partir de baixo, para que os próprios operários elaborem a partir de baixo as novas bases das condições econômicas. Esta elaboração exige não pouco tempo.

Do controle operário, passamos à criação do Conselho Superior da Economia Nacional. Só esta medida, juntamente com a nacionalização dos bancos e das estradas de ferro, que se efetuará nos próximos dias, nos dará a possibilidade de começar a construção da nova economia socialista. Conhecemos perfeitamente as dificuldades da nossa obra, mas afirmamos que só é socialista de fato quem empreende essa tarefa contando com a experiência e o instinto das massas trabalhadoras. Elas cometerão muitos erros, mas o fundamental está feito. Sabem que, dirigindo-se ao poder soviético, encontrarão apoio contra os exploradores. Não existe uma só medida que facilite o seu trabalho que não seja apoiada plena e totalmente pelo poder soviético. O poder soviético não sabe tudo e não pode chegar a tempo sempre e em qualquer caso, e a cada passo se encontra perante tarefas difíceis. Muito frequentemente são enviadas ao governo delegações de operários e camponeses que perguntam como devem proceder, por exemplo, com estas ou aquelas terras. É a mim próprio me aconteceu frequentemente viver situações embaraçosas ao ver que não tinham opiniões bem determinadas. E eu

dizem-lhes: vocês são o poder, façam tudo o que queiram fazer, tomem tudo o que lhes faz falta, nós os apoiaremos, mas preocupem-se pela produção, cuidem que a produção seja útil. Comecem pelos trabalhos necessários, cometerão erros, mas aprenderão. E os operários já começaram a aprender, já começaram a lutar contra os sabotadores. A instrução é transformada em uma barreira que dificulta o avanço dos trabalhadores; essa barreira será derrubada.

Não há dúvida de que a guerra corrompe as pessoas tanto na retaguarda como na frente, pagando acima de todas as normas os que trabalham para a guerra, atraindo todos os que se escondem da guerra, os elementos vagabundos e semivagabundos penetrados pelo único desejo de “pegar” e fugir. Nós devemos pôr na rua, afastar estes elementos, o pior que ficou do velho regime capitalista, que espalham todos os seus velhos vícios, e incluir nas empresas fabris todos os melhores elementos proletários e a partir deles criar as células da futura Rússia socialista. Esta medida não é fácil, arrasta consigo muitos conflitos, atritos e choques. A nós, ao Conselho de Comissários do Povo e a mim pessoalmente, nos vimos diante de suas reclamações e ameaças, mas nos mantivemos serenos, sabendo que temos agora um juiz a quem apelar. Este juiz são os Sovietes de deputados operários e soldados. (Aplausos.) A palavra deste juiz é indiscutível, contaremos sempre com ela.

O capitalismo, deliberadamente, estabelece diferenças entre os operários, para unir um punhado insignificante do setor mais alto da classe operária com a burguesia: os conflitos com esse setor são inevitáveis. Sem luta não chegaremos ao socialismo. Mas estamos prontos para a luta, já a iniciamos e a levaremos até ao fim com a ajuda do aparato que se chama Sovietes. Se submetemos ao veredito dos soviets de deputados operários e soldados, os conflitos que surjam, qualquer problema se resolverá com facilidade. Pois seja qual for a força do grupo de operários privilegiados, quando forem colocados perante a representação de todos os operários, esse tribunal, repito, será para eles indiscutível. Tal forma de ajuste não faz mais do que começar. Os operários e os camponeses ainda não têm confiança suficiente nas suas próprias forças, estão ainda demasiadamente habituados, em virtude de uma tradição secular, a esperar as ordens que vêm de cima. Ainda não se habituaram completamente ao fato de o proletariado ser a classe dominante, entre eles existem ainda elementos atemorizados e abatidos que imaginam que devem passar pela infame escola da burguesia. Este preconceito, o mais infame dos preconceitos burgueses, é o que mais tempo se mantém, mas está morrendo e morrerá completamente. E estamos convencidos de que a cada passo que dê o poder soviético crescerá o número de pessoas que se verão livres por completo do velho preconceito burguês de que os simples operários e camponeses não podem administrar o Estado. Podem e aprenderão a fazê-lo se se puserem a administrar! (Aplausos)

Uma tarefa de organização será também destacar dirigentes e organizadores das massas populares. Esse trabalho gigantesco está hoje colocado na ordem do dia. Nem sequer se poderia pensar em realizá-la se não existisse o poder soviético, um aparato de filtragem que pode promover homens.

Não temos apenas uma lei de Estado sobre o controle, temos ainda algo mais valioso: as tentativas do proletariado de entrar em acordos com as associações de industriais para garantir aos operários a administração de ramos inteiros da indústria. Os operários dos curtumes começaram a elaborar um tal acordo e quase o concluíram com a associação de industriais de curtumes de toda a Rússia, e eu atribuo uma importância particularmente grande a estes acordos. Mostram que entre os operários cresce a consciência da sua força.

Camaradas, no meu informe não me referi a questões especialmente delicadas e difíceis sobre a paz e os abastecimento, porque figuram como pontos especiais da ordem do dia e serão discutidos em separado. Meu objetivo, ao fazer este breve informe, era o que mostrar como eu próprio e todo o Conselho de Comissários do Povo no seu conjunto vemos a história do que vivemos nestes dois meses e meio, como se formou a correlação das forças de classe neste novo período da revolução russa, como se formou o novo poder de Estado e que tarefas sociais se colocam perante ele.

A Rússia entrou no verdadeiro caminho da realização do socialismo: a nacionalização dos bancos, a passagem de toda a terra intei-

ramente para as mãos das massas trabalhadoras. Conhecemos muito bem as dificuldades que estão diante de nós, mas estamos convencidos, pela comparação com as revoluções passadas, de que alcançaremos êxitos gigantescos e de que estamos no caminho que garante a vitória completa.

E ao nosso lado marcharão as massas dos países mais avançados, divididos pela guerra de rapina, cujos operários passaram por uma mais longa escola da democracia. Estimamos que, quando nos pintam as dificuldades que apresenta nossa obra, que quando nos dizem que a vitória do socialismo só é possível em escala mundial, isso não é mais do que uma tentativa, que prova o total desespero da burguesia e dos seus partidários, voluntários ou involuntários, de tergiversar uma verdade absoluta. Naturalmente, a vitória definitiva do socialismo num único país é impossível. O nosso destacamento de operários e camponeses, que apoia o poder soviético, é um dos destacamentos do exército mundial hoje fracionado pela guerra mundial, mas ele aspira à unidade, e o proletariado acolhe cada notícia, cada fragmento dos informes sobre a nossa revolução, cada nome, com aplausos de simpatia, porque sabe que na Rússia se trabalha para a sua causa comum: a causa da insurreição do proletariado, da revolução socialista internacional. O exemplo vivo, como se resolve o problema em qualquer país, é mais eficaz que todas as proclamações e conferências, eis o que entusiasma as massas trabalhadoras de todos os países.

Se a greve de Outubro de 1905 - esses primeiros passos da revolução vitoriosa - se estendeu imediatamente à Europa Ocidental e suscitou então, em 1905, o movimento dos operários austríacos, se já então vimos na prática o que vale o exemplo da revolução, a ação dos operários em um país, vemos agora que em todos os países do mundo a revolução socialista amadurece não dia a dia, mas hora a hora. Se cometemos erros e falhas, se em nosso caminho encontramos obstáculos, para eles isto não é importante, para eles o importante é o nosso exemplo, e isso que os une; eles dizem: iremos juntos e venceremos apesar de tudo. (Aplausos)

Os grandes fundadores do socialismo, Marx e Engels, observando durante várias décadas o desenvolvimento do movimento operário e o crescimento da revolução socialista mundial, viram claramente que a passagem do capitalismo ao socialismo exigirá longas dores de parto, um longo período de ditadura do proletariado, a destruição de tudo o que é velho, a destruição implacável de todas as formas de capitalismo, a colaboração dos operários de todos os países, que devem unir todos os esforços para assegurar a vitória até ao fim. Eles disseram que, até o final do século XIX, “o francês começará, o alemão concluirá”: o francês começará porque durante décadas de revolução desenvolveu em si a iniciativa abnegada na ação revolucionária que fez dele a vanguarda da revolução socialista.

Vemos agora outra combinação de forças do socialismo internacional. Dizemos que o movimento começará mais facilmente nos países que não pertencem ao número dos países exploradores, que têm a possibilidade de pillar com mais facilidade e que podem subornar as camadas superiores dos seus operários. Os partidos, pseudo-socialistas, quase todos ministerialistas, os partidos do Chernov e Tsereteli da Europa ocidental, nada realizam e não têm bases firmes. Vimos o exemplo da Itália, observamos nestes dias a luta heroica dos operários austríacos contra os abutres imperialistas. Os abutres podem mesmo conseguir deter o movimento por algum tempo, mas é impossível fazê-lo cessar por completo, é invencível.

O exemplo da República Soviética se erguerá diante deles durante muito tempo. Nossa República socialista de Sovietes se manterá firme, como farol do socialismo internacional e como exemplo para todas as massas trabalhadoras. Ali, conflito, guerra, derramamento de sangue, sacrifícios de milhões de seres, exploração pelo capital, aqui, uma verdadeira política de paz e a República Socialista dos Sovietes.

Os acontecimentos resultaram distintos do que Marx e Engels esperavam: e nós, as classes trabalhadoras e exploradas da Rússia, temos a honra de ser a vanguarda da revolução socialista internacional, e agora vemos claramente até onde chegará o desenvolvimento da revolução; o russo começou, o alemão, o francês e o inglês a terminarão, e o socialismo triunfará. (Aplausos)

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXVIII, pág. 133, Akal Editor)

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020

